



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ANÁLISE DOS CONTEÚDOS E IMAGENS DA HISTÓRIA E
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: UMA ANÁLISE
DO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA ALCEBÍADES CALHÃO - CUIABÁ - MATO GROSSO**

VÂNIA GONÇALVES CASTILHO

**Asunción - Paraguay
2021**

VÂNIA GONÇALVES CASTILHO

**ANÁLISE DOS CONTEÚDOS E IMAGENS DA HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO
DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ALCEBÍADES CALHÃO -
CUIABÁ - MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Postgrado em Ciencias de la Educación da
Universidad Autónoma de Asunción como requisito para a obtenção do título de
Doctora em Ciencias de la Educación.

Orientador: Prof. Dr. Luis Ortiz Jimenez

Asunción - Paraguay

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Castilho, Vânia Gonçalves. 2021. Análise dos conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana Uma análise do livro didático do Ensino Fundamental da escola Alcebíades Calháo - Cuiabá - Mato Grosso. 267 p.

Orientador: Prof. Dr. Luis Ortiz Jimenez

Dissertação (Doctorado) – UAA/ Facultad de Ciencias de la Educación y de la Comunicación, 2021.

Palavras Chaves: conteúdos, imagens, livros didáticos, auto-estima, identidade, negro.

Referências Bibliográficas:

Vânia Gonçalves Castilho

Análise dos conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Alcebíades Calháo - Cuiabá - Mato Grosso

Esta tese foi avaliada e aprovada para a obtenção de título de Doctora en Ciencias de la Educación da Universidad Autónoma de Asunción- UAA

Dr

Dr.

Dr.

Dr.

Dr.

Dedico esta pesquisa a Deus, pois sei que sem ele jamais chegaria até aqui pelos inúmeros problemas enfrentados e superados, principalmente pelo milagre que represento quando todas as expectativas e diagnósticos me impossibilitavam de aprender Deus me presenteou com a dádiva não simplesmente da vida, mas da vida com possibilidades, obrigada senhor pelo milagre alcançado.

Agradeço: a Deus responsável pelo milagre da cura, pois represento esse milagre em todos os aspectos da minha vida.

Aos meus pais Arnaldo Gonçalves do Nascimento e Irene de Castilho Lirio pela educação, renúncias e dedicação prestados na grande missão de educar os filhos, gratidão.

Aos mestres da UAA pelo ensino de excelência e dedicação, em especial ao meu professor e orientador Dr. Luis Ortiz Jimenez, pela vocação e paixão pela profissão que exerce com tamanha maestria, meu muito obrigada.

Aos amigos e colegas de turma por dividir dificuldades, alegrias e superar desafios ao longo da jornada.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE GRÁFICO.....	xiv
RESUMO.....	xv
RESUMEN.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	1
Perguntas de pesquisa.....	3
Formulação do problema.....	3
Objetivo geral.....	5
Objetivos específicos.....	5
1. HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	13
1.1 Um Pouco de História.....	13
1.1.2 Escravidão e Leis Abolicionistas.....	17
1.2 Leis voltadas ao ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.....	26
1.2.1 LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96.....	26
1.2.2 Lei 10.639/2003.....	27
1.2.3 Lei 11.645/2008.....	30
1.2.4 Constituição Federal 1988.....	31
1.2.5 Base Nacional Comum Curricular.....	35
1.2.6 Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental.....	38

1.2.7 Unidades Temáticas Objetos de Conhecimento Habilidades do 6º ano.....	42
1.2.8 Unidades Temáticas Objetos de Conhecimento Habilidades do 7º ano.....	43
1.2.9 Unidades Temáticas Objetos de Conhecimento Habilidades do 8ºano.....	45
1.2.10 Unidades Temáticas Objetos de Conhecimento Habilidades do 9ºano.....	48
1.3 O docente frente ao preconceito, racismo e discriminação.....	52
1.3.1 A Construção do Papel da Docencia.....	52
1.3.2 Função Social do Professor.....	59
1.3.3 Contribuições Teóricas para Prática Educativa.....	65
1.3.4 Influência das Relações Interpessoais no Processo de Aprendizagem.....	66
1.3.4.1 Encontros e Desencontros na Educação.....	71
1.3.4.2 Discriminação na Escola o Que Fazer.....	77
1.3.4.3 O Ensino a Escola e o Direito.....	85
1.4 O conteúdo de hist e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos....	93
1.4.1 Porque Estudar História da África.....	93
1.4.2 Contribuição Hist. Cultural e Economica dos Afro-Brasileiros no Brasil.....	97
1.5 Análise das imagens da história e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos.....	99
1.5.1 Análise das Imagens dos Negros nos Livros Didáticos.....	99
1.5.2 A Invisibilidade do Negro no Livro Didático.....	111
1.6 Imagens do negro livro didático impactos em sua auto-estima e identidade	114
1.6.1 Imagem e Auto-Estima Como Fator Determinante para a Construção da Identidade.....	114
1.6.2 Os Efeitos Psicológicos do Racismo em Crianças e Adolescentes.....	122
1.6.3 Desconstruindo a Identidade de um Povo.....	126
2. MARCO METODOLÓGICO.....	130

2.1	Formulação do problema e perguntas da Investigação.....	131
2.2	Objetivos.....	131
2.2.1	Objetivo Geral.....	131
2.2.2	Objetivos Específicos.....	131
2.3	Tipo e desenho do estudo.....	135
2.4	Fontes de Informação.....	135
2.4.1	Leis.....	135
2.4.2	Livros.....	137
2.4.2	Alunos.....	138
2.5	Unidades de análise.....	139
2.6	Delimitações Geográficas e Tempo do Estudo.....	140
2.7	Técnicas Utilizadas para o Trabalho de Campo.....	141
2.8	Instrumento da Coleta de Dados.....	143
2.8.1	Questionário.....	143
2.8.2	Observação.....	144
2.8.3	Análise Documental.....	144
2.9	Validação do Instrumento.....	145
2.10	Dinâmica da Pesquisa: Contato com a Instituição.....	145
2.11	Limitação do Estudo.....	147
2.12	Alcance do Estudo.....	147
3.	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	149
3.1	Análise documental da Lei.....	150
3.2	Análise da observação do ambiente escolar.....	152
3.2.1	Observação da Rotina da Escola.....	152
3.2.2	Observação das Relações dos Alunos com com Funcionários.....	160

3.2.3 Observação das Relações dos alunos com os Professores.....	161
3.2.4 Observação das Relações dos Alunos com seus Pares.....	164
3.3 Análise dos conteúdos e imagens do negro no livro didático.....	174
3.3.1 Análise dos conteúdos do livro didático.....	174
3.3.2 Análise das imagens do negro no livro didático.....	175
3.3.3 Análise negro e suas ocupações.....	175
3.3.4 Imagens negro mercadoria/objetos.....	177
3.3.5 Imagens negro punições.....	178
3.3.6 Imagem negro mulher.....	179
3.3.6 Imagens negro criança.....	180
3.4 Análise dos questionarios aplicados aos alunos.....	182
CONCLUSÃO.....	203
RECOMENDAÇÕES.....	210
REFERÊNCIAS.....	212
APÊNDICE.....	219
Apêndice A: Instrmentos guia de análise documental dos livros didáticos do Ensino Fundamental.....	220
Apêndice B: Instrmentos guia do questionário destinado aos alunos.....	222
Apêndice C: Instrmentos guia de Observação comportamental dos alunos do Ensino Fundamenal.....	224
Apêndice D: Termo de Consentimento Livre Esclarecimento.....	226
Apêndice E: Formulário p/ validação dos Questionários.....	227
ANEXOS.....	231
Anexo A: Conceitos.....	232
Anexo B: Imagens iconográficas dos negros nos livros didáico.....	247

Anexo C: Lei 10639/2003.....	259
Anexo D: Lei 11645/2008.....	261
Anexo E: Constituição Federal 1988.....	263
Anexo F: LDB, lei 9394/1996.....	265
Anexo G: BNCC (Base Nacional Comum Curricular.....	266

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC:	Base Nacional Comum Curricular
CEHEF:	Competencias Específicas de História para o Ensino Fundamental
CNE:	Conselho Nacional de Educação
CP:	Conselho Pleno
CF:	Constituição Federal do Brasil
PCN:	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases
MEC:	Ministério de Educação e Ciência
SINAPIR:	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PCNs:	Parâmetros Curriculares Nacionais
ECA:	Estatuto da Criança e do Adolescente
SEDUC:	Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso
DH:	Direitos Humanos
PME:	Plano Municipal de Educação
SEC:	Secretaria de Educação e Cultura
MT:	Mato Grosso
PPP:	Projeto Político Pedagógico
PDE:	Plano de Desenvolvimento da Educação
SECAD:	Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
OC:	Orientações Curriculares
ONU:	Organizações das Nações Unidas
UFMT:	Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1-2	Carro da Alfandega/Trabalho num engenho de açúcar.....	176
FIGURA 3-4	Regresso de um proprietário/Carregadores.....	176
FIGURA 5-6	Mercado de escravos/Transporte de escravos.....	178
FIGURA 7-8	Higienização no mercado de escravos/Senzala.....	178
FIGURA 9-10	Castigo de escravos.....	179
FIGURA11-12	Castigos e Torturas.....	179
FIGURA13-14	Ama de leite/Escrava Anástácia.....	180
FIGURA15-16	Mulata Quitéria/Escrava.....	180
FIGURA17-18	Anjo e Diabo/Babá.....	181
FIGURA19-20	Meninas vestidas como escravas/Cotidiano.....	181

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana....	182
GRÁFICO 2	Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana...	184
GRÁFICO 3	Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana....	186
GRÁFICO 4	Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana....	187
GRÁFICO 5	Imagens do Negro no Livro Didático.....	188
GRÁFICO 6	Imagens do Negro no Livro Didático.....	189
GRÁFICO 7	Imagens do Negro no Livro Didático.....	191
GRÁFICO 8	Imagens do Negro no Livro Didático.....	192
GRÁFICO 9	Auto – Estima e Identidade do Negro.....	194
GRÁFICO 10	Auto – Estima e Identidade do Negro.....	195
GRÁFICO 11	Auto – Estima e Identidade do Negro.....	196
GRÁFICO 12	Auto – Estima e Identidade do Negro.....	198

RESUMO

A finalidade dessa pesquisa consiste em analisar os conteúdos e imagens da história e cultura afro-brasileira e africana apresentadas nos livros didáticos do ensino fundamental da escola estadual Alcebíades Calháo no município de Cuiabá Mato Grosso Brasil no ano de 2018. No sentido de esclarecer tais indagações formaram-se as seguintes perguntas da pesquisa: Será que os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade?, Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação?, Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa? Com base nesses problemas adota-se uma metodologia científica com uma abordagem de estudo de desenho não – experimental, de corte transversal com enfoque qualitativo, do tipo descritivo, com análise documental. Onde participaram 503 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A pesquisa partiu da revisão documental da LDB 9394/96, Lei 10639/2003, Lei 11.645/2008, Constituição Federal de 1989, Base Nacional Comum Curricular 2018, análise do material didático utilizado pela escola. O instrumento para coleta de dados nominado guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental o qual relaciona a inclusão da história e cultura afro Brasileira e africana nos livros didáticos, um questionário estruturado dirigido aos alunos com perguntas fechadas, observação do comportamento dos alunos como são em sua realidade. Foi possível dessa forma, estabelecer uma comparação entre a teoria estudada e a realidade pesquisada, sendo possível concluir que os livros didáticos do ensino fundamental não apresentam a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como determina a Legislação Brasileira, e quando o fazem estão carregados de racismo e preconceito explícito ou velado ou seja os conteúdos e as imagens do negro no livro didático são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade influenciando em sua auto-estima e conseqüentemente contribuindo para a permanência de uma sociedade racista, preconceituosa e discriminadora. Recomenda-se o desenvolvimento de outras pesquisas com novos delineamentos, que tenham como objetivo a construção e elaboração de materiais didáticos que atendam as exigências da legislação, colaborem com suporte teórico aos professores e permitam uma historiografia com base na realidade e voltada para uma educação anti-racista e que respeite as diferentes etnias e culturas sobretudo que no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana seja realidade no currículo das escolas devido sua relevância.

Palavras chave: Conteúdo; imagem; livro didático; auto-estima; Identidade; negro

RESUMEN

La finalidad de esta investigación consiste en analizar los contenidos e imágenes de la historia y cultura afro-brasileña y africana, presentadas en los libros didácticos de la enseñanza fundamental de la escuela estatal Alcebíades Calháo en el municipio de Cuiabá Mato Grosso Brasil en el año 2018. En el sentido de aclarar tales indagaciones se formularon las siguientes preguntas de investigación: ¿Los contenidos y las imágenes de los negros en el libro didáctico, son uno de los factores determinantes para que los alumnos tengan una reacción negativa de su identidad?, ¿Los contenidos y las imágenes de los negros en el libro didáctico pueden influenciar la autoestima e identidad de los alumnos en su proceso de formación? ¿Los contenidos e imágenes de los negros en el libro didáctico influyen la práctica de la discriminación y contribuyen a una sociedad racista y prejuiciosa? Con base en esas preguntas se adopta una metodología científica con un abordaje de estudio de diseño no experimental, de corte transversal con enfoque cualitativo, de tipo descriptivo, con análisis documental. Donde participaron 503 alumnos del 6 ° al 9 ° año de la enseñanza fundamental. La investigación partió de la revisión documental de la LDB 9394/96, Ley 10639/2003, Ley 11.645 / 2008, Constitución Federal de 1989, Base Nacional Común Curricular de 2018 y el análisis del material didáctico utilizado por la escuela. El instrumento para la recolección de datos denominado guía de análisis documental de los libros didácticos de la enseñanza básica relaciona la inclusión de la historia y cultura afro brasileña y africana en los libros didácticos, un cuestionario estructurado dirigido a los alumnos con preguntas cerradas, observación del comportamiento de los alumnos como son en su realidad. Fue posible de esta forma establecer una comparación entre las teorías estudiadas y la realidad investigada, siendo posible concluir que los libros didácticos de la enseñanza básica no presentan la Historia y Cultura Afro-Brasileña y Africana como determina la Legislación Brasileña, y cuando lo hacen están cargados de racismo y prejuicio explícito o velado, es decir los contenidos y las imágenes de los negros en el libro didáctico, son uno de los factores determinantes para que los alumnos tengan una reacción negativa de su identidad influenciando en su autoestima y consecuentemente contribuyendo a la permanencia de una sociedad racista, preconceptuosa y discriminadora. Se recomienda el desarrollo de otras investigaciones con nuevos delineamientos que tengan como objetivo la construcción y elaboración de materiales didácticos que atiendan las exigencias de la legislación, colaboren con soporte teórico a los profesores y permitan una historiografía basada en la realidad y orientada hacia una educación anti y que respete las diferentes etnias y culturas sobre todo que en la enseñanza de Historia y Cultura Afro-Brasileña y Africana sea realidad en el currículo de las escuelas debido a su relevancia.

Palabras clave: Contenido; imagen; libros didácticos; autoestima; identidad; negro

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the contents and images of the Afro-Brazilian and African history and culture presented in the textbooks of the elementary school of the state school Alcebíades Calháo in the municipality of Cuiabá Mato Grosso Brazil in the year 2018. In Order to clarify such questions the following research questions were asked: Are the contents and images of the black in the textbook one of the determining factors for the students to have a negative reaction of their identity?, Do the contents and images of the black in the book can influence the students' self - esteem and identity in their formation process? Can the contents and images of the black in the textbook influence the practice of discrimination and contribute to a racist and prejudiced society? Based on these problems, a scientific methodology with a non-experimental, cross-sectional design study approach with a qualitative focus, of the descriptive type, with documentary analysis, is adopted. Where 503 students from 6th to 9th grade participated in elementary school. The research was based on the documentary review of LDB 9394/96, Law 10639/2003, Law 11.645 / 2008, Federal Constitution of 1989, National Curricular Common Core 2018, analysis of didactic material used by the school. The instrument for collecting data nominated documentary analysis guide of primary school textbooks which relates the inclusion of Afro-Brazilian and African history and culture in textbooks, a structured questionnaire directed to students with closed questions, observation of students' behavior as are in your reality. It was possible to establish a comparison between the studied theories and the researched reality, and it is possible to conclude that the primary school textbooks do not present Afro-Brazilian and African History and Culture as determined by the Brazilian Legislation, and when they do, they are loaded with racism and explicit or veiled prejudice ie the contents and images of the black in the textbook are one of the determining factors for students to have a negative reaction of their identity influencing their self-esteem and consequently contributing to the permanence of a racist society , prejudiced and discriminatory. It is recommended the development of other researches with new designs, which have as objective the construction and elaboration of didactic materials that meet the requirements of the legislation, collaborate with theoretical support to the teachers and allow a historiografía based on the reality and directed towards an education anti -rather and that respects the different ethnicities and cultures especially that in the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture is reality in the curriculum of the schools due to its relevance.

Keywords: Content; image; textbooks; self-esteem; Identity; black

INTRODUÇÃO

As leis abolicionistas brasileiras não foram suficientes para efetivamente reparar séculos de escravidão, discriminação racial, racismo, preconceito e violência sofrida pelas populações negras, embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 garanta princípios norteadores das relações de democracia, liberdade, direito e igualdade para toda pessoa, é fato que no Brasil não existe democracia racial, é fato também que negros continuam sofrendo discriminação racial continuamente ou de forma velada, é fato que a legislação ao elaborar o ordenamento jurídico não o faz prevendo sua aplicabilidade muito menos punição aos infratores.

A lei efetivamente atribui à responsabilidade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana à escola pública e particular brasileira, devendo estar presente no currículo escolar de forma articulada, elaborada e formal. A escola é um ambiente onde diferentes culturas se fazem presentes e é nela que o indivíduo se mostra diante dos valores familiares e sociais.

Sendo assim, o espaço escolar sem dúvida é um espaço de construção e formação do indivíduo, se tornando imprescindível, pois os problemas oriundos dos conflitos étnicos e culturais são frequentes, em inúmeros casos irreversíveis transformando a sociedade em um campo de batalha onde brancos e negros travam batalhas incessantes para uns mostrarem superioridade e outros tão somente para sobreviver o mínimo possível com dignidade, respeito e direito.

Assim a escola tem como papel não apenas a formação intelectual, mas uma formação Integral, que prepare o indivíduo em todas as esferas, unindo o intelectual,

ético, ou seja, o físico deve estar ligado ao psicológico e social. É este indivíduo que a sociedade quer, um adulto que seja capaz de contribuir para a solução de conflitos, nesse sentido, nossa investigação se oferece ao estudo e a reflexão sobre a análise dos conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana do livro didático.

A sociedade Brasileira carece de medidas educativas, com diferentes abordagens e, dentre elas a introdução do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana para todas as modalidades de ensino preparando as crianças, adolescentes e jovens para novos valores, resolvendo problemas enfrentados dentro da própria instituição escolar, familiar e social. Se a escola tem o compromisso do fazer pedagógico, deve a mesma adotar uma nova postura, proporcionando valores culturais, históricos e sociais para que a qualidade de vida dos educandos reflita na qualidade de vida da sociedade. É a educação cumprindo com seu papel formador de cidadãos e conseqüentemente de uma qualidade humanizada e justa para todos.

A contextualização do problema, do referido estudo, se fez necessário diante da realidade que o universo escolar enfrenta quanto ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, frente aos problemas sociais existentes, concomitante ao que a lei determina uma ação prática das escolas em seu currículo escolar, e na efetivação de uma metodologia para com o trabalho da referida temática, para que se concretize de fato uma mudança na atitude e postura nas relações étnicas e culturais da sociedade brasileira.

É imprescindível elencar as perguntas pertinentes a legitimação e clara formalização da problemática a ser respondida, mediante entraves no contexto escolar que impossibilitam a aplicabilidade da lei, não sendo possível realizar um fazer pedagógico que contemple a todos indistintamente, voltado para uma educação das

relações étnico-raciais, se faz necessário sistematizar essa dúvida em forma de pergunta prévia que levou em consideração a análise dos conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana retratadas no livro didático do ensino fundamental frente a questão da não inserção da temática para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de forma a cumprir com as determinações legais, é que surgiram as discussões, até formulação das seguintes perguntas de pesquisa que são apresentadas no seguinte parágrafo.

Perguntas de pesquisa

1. Será que os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade?
2. Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação?
3. Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa?

Formulação do problema

Será que a imagem e os conteúdos relacionados à história do negro no livro didático como um fator determinante influencia sua auto-estima e identidade?

Partindo das premissas pedagógicas que apontam para a responsabilidade educacional para com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana surgem às dúvidas se de fato os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos

fatores determinantes para que os alunos negros tenham uma reação negativa da sua auto-estima e identidade, e se o material didático favorece a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nas disciplinas do ensino fundamental que possibilitem abordar o tema de forma a cumprir com o previsto em lei, essas dúvidas vêm suscitando discussões relacionadas a aplicabilidade da lei e a responsabilidade do estado e das instituições escolares.

A grande parte das escolas públicas não vê como prioridade a abordagem da temática em questão por considerar esse tema não só polêmico como irrelevante ou mesmo que no Brasil não existe racismo, preconceito e discriminação o que demonstra inegavelmente uma postura arcaica, e repleta de preconceitos, mitos e crenças no mito da democracia racial, bem como no não cumprimento do que a legislação determina.

Já para o universo acadêmico fica claro a aceitabilidade e a criticidade na participação em discussões e debates, mostram-se, inseguros, preocupados e por vezes temerosos por pertencer a uma sociedade visivelmente racista e excludente.

Sendo assim, muitos uma vez que vêm seus direitos desrespeitados e desamparados pelo estado que deveria protegê-los, no que garante a lei, são tomados de revolta, medo e reagem na defensiva ou se retraindo de seus direitos e ficando a margem da sociedade ou agindo violentamente a cada situação de desrespeito, instaurando um estado de caos, conflito este que o estado tem demonstrado inoperância e negligência, o que fica evidente a inaplicabilidade das leis, a impunidade e conseqüentemente o crescimento das injustiças e crimes por todo país.

A escola ao longo de sua história vem negligenciando não só essa temática, mas excluindo do direito a uma educação de excelência e de oportunidades, igualitárias indistintamente independente do fato de ser branco ou negro, não dando o devido valor

as propostas exigidas pela LDB-9396/1996 lei de diretrizes e bases da educação e pela lei federal nº10639/2003, e 11.645/2008 que propõe mudanças no currículo, na prática pedagógica, nas atitudes de educadores e educandos, possibilitando um projeto pedagógico que leve a ação- reflexão que vise a formação do indivíduo como cidadão livre, responsável e que respeite a diversidade étnica e cultural, e sobre tudo o descumprimento da Constituição Federal de 1989, lei máxima do país sendo assim percebemos que a escola esta frente a uma situação de omissão pedagógica e de descumprimento das leis brasileiras.

Partindo dessa premissa geral e das inquietações acima demarcadas, foi possível formular os seguintes objetivos.

Objetivo geral

Analisar a imagem e os conteúdos relacionados a história do negro no livro didático como um fator determinante que influencia sua auto-estima e identidade.

Sendo assim procura-se analisar os conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana dos livros didáticos tendo como critério investigar com objetivo de responder todos os objetivos específicos pois são estes que norteiam a pesquisa e possibilita esclarecer e analisar os conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana dos livros didáticos do ensino fundamental.

Objetivos específicos

1. Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.
2. Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

3. Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático.

Logo, as inquietudes levantadas nos apontam para algumas observações e questionamentos que merecem um estudo mais sistematizado. O marco metodológico utilizado na investigação delineou-se um estudo de desenho não – experimental, de corte transversal com enfoque qualitativo, do tipo descritivo com análise documental.

O desenho do estudo delineia-se por não- experimental, pode ser considerado a partir de dados já previamente levantados e descritos tal como se dão em seu contexto natural para depois analisar, conforme fundamentação teórica sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Estes dados foram contrapostos as informações coletadas através da análise documental da LDB 9394/96, Lei 10639/2003, Lei 11.645/2008, Constituição Federal de 1989, a Base Nacional Comum Curricular, e análise do material didático utilizado pela escola, o questionário dirigido aos alunos, e a observação do comportamento dos alunos, desta forma a pesquisa não experimental tem como função observar as ferramentas como elas são em sua realidade.

O tipo da pesquisa qualitativo tem como objetivo descobrir perguntas da investigação no processo de interpretação entre indivíduos para compreender um problema de caráter humano ou social.

O enfoque descritivo busca descrever e analisar um fenômeno sem interferir no seu contexto natural, e transversal, pois visa analisar um fenômeno, ou seja, diagnóstico de uma situação dos fatos assim como eles são.

A pesquisa de campo tem como objetivo perceber as reações dos alunos frente aos Conteúdos e imagens da História Afro-Brasileira e Africana, bem como analisar o livro didático do ensino fundamental quanto as imagens iconográficas dos negros e saber se os conteúdos e as imagem do negro no livro didático, são um dos fatores

determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua auto estima e identidade.

O desenvolvimento do referido estudo justifica-se pela busca da compreensão do porque, no linear do século XXI, diante de tantos avanços e conquistas realizadas pelo homem, se evidencia conflitos culturais latentes entre grupos étnicos, devido a condições históricas reforçando diferenças entre brancos e negros, onde estes ficam a margem das conquistas comuns, a qualquer indivíduo branco.

E como agravante, o problema é mascarado pela sociedade brasileira numa tentativa de minimizar tais diferenças e exclusões em que se afirma que existe democracia racial no Brasil, o que sabemos não ser verdade, diante dos fatos de violência em todas as esferas e níveis da sociedade, o que é agravado devido a impunidade, inoperância do estado, leis brandas e a inaplicabilidade das mesmas que contribuem para uma condição de insegurança, impunidade e caos social.

A historiografia nos evidencia que em todos os períodos da história o Brasil adotou uma política escravagista e uma atitude voltada para a discriminação do negro em todos os segmentos da sociedade, excluindo o direito e acesso do mesmo ao processo de ensino e profissionalização.

Os problemas que surgiram em decorrência da escravidão são perceptíveis em nossa sociedade, os ex-escravos, ou afro-brasileiros tiveram e tem suas vidas marcadas pelas injustiças e desigualdades, a discriminação tem poder de transformar pessoas em seres cruéis e desumanos.

A sociedade do século XXI, tem como missão vital tornar a humanidade, humana respeitável para que o convívio seja de paz e conseqüentemente a vida do próprio homem seja tolerável, portanto não basta a liberdade, é necessário que haja uma

igualdade racial de fato e de direito. Esta pesquisa é importante, pois, visa contribuir para o entendimento e conseqüentemente para uma real compreensão para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana, possibilitando uma reparação por meio de políticas públicas.

O papel da educação, necessariamente do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme determina a Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008 é imprescindível e contribui de forma decisiva para combater a discriminação sendo um facilitador da construção de uma igualdade racial por meio da educação em todos os níveis: Básico, Fundamental, Médio e Superior através de uma metodologia que corresponda com a normativa. Isso coloca os docentes em uma condição de extrema importância e comprometimento com as ações efetivas do cotidiano escolar e conseqüentemente contribui para a sociedade que queremos e acima de tudo que, precisamos de uma sociedade com igualdade racial e que represente efetivamente uma sociedade ética.

Em meio a esse contexto, é que se faz necessário e indispensável o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo nacional para a educação das relações étnico-raciais, o qual seja pautado no compromisso e interesse dos docentes pela inserção em suas práticas pedagógicas, que visem assegurar o respeito e a cidadania, como princípio básico para a melhoria da qualidade de vida.

Estes dados foram contrapostos as informações coletadas através da análise documental da LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 10639/03, Lei 11.645/08, Constituição Federal, Base Nacional Comum Curricular e a análise do material didático utilizado pela escola, e o questionário dirigido aos alunos, assim como a observação dos mesmos, desta forma a pesquisa não experimental tem

como função observar as ferramentas como elas são em sua realidade, o desenho não experimental, de tipo qualitativo com enfoque descritivo.

Os questionários bem como as observações se deram junto ao mesmo grupo pesquisado, aplicados a totalidade dos alunos do ensino fundamental do período matutino e vespertino, contendo (12) doze “questões/perguntas” fechadas e categorizadas de acordo com os objetivos específicos, e observação dos alunos no pátio durante a entrada, intervalo das aulas, intervalo recreio e saída, durante (2) dois meses, (1) uma vez por semana por (4) quatro horas, sendo (4) quatro horas no período matutino e (4) quatro horas no período vespertino totalizando (8) horas diárias.

O estudo se faz necessário, para analisar os conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana do ensino fundamental.

A partir desta investigação se poderá identificar se os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos negros tenham uma reação negativa da sua auto estima e identidade e se o mesmo favorece a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nas disciplinas do ensino fundamental.

É importante demonstrar que os conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana dos livros didáticos do ensino fundamental são fatores responsáveis para uma educação das relações étnico-raciais que tanto a sociedade precisa situação esta vital para a construção de uma sociedade democrática de direito e de fato.

Quanto a viabilidade e o fim social desta investigação, tem acima de tudo a função de levantar as dificuldades que a escola tem para inserir o ensino de história e

cultura afro-brasileira e africana no currículo nacional para a educação das relações étnico-raciais na escola, através da demarcação dos fatores que impedem tal prática pedagógica efetiva, que se pauta pelo ideal de fomentar as reflexões didáticas a fim de disseminar por todo o campo institucional seus efeitos pedagógicos.

Os maiores beneficiários desse ideal pedagógico serão os alunos, familiares, e comunidade escolar, igualmente a sociedade, como resultado de uma educação humanizadora, justa e de excelência, com redução de discriminação, preconceito, racismo e violência com promoção da ética para toda a sociedade.

Para estabelecer um diálogo sobre a análise dos conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil, o estudo aqui apresentado contempla em sua estrutura as seguintes partes:

Introdução na qual se faz um breve esclarecimento do problema, dos objetivos geral e específico, da justificativa e da metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, a metodologia, no qual se descreve, de forma criteriosa, a metodologia, o universo da pesquisa, o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos adotados, onde se buscou identificar as percepções e reações dos alunos frente aos Conteúdos e imagens da História Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil, o tipo qualitativo com enfoque descritivo possibilitou o alcance das respostas aos objetivos de tipo descritivo, da análise documental da Lei nº 10639/2003, Lei 11.645/2008 da LDB 9396/1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Constituição Federal do Brasil 1989, Base Nacional

Comum Curricular, o instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental elaborado para análise documental relacionada a inclusão da história e cultura afro Brasileira e africana do Ensino fundamental nos livros didáticos quanto aos conteúdos e imagens iconográficas, a observação do comportamento, bem como o questionário estruturado com perguntas fechadas e categorizadas, aplicada aos alunos da escola objeto de estudo, o desenho desta investigação obedece à estrutura “não experimental”, com justificativa e marco metodológico da investigação utilizada para a realização da pesquisa.

A análise dos resultados foi apresentada na forma discursiva, onde os resultados obtidos oportunizaram o alcance dos objetivos, assim como o confronto com as informações empíricas que favoreceram o conhecimento científico.

As conclusões e recomendações onde, se faz uma contra posição dos objetivos da pesquisa e dos resultados alcançados e, sugestões e recomendações de novos estudos que possam contribuir para a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como fomentar valores éticos.

A estrutura da tese no marco referencial vem demonstrar uma abordagem na “construção histórica das relações étnico-raciais ao longo dos tempos e acima de tudo na implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”, foi sistematizado de forma a seguir as seguintes abordagens: a história da escravidão no Brasil, um pouco de história e contexto histórico das relações étnico-racial no Brasil, escravidão e leis abolicionistas, leis voltadas ao ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, LDB- lei de diretrizes e bases da educação, Lei 9394/96, Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008, Constituição Federal do Brasil de 1988, BNCC - Base Nacional Comum Curricular 2018, Competências específicas de História para o ensino

fundamental, Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 6º ano, Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 7º ano, Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 8º ano, Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 9º ano, quanto ao docente frente ao preconceito, racismo e discriminação, a construção do papel da docência, função social do professor, contribuições teóricas para prática educativa, influência das relações interpessoais no processo de aprendizagem, encontros e desencontros na educação, discriminação na escola o que fazer, o ensino a escola e o direito, o conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos, porque estudar história da África, contribuição histórica cultural e econômica dos afro-brasileiros no Brasil. , Análise das imagens da história e cultura afro-brasileira e Africana nos livros didáticos, análise das imagens dos negros nos livros didáticos, a invisibilidade do negro no livro didático, imagens do negro no livro didático, impactos em sua auto-estima e identidade, imagens e auto-estima como fator determinante para a construção da identidade, os efeitos psicológicos do racismo em crianças e adolescentes, desconstruindo a identidade de um povo.

1.HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

1.1 Um pouco de história

A escravidão dominou varias regiões das Américas, na região sul dos Estados Unidos, nas ilhas do Caribe, e no Brasil, os portugueses chegaram em 1500 na costa do Brasil, e com comércio paralelo na África, apartir de 1530 algumas poucas feitorias foram erguidas na costa Brasileira onde serviam de entrepostos para saída de produtos da região como pau-brasil, peles, ervas, animais exóticos trocados por mercadorias europeias, frequentemente o Brasil era visitado por exploradores de riquezas que se valiam das dificuldades em controle das costas que frequentemente eram saqueadas por piratas e países concorrentes.

Portugal temendo perder suas terras decide ocupar, usando o sistema de capitânicas hereditárias divide em 15 faixas de terras e doações de sesmarias a donatários burgueses que deveriam ocupar e explorar a região encontrando atividades lucrativas que justificassem não só a ocupação, mas que viesse a substituir o comercio lucrativo das índias. As terras vastas, clima e solo fértil favoreceram a plantação de canaviais, produto aceito e muito lucrativo na Europa, para resolver o problema da mão de obra, a escravidão de africanos em grande número e a um preço baixo passa a ser utilizada em sua forma mais cruel e devastadora sendo adotada por mais de três séculos no Brasil, o transporte marítimo em expansão e sendo dominado pela Europa, terminavam por economizar no transporte com a superlotação, a alimentação insuficiente e precária, o alojamento precário, vestimentas e cuidados com os trabalhadores escravos ínfimos, terminavam por garantir grandes lucros aos exploradores, e para manter o

controle e a ordem aplicavam castigos dos mais variados e com requintes de crueldade jamais praticados. Milhares de escravos morriam no transporte dos tumbeiros navios negreiros, por superlotação, doenças, devida carência de alimentação, água e ventilação, condições insalubres a que eram submetidos durante as viagens, “aqueles” que aqui conseguiam chegar com vida sobreviviam cativos trabalhando sem descanso e sob torturas dioturnamente até sua morte.

A literatura não tem um número exato, mas aponta entre quinze milhões de africanos homens, mulheres, crianças desembarcaram na Américas, eles recebiam uma marca feita com metal quente nos braços, pernas, nádegas, rosto, costas, indicando as iniciais que pertenciam a um dono, no Brasil durante todo o período de escravidão a atividade econômica rural sobrepôs a vida urbana e a economia agrícola, de monocultura voltada a exportação esteve fundamentada sobre a escravidão, toda riqueza gerada na colônia vinha do trabalho escravo, nas áreas urbanas as construções de ruas, praças, igrejas, residências, mercados ou edifícios públicos era executada pelas mãos e suor de escravos, o cultivo de matérias-primas eram produzidas pelos escravos, fosse nos canaviais plantando cana de açúcar, na mineração do ouro, ou nas plantações de café, todo trabalho foi feito por escravos africanos, trabalhavam descalços, doentes, com enfermidades de verminoses, diarreias, trabalhavam mais de dezoito horas seguidas ou quinze dias seguidos sem descanso, com ferramentas rústicas e pesadas, muitos se acidentavam com as prensas, facas devido sono, fraqueza, cansaço físico e mental tinham seus membros amputados, as condições trabalho sem descanso, a alimentação insuficiente e precária associado aos castigos e torturas colocava a expectativa ou média de vida muito curta.

As senzalas eram prisões coletivas barracões rústicos, com pouca ventilação, onde após o dia árduo de trabalho eram contados e trancados, aqueles considerados

mais rebeldes eram acorrentados, torturados de todas as formas, com palmatórias, chicotes, açoites, amarrados publicamente eram açoitados e chicoteados por dias sem direito a alimentação ou água, os castigos tinham função de castigar e punir bem como servir de exemplo, aterrorizar, intimidar e coibir novos comportamentos rebeldes, e tudo isso no Brasil era um direito castigar fisicamente o escravo era um direito e um dever senhorial reconhecido e apoiado pelo estado e pela igreja.

O processo de escravidão dos africanos surge com o processo de acumulação primitiva de capitais, uma característica da política mercantilista, a escravidão negra era muito lucrativa, primeiro porque ao ser uma mercadoria humana enriquecia a burguesia traficante, segundo porque a nível de produção e com a exploração da força de trabalho gerava lucros a classe dominante colonial e metropolitana, terceiro o processo de escravização dos africanos pelos portugueses levou em conta o parecer do papa Nicolau V com o documento a Bula Papal que autorizava o rei Afonso V rei de Portugal a escravizar em nome da fé os negros da África.

O comércio regular de escravos entre África e Brasil marcava para sempre o início da destruição de todo um povo, o tráfico de escravos não se limitava a perda de liberdade e de referência territorial, cultural e familiar, se estendia com o transporte nos navios negreiros em condições desumanas quando não morriam no percurso devido aos maos tratos e condições insalubres, chegavam aos portos onde recebiam um novo nome para que assim perdessem para sempre sua identidade, eram levados aos mercados de escravos onde eram vendidos e separados das etnias de origem para que não pudessem se comunicar evitando assim uma possível fuga ou rebelião, passando a ter um dono e definindo o enriquecimento dos escravocratas e a exploração dos negros.

Sendo a escravidão a fórmula encontrada pela metrópole europeia para explorar também as terras americanas. Ou seja, a escravidão negra no Brasil foi uma prática da política mercantilista, porque para se ter lucros era necessário transformar pessoas em mercadorias para que fossem padronizados conforme a lei do mercado, para tanto era de fundamental importância que os países capitalistas aliados e apoiados pela igreja católica afirmassem que o negro não tinha alma, sendo assim não eram seres humanos podendo ser comprados, vendidos, maltratados e violados de todas as formas, visto que se tratava de mercadorias, ou seja objetos e nada mais que isso.

A escravidão e a posse de escravos representaram para a sociedade escravocrata um símbolo de status social, riqueza, capacidade de produção, poder do dono, superioridade branca, já para o negro escravo a escravidão representou muito mais que destruição representou não só para os escravos, mas, para toda geração futura sofrimento pelo fato de uma herança de escravidão e pela questão étnica, estar livre do cativeiro não significou liberdade da condição de inferioridade, violência e negação dos direitos garantidos pela constituição, a discriminação étnica que impedia o acesso do negro a escola e conseqüentemente no mercado de trabalho tornando o negro como classe proletária se tornando escravos do sistema capitalista, aumentando e perpetuando as desigualdades econômica e sociais entre negros e brancos.

Além de pretender com a ideologia do branqueamento os objetivos eram promover a migração europeia de brancos, tornar o negro um pouco claro ou branco destruindo assim de vez sua identidade e sobretudo submeter o negro a condições de vida sub-humana sem emprego, sem moradia, sem educação, sem saúde, sem trabalho e sem segurança eles inevitavelmente morreriam ou estariam para sempre submissos e reféns dos brancos, em algumas ocasiões como uma dádiva eternamente agradecidos pelos favores dos poucos brancos salvadores e defensores das causas dos excluídos da

história. Já no século XX foi sustentada a idéia de que no Brasil não existe racismo porque se tratava de uma nação mestiça, portanto, sem racismo evitando assim que a população negra pudesse construir com autonomia a superação da exclusão social e afirmação de sua identidade racial étnica com autonomia, falseando um estado democrático de direito, e mascarando o papel e função do estado de promover efetivamente a democracia, liberdade, justiça e direito.

O preconceito, discriminação racial e racismo existe de forma latente, discreta, branda velada e contínua, se apresentando em maior ou menor grau em todas as classes sociais, a nível familiar, educacional, profissional e social e por fim o negro não recebe uma educação de qualidade e dificilmente tem acesso ao nível superior. As práticas racistas são historicamente presentes no Brasil e devem ser combatidas com práticas de reparações e políticas públicas para que se possa construir uma sociedade autônoma justa e que supere não só o racismo, mas que seja de fato uma sociedade com igualdade racial.

1.1.2 Escravidão e Leis Abolicionistas

A Escravidão foi praticada e aceita sem que políticos, religiosos, fazendeiros e classes dominantes questionassem a legitimidade da escravidão, a pressão veio da Inglaterra em 1831, com a aprovação da lei que proibiu o tráfico de escravos devido tratados comerciais do interesse capitalista inglês, no entanto, a lei foi simplesmente ignorada não era suficiente a pressão internacional, se fazia necessário a mobilização da sociedade brasileira contra essa atividade desumana.

Os europeus enxergavam o preto como marca do mal e da depravação humana e não podiam entender que houvesse povos portadores de uma cor que era motivo de grande inquietação. Não era sem fundamento que muitos se propunham a investigar e

compreender a origem e o porquê dos negros terem a pele escura. Argumentos de ordem teológica se perfilavam a argumentos pseudocientíficos e filosóficos. Os negros teriam a pele escura devido à forte influência do sol nas regiões habitadas por eles? Seriam tão escuros por sua descendência de Caim que, como castigo, teve sua face enegrecida por Deus após matar Abel? Ou pela maldição de Noé sobre Caim da qual todos os negros descenderiam? Seriam negros por causa da água e dos alimentos que nutriam, encontrados somente na África? (Santos, 2002, p.278).

Apartir de 1808 com a chegada da família real ao Brasil, a educação é referendada ao Estado, vale salientar ainda que a Igreja nesse período tinha seus interesses, o de evangelizar pregando ou impondo a doutrina católica romana aos pecadores do novo mundo como uma tentativa desesperada de obter novos fiéis e ao mesmo tempo servir a coroa portuguesa com mão de obra, o que com tais medidas promove a aculturação dos nativos. Ocorreram avanços educacionais voltados para os interesses da aristocracia lusa e da elite colonial, sem contemplar as necessidades das camadas desfavorecidas, ou seja, índios e colonos. Os negros como não eram considerados seres humanos estavam conseqüentemente, excluído de tais avanços.

Em 1822, devido a independência brasileira foi estabelecida a Monarquia Constitucional, com decorrente implementação do Império do Brasil (1822-1889). Em 1824, D. Pedro I outorga a Primeira Constituição Brasileira que, embora liberal, não garantia direitos civis e políticos aos índios e negros, confirmava e legitimava o poder da Igreja.

Em 1850 foi aprovada a lei Eusébio de Queiroz, com essa lei a importação de escravos foi considerada ato de pirataria devendo ser punida, as embarcações envolvidas no comércio ilícito seriam vendidas com toda carga encontrada a bordo sendo seu produto entregue aos apesadores, os escravos apreendidos seriam reexportados por

conta do governo para os portos de origem, se não fosse feito eles deveriam ser empregados em trabalhos públicos, ficando sob tutela do governo. O contrabando de escravos continuou em alguns períodos houve diminuição em outros os registros apontam o dobro de contrabando de escravos.

Dezesseis anos depois em 1866 o governo assinava um decreto concedendo liberdade aos escravos da nação, designados para o serviço do exército estendendo esse benefício as suas mulheres. Existia um problema da falta de soldados e de voluntários para alistar ao exército. A única solução encontrada foi recrutar escravos. Assim, para que os escravos aceitassem lutar e, não fugissem logo que recebessem a arma, foi oferecido a eles a sua liberdade em troca da participação na guerra, existia casos de escravos alistados compulsoriamente, outros, escravos fugiram só ou mesmo em bandos das fazendas, e se apresentavam aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores, e com a promessa do império que passou a prometer alforria para os que se apresentassem para a guerra aumentou consideravelmente o número de soldados negros, portanto havia batalhões formados exclusivamente por negros, porém eles eram colocados nas linhas de frente, o que fez com que pouquíssimos negros tenham sobrevivido à guerra e ganho sua liberdade. Com o desenrolar da Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro passou a utilizar cada vez mais a população negra. Ao ingressar no Exército, os escravos eram alforriados e seus senhores recebiam indenização do governo brasileiro.

A partir da década de 1860, o movimento pela abolição ganhou força, com a guerra do Paraguai 1864-1870, pois milhares de escravos foram libertados das fazendas para combater nas fileiras do exército brasileiro, como incentivo a carta de alforria e conseqüentemente a tão sonhada liberdade, possibilidade esta aceita por milhares de escravos.

Em 28 de setembro de 1871 a lei do Ventre Livre emancipava os filhos nascidos de mãe escrava, “os filhos de mulher escrava que nascerem no império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”, estes, no entanto, ficariam em poder dos senhores, os quais ficavam obrigados a mantê-los até a idade de oito anos. Chegando a criança a essa idade, o proprietário poderia optar por entregar a criança ao estado e receber uma indenização ou mantê-la até a idade de vinte e um anos, este ficava obrigado a prestar serviços gratuitos em troca do seu sustento. Ou seja, essas crianças permaneciam escravizadas, e para burlar a lei os donos de escravos não registravam as crianças na data de seu verdadeiro nascimento para garantir a escravidão do “ingênuo” como era chamado o liberto.

Em 1885, com a Lei Saraiva- Cotegipe ou Lei dos Sexagenários visa emancipar escravos de sessenta anos, a maioria não valia como força de trabalho e na verdade poucos chegavam a essa idade, mas quem sobrevivia representava um problema ao dono ou seja, a lei veio para desobrigar os donos de escravos de sua responsabilidade em alimentar o que sobrou da exploração humana e desumana e como tentativa para deter o processo inevitável de abolição.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 aboliu a escravidão, o passo inicial para a emancipação do negro, sua emancipação de fato e de direito não culminou com a abolição, começou sim a partir desse momento e tem sido objetivo e sonho de todo ex escravo, descendente de escravos e está longe de se concretizar, e apesar da historiografia vasta não podemos mensurar o verdadeiro processo de abolição em suas diversas esferas, hoje é possível reconstituir o processo com maior clareza, mas jamais sentir o processo como sentiram aqueles que lutaram pela liberdade porque não a tinham, nem a vontade de um punhado de homens, nem a força de uma idéia, nem o apoio do imperador são suficientes para explicar a abolição. Fatores os mais diversos

contribuíram para que esta fosse possível, alguns tinham a ver com transformações ocorridas a nível mundial, outros, sonhos ideológicos, políticos e pessoais.

O desenvolvimento do capitalismo e a revolução industrial condenaram a escravidão como forma de trabalho, mas não pelo ser humano envolvido em uma triste realidade de dor, sofrimento, destruição de toda sua identidade, suas origens, sua família, seu país, mas sim pelo que isso poderia significar a economia. Antes mesmo da abolição ter-se tornado uma aspiração nacional, a escravidão fora condenada, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista moral, nos países mais desenvolvidos. O Brasil era, na segunda metade do século XIX, um dos poucos países onde ainda havia escravos, mas nessa época, a escravidão passava a ser identificado com ignorância, atraso e ao entrave a emancipação com progresso e civilização.

Segundo Costa (1994, pp. 94 – 96):

O discurso abolicionista unificou os grupos mais diversos e deu expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu as camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta contra a escravidão. Foi essa mobilização que levou a aprovação da lei áurea, nesse sentido, esta foi como bem registrou um jornalista do tempo, uma vitória do povo e poderíamos acrescentar uma conquista dos negros livres e escravos. Estes, no entanto, não escreveram a sua história. Por isso, ela foi contada por outros. A história que se acabou por fixar nos livros didáticos valorizou a ação parlamentar e as leis abolicionistas, estas foram descritas como dádivas das classes dominantes. Heróis foram os que, num país onde apenas trinta por cento da população era alfabetizada, tinha o privilégio de saber escrever e puderam contar sua própria história. Ignorado ficou um sem-número de

devotados abolicionistas, brancos, pretos e mulatos, heróis anônimos da nossa história, sem os quais a abolição jamais teria sido conquistada.

Portanto, a abolição foi o primeiro passo da emancipação e liberdade, as conseqüências dessa se fazem presentes em nossa sociedade contemporânea em todos os níveis e setores sociais de inúmeras formas, sejam com violência, preconceito, discriminação racial, ignorância e desrespeito dos direitos conquistados, negligência, omissão, transgressão, tortura, prisão ou ainda o racismo velado ou a crença do mito da democracia racial, seja como for são condições reais e presentes em nossa sociedade.

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, libertou a todos os escravos de fato, mas não foi tomada nenhuma medida que permitisse a inclusão dos negros africanos na sociedade, em condições de igualdade com os brancos, os negros foram lançados numa sociedade preconceituosa, de forma desarticulada, sem dinheiro, sem casa, sem comida, sem estudo, sem trabalho, sem nenhuma condição de se estabelecer com o mínimo de dignidade e justiça.

A Lei Afonso Arinos, de 1951 a primeira disposição legal contra o racismo no Brasil, estabelecia penas para atos de discriminação de cor e raça em lugares públicos.

A Constituição de 1988 considera a prática do racismo “crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão. Ou seja, no Brasil é visível a desigualdade entre brancos e negros, é notório a inúmeras situações de violência racial e a existência de um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial, mas perigoso quanto ao ato de se declarar racista, ou mesmo inapropriado para os padrões da falsa sociedade democrática e ética, ou ainda, indevido para aqueles que pretendem ser aceitos por um grupo e não arriscar sofrer críticas em detrimento de sua postura, preferem adotar um racismo velado evitando dessa forma o enfrentamento.

Como forma de reparação é que se pretendem por meio de políticas públicas e com amparo da lei 10639/2003, e a 11645/2008 reescrever uma nova história a verdadeira história da África e dos Afrodescendentes seus valores, sua cultura e contribuição para a história do Brasil.

O ministério da educação em conjunto com o governo federal instituiu uma série de medidas e ações com objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todo o sistema educacional brasileiro. Pois reconhece que ao longo de sua história o Brasil adotou um modelo de desenvolvimento excludente, ou seja, milhões de brasileiros tiveram o acesso à escola negado.

A historiografia do Brasil evidencia que em todos os períodos de sua história adotou uma postura de consentimento e prática de discriminação racial, preconceito e racismo que atinge a população Afrodescendente brasileira até hoje, prova disso esta inserida nas leis que tornavam a escravidão e suas conseqüências parte da legalidade e desengargo de consciência dos escravocratas e sociedade. Prova da política racial podemos constatar nos decretos destinados a banir negros do processo educacional, como o decreto nº 1.331, de 17/02/1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores.

Outro decreto de nº 7.031-A, de 6/09/1878 determinava que os negros só pudessem estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas para impedir o acesso de negros nas escolas, com a constituição de 1988 o Brasil procura um estado democrático de direito, mas, o fato é que o preconceito, discriminação racial e racismo aos Afro-descendentes que historicamente tiveram e tem o acesso a escola

negada ou diferenciada dos demais estudantes ainda tem sido uma realidade na educação brasileira.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola o seu comprometimento com a promoção do ser humano, em sua integridade, estimulando a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ou seja, sem a intervenção do estado, os afro-brasileiros dificilmente romperão as desigualdades e injustiças ocupando seu espaço de fato e de direito e em condições de igualdade em todos os sentidos sejam elas econômicas, sociais ou culturais. É necessário conhecer a verdadeira História desmascarando o mito da democracia racial na sociedade brasileira que nunca houve e só coloca os negros em condições de mais inferioridade, pois, atribui a culpa pelo fato de não possuir as mesmas condições do branco como responsabilidade exclusiva dos negros.

E acima de tudo é necessário adotar políticas educacionais que valoriza a diversidade que questione as relações étnico-raciais respeitando as pessoas negras e tudo que a cerca, ou seja, políticas que a constituição federal do Brasil de 1988, com a lei de diretrizes e bases da educação 9394/96, com a lei 10639/2003, 11645/2008, bem como os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na convenção da UNESCO de 1960, e a conferencia mundial de combate ao racismo, discriminação

racial, xenofobia, e discriminações correlatas de 2001 devem ser garantias naturais de todas as pessoas independentes de serem brancos ou negros.

Portanto resultados positivos ou satisfatórios, só serão de fato alcançados diante de ações conjuntas de políticas públicas, educação e movimentos sociais para que as mudanças sejam estruturais e concretas, pois combater o racismo é promover a reeducação das relações étnico-raciais, e a escola tem função determinante para eliminar a discriminação e promover igualdade aos discriminados e estabelecer uma nova postura para uma nova sociedade.

Conforme Fanon (1983, p. 38) salienta em sua obra:

Os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não tem, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados, no entanto, tem eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos a margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem o muito que o trabalho escravo possibilitou ao país.

Portanto a escola sendo uma instituição social responsável pela educação a todos deve posicionar-se politicamente contra as inúmeras formas de discriminação e preconceito e possibilitar a todos os alunos em todos os níveis de ensino condições para novas relações étnico-raciais que corresponda a uma sociedade justa e o estado deve garantir tais condições.

1.2 Leis voltadas ao ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana

1.2.1 LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é específica quando afirma que a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da educação básica partiu de uma decisão política, a relevância de estudo não se limita a negros, mas, a todos os brasileiros ampliar o currículo escolar para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira vai além de inclusão de novos conteúdos, se trata de repensar as relações étnico-raciais no campo pedagógico, oferecer uma educação que cumpra com a determinação legal que o Art. 26-A acrescido a lei 9.394/1996 estabelece, ou seja, é de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, coordenação pedagógica e dos professores o planejamento de conteúdos, projetos, ações, material bibliográfico e didático no currículo escolar da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para que as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações sejam realidade é necessário que haja uma mudança de mentalidade, do pensamento e das ações dos homens visando tais objetivos é que destacamos as determinações que se seguem, quanto ao ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.

Primeiro para evitar as distorções deve-se envolver articulação entre passado, presente e futuro das experiências e realidades do povo negro.

Segundo o ensino se fará por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, promovendo atividade de diálogo, convivência respeitosa onde a comunidade possa interagir diante de valores, e visões de mundo distinto. Terceiro o ensino se dará em diferentes níveis e modalidades de ensino como conteúdo de disciplina, em especial: Educação Artística, Literatura e História do Brasil, em atividades curriculares, salas de

aula, laboratórios de ciências e informática, sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e demais ambientes escolares.

Quarto o ensino se estenderá nas atividades e organizações negras bem como toda e qualquer movimento de comunidades, bairros, localidades, municípios e regiões.

Quinto as datas significativas de cada região serão respeitadas como: 21 de março, dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial. 13 de maio, dia nacional de denúncia contra o racismo. 20 de novembro, dia nacional da consciência negra.

Sexto, o ensino se fará abrangendo a realidade dos fatos sendo positivo e de denúncia, a visão dos africanos enquanto colonizados e o processo de luta pela independência, as relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora bem como os acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora.

Sétimo deverá ser destacado o cotidiano o jeito próprio de ser, viver e pensar.

Oitavo o ensino deverá discorrer sobre as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidental.

Nono o ensino se fará, incluindo projetos de diferentes naturezas destacando atuação de negros nas diversas áreas do conhecimento.

Décimo o ensino divulgará estudo e participação dos Africanos e seus descendentes na diáspora.

1.2.2 Lei 10.639/2003

O governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10639/2003 MEC (Ministério da Educação e Cultura), que altera a LDB (lei de Diretrizes e Bases da Educação) e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma, a Lei 10639/2003, estabelece a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história da África e

da cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar das escolas públicas e particulares de educação básica, a lei visa cumprir o que já estabelece a Constituição Federal em diversos artigos.

Enfim além de todos esses dispositivos legais associados as reivindicações e luta dos movimentos negro fica claro o objetivo e esforço para que o direito, a igualdade de condições de vida, de cidadania, igualdade de direito, igualdade de um ensino de excelência, e de conhecer as verdadeiras histórias e culturas pertinentes ao povo Brasileiro sejam de fato realidade no ensino, não só nos currículos como nas práticas pedagógicas do ensino Brasileiro.

A lei visa uma reestruturação da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas, oriundas da realidade brasileira, visa combater o racismo e as discriminações que atingem principalmente os negros, essa política de reparação tem como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressão e autonomia individual e coletiva, o direito dos negros cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas instaladas e com professores qualificados. Sendo condição indispensável para uma educação de qualidade.

O intento por reparações visa que o estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos: psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais dos quais sofreram durante a escravidão e após a abolição da mesma, devido a política de branqueamento da população, dívidas que sabemos ser impagáveis, mas combater o racismo, discriminação e dar condição a educação democratizada são condições mínimas e necessárias para que a justiça seja de fato realidade.

O que a lei 10639/2003, que alterou a lei 9.394/1996 estabeleceu foi a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro- Brasileiras e Africanas,

possibilitando dessa forma o cumprimento do que determina a Lei máxima do país a constituição federal.

Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar condições para que os professores e alunos possam ter acesso a essas mudanças não só pedagógicas mais estruturais e atitudinais para que de fato o ensino cumpra com as determinações legais e necessárias para essa sociedade que pretende constituir-se de princípios éticos e humanos.

Para atender as determinações da Lei 10639/2003 os sistemas de ensino e estabelecimentos de educação deverão providenciar uma reestruturação nos conteúdos disciplinas e práticas de ensino conforme prevê a normativa, as diretrizes proposta na Lei 10639/2003 são instruções que regulamentam de forma ampla e flexível, embora clara e objetiva os novos percursos que baseados na historiografia do Brasil são imprescindíveis para estabelecer uma educação democrática e de fato que garanta uma reparação dos direitos amplos de toda pessoa, garantia esta presente na constituição federal do Brasil e cabe aos órgãos políticos e instituições de ensino estabelecer critérios e estratégias que planifiquem ações práticas que venham viabilizar o cumprimento de fato da LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em conjunto todo o instrumento legal tem como objetivo estabelecer a educação comum a todos, respeito aos valores culturais e históricos e a dignidade da pessoa humana.

Diante do inciso I da Lei 9.394/1996, relativo ao respeito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; diante dos Arts. 26, 26 A e 79 B da Lei 9.394/1996, estes últimos introduzidos por força da Lei 10.639/2003, o conselho pleno propõe instituir as diretrizes explicitadas neste parecer e no projeto de resolução em anexo, para serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientá-los,

promover a formação de professores para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como supervisionar o cumprimento das diretrizes e ainda Recomenda que este parecer seja amplamente divulgado, ficando disponível no site do Conselho Nacional de Educação, para consulta dos professores e de outros interessados.

Vem garantir a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, e política pertinentes a História do Brasil, os conteúdos referentes a História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira e o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra”.

1.2.3 Lei 11.645/2008

A Lei Nº 11.645 de 10 de Março de 2008, a qual altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez foi modificada pela Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados tornando obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Em seu Art. 26, § 1º e § 2º, a Lei 11.645/08 determina: que o conteúdo programático, a que se refere este artigo, incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos

étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos; a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil; que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e de História brasileiras.

Assim, a relevância da proposta consiste na abrangência e também na importância que assume a questão do currículo, na proposta da referida Lei, buscando tornar conhecidas as origens do povo brasileiro.

1.2.4 Constituição Federal 1988

Constituição Federal é a Lei máxima de um País e vem justamente para estabelecer os princípios norteadores das relações de democracia, liberdade, direito e igualdade, princípios estes garantidos na constituição federal do Brasil de 1988 nos seguintes artigos 1ºIII, 3ºIV, 4ºII, 5ºXLI, XLII, 206, 210, 215, 216 e 242, o que vem estabelecer esses artigos:

Que a república federativa do Brasil é um estado democrático de direito e tem como fundamentos garantir, a dignidade da pessoa humana, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, repúdio ao terrorismo e ao racismo, prevalecendo os direitos humanos, pois, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito

a pena de reclusão, nos termos da lei, o estado garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, o estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O estado protegerá as manifestações das culturas populares, Indígenas e Afro-Brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais.

A lei estabelecerá incentivos para a Produção e o conhecimento de bens e valores culturais, fica tombado todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência históricas dos antigos quilombos, o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Todos visam garantir segurança, igualdade, justiça e direitos, direitos estes ignorados, desrespeitados e responsáveis pela construção de uma sociedade permissiva, injusta e cruel, o aparato legal com todo seu poder não assegura aos brasileiros, garantias legais para o cumprimento da Lei.

A abolição da escravatura no Brasil em 13 de maio de 1888 não resolveu os problemas oriundos da escravidão e conseqüentemente dos ex-escravos ou afro-descendentes que passam a lutar não mais pela liberdade, mas, pela igualdade racial, para tanto a educação formal passa a ser valorizada como meio de ascensão social e acima de tudo a única forma ou condição para superar a exclusão sócio-racial. Porém logo se percebeu que a escola mesmo sendo necessária não resolveria os problemas dos negros brasileiros porque ela, a escola é responsável pela contínua desigualdade racial, marcada historicamente pela educação formal de embranquecimento cultural, eurocentrista e de valorização dos Estados Unidos, desqualificando o continente africano e inferiorizando racialmente os negros sejam eles brasileiros africanos ou estadunidenses.

O sistema educacional brasileiro é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural, em todos os níveis de ensino brasileiro: elementar, secundário, universitário, o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia predito a frase de Silvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira?

Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referencia ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro- africano tem acesso. O modelo Europeu ou Norte Americano se repete, e as populações Afro-Brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar

todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários Afro-Brasileiros.

Segundo Querino (1988, p. 122):

O legado africano para o Brasil foi e tem sido imenso, “no início de século XX foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil; foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhes, portanto, um lugar de destaque como fator da civilização brasileira, .quem quer que compulse a nossa história, certificar-se-á do valor e da contribuição do negro na defesa do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento da independência, com as armas na mão, como elemento apreciável na família, e como herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosas. O Brasil independente, nação culta poderosa entre os povos civilizados Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo.

É inegável a contribuição e participação do negro no cenário nacional e internacional, mas como os educandos, crianças, adolescentes, jovens e adultos poderão saber se o ensino ministrado nos bancos escolares até o presente momento não apresenta a verdadeira historiografia da nossa história a África é parte do povo brasileiro e suas contribuições precisam ser ecoadas em cada instituição de ensino seja privado ou público isso é um dever moral e acima de tudo um resgate da própria identidade, necessitando permitir de fato que seja reconhecido como verdadeiramente é a história da contribuição do negro no cenário Brasileiro.

1.2.5 Base Nacional Comum Curricular

Segundo Arendt (1993, p. 36) história é um saber necessário para a formação das crianças e jovens, pois se trata de dialogar a todo momentos com o passado e o presente, esse processo não se da de forma automática, pois requer referências teóricas capaz de transformar objetos históricos, sujeito e narrador expressando a dinâmica da vida das sociedades em tempo real.

Portanto, o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem suas instituições e organizações sociais. Nesse sentido, “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica.”

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões.

O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação.

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história.

A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental.

O exercício da interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, de uma imagem artística ou de um mito – é fundamental na formação do pensamento crítico. Exige observação e conhecimento da estrutura do objeto e das suas relações com modelos e formas (semelhantes ou diferentes) inseridas no tempo e no

espaço. Interpretações variadas sobre um mesmo objeto tornam mais clara, explícita, a relação sujeito/objeto e, ao mesmo tempo, estimulam a identificação das hipóteses levantadas e dos argumentos selecionados para a comprovação das diferentes proposições.

A análise é uma habilidade bastante complexa porque pressupõe problematizar a própria escrita da história e considerar que, apesar do esforço de organização e de busca de sentido, trata-se de uma atividade em que algo sempre escapa, trata-se de um saber lidar com o mundo, fruto de um processo iniciado ao nascer e que só se completa com a morte. Nesse sentido, ele é impossível de ser concluído, e incapaz de produzir resultados finais, exigindo do sujeito uma compreensão estética e, principalmente, ética do objeto em questão. Nesse contexto, um dos importantes objetivos da história no ensino fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. A busca de autonomia também exige reconhecimento das bases da epistemologia da história, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo.

Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental. Cumpre destacar que os critérios de

organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de História deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

1.2.6 Competências específicas de História para o Ensino Fundamental

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África. e Brasil.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente.

O segundo procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos. O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por

exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu. Os procedimentos básicos para o trato com a documentação envolvem: identificação das propriedades do objeto (peso, textura, sabor, cheiro etc.); compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu ao objeto e seus usos (máquina que produz mercadorias, objeto de arte, conhecimento etc.); e utilização e transformações de significado a que o objeto foi exposto ao longo do tempo. Esse exercício permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar, interpretar, analisar, criticar e compreender as formas de registro.

O terceiro procedimento citado envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes. Tomemos como exemplo a Guerra do Paraguai (1864-1870). São evidentes e justificáveis as diferenças do olhar brasileiro e do olhar paraguaio sobre ela. Como símbolo da vitória, os brasileiros trouxeram para o seu território um troféu de guerra: um canhão chamado “canhão Cristiano”, feito com os sinos derretidos de igrejas do país vizinho, derrotado na guerra. Hoje, o artefato integra o acervo do Museu Histórico do Rio de Janeiro. Qual é a relação entre esse objeto e a soberania nacional? Por que o canhão não foi devolvido, apesar das inúmeras solicitações do governo paraguaio? O que ele significava ontem? E o que significa hoje? Interpretações podem ser elaboradas em diferentes linguagens? Como? Uma guerra pode ser descrita por meio da enumeração das razões do conflito, da descrição e quantificação das armas utilizadas no campo de batalha ou, ainda, por meio de um único símbolo. Canhões, tanques, drones ou mesmo facas: o que esses objetos podem significar em uma análise histórica? Pelo exemplo dado, é importante observar e compreender que a história se faz com perguntas. Portanto, para aprender história, é preciso saber produzi-las. Faz-se necessário:

- a. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- b. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
- c. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- d. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- e. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- f. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
- g. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BNCC, 2018).

1.2.7 Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 6º ano

- a. Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.
- b. Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano. A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais.
- c. Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.
- d. Significados do conceito de “império” e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades ou aldeias.
- e. Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços. O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio.
- f. Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado. Trabalho e formas de organização social e cultural Senhores e servos no mundo antigo e no medieval

Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África) Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval.

Sendo assim das vinte e uma (21) unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 6º ano que consta na BNCC, verifica-se seis (6), unidades temáticas objeto de conhecimento habilidades referente aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, o que se percebe é a manutenção da relevância que ainda mantém a história antiga clássica com destaque significativo para uma história que mantém uma visão eurocêntrica do todo e a partir desse princípio se estabelece uma historiografia onde a existência da história do Brasil tem como fase inicial a colonização européia ou seja a partir da idade medieval clássica século xv, com o início da colonização dos portugueses e espanhóis, se delinea-se as as estruturas dos povos indígenas e africanos a partir da dominação européia e conseqüentemente das transformações ocorridas dessa relação.

Ao estabelecer as rotas do povoamento no território americano onde esta se dá com o mundo clássico e a partir dela e conseqüentemente as mudanças na estrutura cultural e social do povo indígena e africano, dando ênfase na tradição oral e cultura material, onde se estabelece de maneira clara não apenas o significado da conquista, mas que justifica o conflito como forma de se estabelecer uma organização política imposta aos moldes do conquistador.

1. 2.8 Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 7º ano

a. O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e Europeias A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo:

permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno.

b. Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial.

c. Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas. Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo Humanismos: uma nova visão de ser humano e de mundo Renascimentos artísticos e culturais.

d. Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural, (indígena, africana, europeia e asiática). Lógicas comerciais e mercantis da modernidade As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto Oriental.

e. Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente. As lógicas internas das sociedades africanas As formas de organização das sociedades ameríndias A escravidão moderna e o tráfico de escravizados.

f. Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados. A

emergência do capitalismo. Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.

Sendo assim das dezessete (17) unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 7º ano que consta na BNCC, verifica-se seis (6), unidades temáticas objeto de conhecimento habilidades referente aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

Neste período as unidades centralizam sua temática na Europa a partir do século XV A XVIII, e todos os processos de revoluções da história moderna, do processo de colonialismo que se deu com a necessidade da conquista do novo mundo e as possíveis conquistas do novo mundo com o processo do modo de produção industrial e escravista no cenário da expansão comercial européia.

No contexto brasileiro se especifica claramente a sociedade americana indígena sendo substituída pela mão de obra indígena pela mão de obra escrava africana como forma de uma organização social que atendia aos interesses econômicos da Europa, verifica-se justificar a escravidão a partir das diferentes fases de escravidão, seus agentes, a procedência dos escravos com as necessidades do mercantilismo em transição para o capitalismo

1.2.9 Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 8ºano

Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas. A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão.

Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando

permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado
Territórios e fronteiras: A Guerra do Paraguai Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

- a. Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito. O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial.
- b. Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.
- c. Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. Políticas de extermínio do indígena durante o Império.
- d. Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia. Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais.
- e. Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica. Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX.

f. Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX. O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia.

g. Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia. Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígena e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas. A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória.

h. Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.

Sendo assim das trinta e uma (31) unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 8º ano que consta na BNCC, verifica-se doze (8), unidades temáticas objeto de conhecimento habilidades referente aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

Nessa fase de estudo a prioridade é analisar o processo de independência de diferentes países da América, no século XIX, e conseqüentemente os processos de descolonização e independência da África e Ásia, comparações de formas de governo adotadas, o contexto dos recém libertos da escravidão, tutela dos povos indígenas, da continuidade dos preconceitos sofridos pelas populações indígenas e africanas, quanto leis de terras, ocupação e trabalho na terra, sua capacidade intelectual, bem como legado da cultura africana no Brasil.

1.2.10 Unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 9º ano

- a. Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954. A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.
- b. Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.
- c. Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil. Primeira República e suas características Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930.
- d. Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes. Anarquismo e protagonismo feminino.
- e. Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto). O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos.
- f. Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos.

g. Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência, As questões indígena e negra e a ditadura.

h. Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. O processo de redemocratização. A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira. A questão da violência contra populações marginalizadas. O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização.

i. Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

l. Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

m. Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

- n. Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos. Os processos de descolonização na África e na Ásia.
- o. Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia. O fim da Guerra Fria e o processo de globalização Políticas econômicas na América Latina.
- p. Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.
- q. Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.
- r. Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

Sendo assim das trinta e nove (39) unidades temáticas objetos de conhecimento habilidades do 9º ano que consta na BNCC, verifica-se dezesseis (16), unidades temáticas objeto de conhecimento habilidades referente aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana onde é estabelecido a sua grande maioria de unidades para tratar de temas referentes ao século XX E XXI, ou seja globalização, os conflitos mundiais, o Brasil durante a república até a atualidade, ficando dessa forma definido a temática para os temas relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana definidos apartir do período republicano após a abolição, sua inserção na

sociedade, sua contribuição na construção econômica, cultural do Brasil entre 1900 e 1930, posteriormente se analisa o colonialismo na África bem como a resistência.

As unidades temáticas ainda procura analisar as questões relacionadas as necessidades dos quilombolas, os direitos civis definidos pela Constituição de 1988, a violência contra populações marginalizadas, o processo de descolonização da África, choques entre diferentes grupos e culturas, discutir diversidade e combate a preconceito e violência.

Ao analisar a base nacional comum curricular, é significativo o avanço da proposta inovadora do governo federal ao propor uma estrutura de ensino comum para todo o território nacional brasileiro bem como os materiais didáticos que devem ser padronizados ou seja a padronização tanto dos conteúdos quanto do material didático utilizado em todo o território nacional deve estar parametrizado e dentro das normas e legislações brasileiras, fator de sua importância e um avanço considerado para a educação brasileira.

O que precisa ser levado em consideração não menos importante que a criação da legislação e adequação nos estabelecimentos de ensino, dos debates e horas discutindo o que determina a base nacional comum curricular, é de fundamental importância sem dúvida esse momento para se debater, discutir e conhecer as determinações que pedem a lei, mas considerar a qualificação dos profissionais de educação para essa nova realidade como um objetivo fundamental para garantir a efetividade da lei do contrário ira ser mais uma lei sem aplicabilidade como tantas existentes no Brasil, onde criar Leis são tão importantes como instrumentos que garantam tal funcionamento, exatamente objetivando que de fato o ensino de qualidade no Brasil independente de estados, municípios sejam reais, que de fato o ensino publico no Brasil tenha excelência e qualidade para que assim possam ser efetivadas as garantias legais de toda criança a

uma educação de qualidade, equidade igual aos estabelecimentos privados, ou seja, que o ensino seja público ou privado garanta oportunidades iguais a toda pessoa.

1.3 O docente frente ao preconceito racismo e discriminação

1.3.1 A construção do papel da docência

A docência é uma atividade laborativa construída historicamente, influenciada pelo contexto cultural, político e religioso ao longo da evolução do homem e das necessidades da sociedade de cada época.

A prática docente requer a definição de um “papel” que foi constituído com base em experiências concretas que, por sua vez, geraram regulamentações através de leis por parte das políticas públicas criadas em momentos históricos diversos.

Conforme (Lima, 1996, p.48), o conceito sociológico de papel é complexo, pois este abrange três questões importantes: primeiro um status, ou seja, uma posição ocupacional específica; segundo um padrão de comportamentos que está associado a essa posição, o qual é independente das características dos indivíduos que a ocupam; e em terceiro um padrão de expectativas sociais em relação ao ocupante da posição, que tem a ver com a forma como ele deve agir.

Então, o ocupante de determinada função deverá agir em conformidade com as expectativas associadas à função que este ocupa, logo, poderemos prever o comportamento adequado das pessoas para cada função que esta exerce.

No que se refere ao papel do professor, (Lima,1996, P.62), afirma que o papel do professor é influenciado por constrangimentos de naturezas diferentes e que são importantes para compreendermos suas expectativas subjetivas. Como o seu papel ao

nível status social, se encontra num nível econômico relativamente baixo, comparado a outras funções de formação acadêmica similar, mesmo assim ocupa um nível cultural acima da média, devido a posse do diploma que simboliza saber, prestígio e conhecimento.

O professor é um agente de reprodução do sistema social, considerando que não haverá oportunidades sociais a todos com a mesma qualidade.

O papel do professor requer corresponder à diversidade de sujeitos dentro de uma sala de aula, entretanto, os professores têm que lidar com inúmeros estudantes de forma simultânea, o que leva o professor a uniformizar o atendimento para que possa atender a todos no mesmo instante com o mesmo tema, não sendo possível corresponder com a diversidade cultural com a qual é confrontado.

Do papel do professor exige-se que ele exerça sua autoridade disciplinando com rigor os alunos e ao mesmo tempo em que tenha um comportamento afetivo com os mesmos, ou seja, duas funções contraditórias é o que afirma Lima, (1996 p. 68).

A função ainda do professor requer uma negociação entre sua subjetividade, suas crenças, história pessoal e convicções, com a estrutura institucional em que este se encontra situada, sendo esta constituída de uma infinidade de subjetividades. E segundo Lima, (1996 p.70) essa negociação esta fundamentada numa relação de permanente conflito.

O professor está sujeito a um acúmulo de responsabilidades desproporcionais com o seu tempo e os meios a que dispõe, como por exemplo: estimular os alunos à aprendizagem formal, transmitir conhecimento acumulados pela sociedade, manter a disciplina, ser simpático, ser amigo, estar sempre disposto a aceitar mudanças nos meios pedagógicos, programar suas atividades, avaliar, aconselhar, receber os pais,

acompanhar a evolução de seus alunos, organizar atividades extra-escolares, participar de conselhos de professores, participar de reuniões, de semanas pedagógicas, vigiar os recreios, os refeitórios, registrar informações de forma sistemática referente a conteúdos e comportamentos, receber e atender às diversidades de demandas em sala de aula entre outras funções Lima, (1996 p. 72).

O desenvolvimento científico, a expansão comercial ocorrida no período do renascimento estimulou surgimento de novas visões sobre, como a criança deveria ser educada. Com a revolução industrial e a possibilidade de acúmulo de capital originário da exploração de novos continentes e de conhecimentos científicos, a educação passa a ser vista como um atributo inerente e necessário para o desenvolvimento social. Nesse momento a criança a ser o centro do interesse educativo dos adultos, começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados, como preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que acrescentou á escola o mérito de instrumento de mudança social. (Oliveira, 2005, p.62).

Neste momento histórico recai sobre o professor uma infinidade de funções no exercício de sua profissão para corresponder ás expectativas que a sociedade almejava naquele momento, objetivando a melhoria do capital e do desenvolvimento social de um determinado país.

A função social do professor vivencia nos dias atuais uma crise de identidade, construída a partir de, influencias de naturezas históricas, pedagógicas, políticas e social.

Podemos iniciar com as contribuições para esta crise com movimento da escola nova e seus representantes, Montessori, Freinet, Dewey, entre outros, no inicio deste século que faziam críticas a escola tradicionais e a seu método de trabalho de

memorização e uniformização onde o professor era o transmissor de conhecimentos e de normas sociais.

A função do docente foi influenciada pela evolução do corpo docente ocorrida, em grande parte nos países ocidentais, onde houve uma explosão escolar que gerou a necessidade de um recrutamento em massa de professores, sendo que a maior parte desses não havia recebido nenhuma formação acadêmica prévia. Lima, (1996 p. 32). Mais tarde, coloca a evolução demográfica dos países industrializados teve uma redução dos níveis de natalidade, repercutindo no sistema escolar, originando um excesso de professores em exercício. Lima, 1996 p. 39).

A proliferação das teorias, técnicas e métodos pedagógicos questionaram os hábitos e as concepções sobre a docência, problematizando a questão da função do professor. (Garcia, 1986 p. 56). Cita a questão do currículo tradicional que foi alterado para a construção de um currículo reflexivo, que centrava no aluno, relativizando e contextualizando os conhecimentos em função das situações sociais e das pessoas concretas.

A função docente até os anos 60, vista anteriormente como um modelo humanista e racionalista havia permanecido durante muito tempo, afastada do campo político, a partir de então, pais, alunos, investigadores e estudiosos, passam a questionar as técnicas pedagógicas, num plano político, sugerindo mudanças na instituição escolar. Lima, (1996 p. 53).

A função da escola e o papel do professor receberam críticas, fundamentadas nas idéias marxistas que situava a escola e o professor pertencentes a uma sociedade capitalista que reproduzia a divisão de classes, Lima, (1996 p.47), afastando da escola e

do professor a idéia romântica e ingênua do ensino que situava o professor, como guia dos jovens e defensor da verdade.

Situar o professor como aliado á reprodução da visão de mundo, do modo de comportamento no trabalho e de relações técnicas e sociais gerou um caráter ofensivo á sua função, considerando que estes eram reprodutores das desigualdades sociais, gerando idéias pessimistas sobre o professor, diminuindo inclusive o potencial do professor em contribuir com a transformação social, reduzindo o professor á agente do sistema capitalista Lima, (1996 p. 62).

Lima, (1996 p. 78), cita o movimento da desescolarização que considerava a escola um espaço de deteriorização das qualidades humanas, que pregava que ao invés de desenvolver as habilidades humanas, provocaria a criação dos sentimentos de subordinação, alienação e aborrecimento dos alunos, e defendia uma sociedade sem escolas, na qual a função do docente não seria necessária e a aprendizagem ocorreria a partir da convivência social.

Para Lima os objetivos da escola sofreram mudanças constantes ao longo dos anos, tornando os professores vulneráveis ás transformações estruturais, das quais ele próprio era sujeito transformador e ao mesmo tempo vítima o que contribui para a mudança no seu papel funcional (1996 p. 24).

Com efeito, o papel de professor sofreu mudanças de caráter estrutural, considerando a integração a este de novas funções, que requer novas competências, como por exemplo, as de formador e de animador (Lima, 1996 p. 53), por outro lado, verificou-se um processo de diferenciação e de especialização dentro das escolas, que se tornaram especialistas em atender sua clientela, tomando a função de professor polivalente Lima (1996 p. 57).

A comissão de reforma da educação na era Roberto Carneiro propunha dois perfins de professor: o professor curricular mero agente de ensino, que se preocupava em exercer suas atividades laborativas em sala de aula, cumprindo seu currículo, e o professor cultural, como agente da cultura que tinha como meta alcançar os objetivos da escola e da comunidade. Lima, (1996, p.76).

No estatuto da carreira docente, no seu artigo 36º da lei de bases do sistema educativo, aprofundava o caráter polivalente da atividade docente, adicionando às atividades de docência tradicionais um conjunto de ações de apoio psicológico cuja imputação ao professor é altamente questionável. Fernandes, (1988, p. 73), este alargamento das funções do professor que surge nos processos sociais exteriores se encontra distante da realidade e das funções do professor.

Um movimento mais recente procura tornar os professores mais responsáveis perante as famílias e a comunidade Lima, (1996 p. 87). Tomando as famílias e a comunidade avaliadora quanto á função do professor, podendo escolher um conjunto de qualidades que exijam dos professores para que estes tenham o direito de trabalharem com seus filhos, sendo estas exigências baseadas numa legislação (Lima, 1996, p. 97).

As transformações mais decisivas no papel do professor segundo Lima, (1996 p. 83), se devem á manipulação da transmissão do saber, áquele que é o detentor do conhecimento.

Aos professores, o saber ocupa um lugar central e este saber tem sido abalado por diversas razões. O crescimento dos meios de comunicação em massa criou uma educação paralela, é o que afirma Lima, (1996, p.21).

Ele não só não tem mais o privilégio de saber, como também o seu saber se
Encontra mais desvalorizado. O pequeno écran para nos limitarmos a ele,

Sabe mais, e ele interessa mais, graças ao poder imagem em movimento que dá a ilusão da realidade diretamente percebida.

O professor perdeu o exclusivo privilégio do saber, que ainda acima de tudo foi desvalorizado, hoje não só o professor que não detém a exclusividade da posse do saber, mas o próprio professor é posto em questão Nóvoa, (1987, p.36).

Já não é possível falar do saber sem reenviar para toda uma série de questões, que não são inéditas, mas que adquirem uma nova significação. A que necessidades respondem este saber? Quais são as condições da sua produção? Quais são os responsáveis pela sua elaboração? Para que serve ele? A quem beneficia?

Este autor explica como os professores se encontram numa desvalorização pública, com a passagem da escola social do início do século á sociedade pedagógica contemporânea, na qual a maioria das relações sociais é mediada por um raciocínio pedagógico, e aponta dois principais processos: o primeiro: á extensão da relação pedagógica ao conjunto da sociedade, e o segundo, ao acréscimo do número de pessoas diretamente envolvidas no sistema escolar, resultando na presença da pedagogia em todo lado, isto é, em lado nenhum.

O crescimento do número de professores foi mais rápido do que o número de posições necessárias a essa função, gerando uma desvalorização da função. Paralelo a este evento ocorreu uma elevação geral do nível de instrução da população, traduzindo em pais de alunos que realizaram uma formação escolar, tal qual, ou melhor, que a de professor, desmistificando o acesso ao conhecimento, tornando-o acessível, contribuindo para que estes colocassem em dúvida o potencial do professor, conforme Lima (1996, P. 43) Gerando também a vulgarização das discussões de cunho educativo, ele ainda nos diz que a administração escolar, e o conhecimento privilegiado é exigido

em concursos para professores demonstram que a competência pedagógica que exige é uma desvalorização da competência científica, e finalmente além desta desvalorização sobre o saber escolar, observa-se que o saber pedagógico só é reconhecido dentro do espaço da escola.

1.3.2 Função social do professor

O professor adquiriu durante sua formação um nível de cultura para o desempenho de suas funções, tendo como principal papel, a mediação entre o aluno e o conhecimento acumulado pela sociedade. Conseqüentemente servindo de mediador entre o social, o universal, o coletivo e com a singularidade de cada aluno, além da necessidade em ser habilitado e capacitado, requer flexibilidade para estabelecer um bom equilíbrio nos processos de convivência social.

O educador preparado sabe que para desempenhar uma pedagogia diferenciada deve desenvolver mecanismos claros que habilitem educadores e educandos aos critérios básicos de superação de desafios e desigualdades.

Essencialmente as teorias pedagógicas e psicológicas apontam para o exercício educacional do profissional que é capaz de compreender a sociedade em que estão inseridas, em suas relações políticas, econômicas, suas relações de classe e perspectivas de mudanças, caso contrário o educador estará fadado a; reprodução da sociedade de forma imatura.

Obviamente que nos aspectos pertinentes ao campo científico da disciplina em que o educador atua é primordial o domínio teórico satisfatório para o desempenho adequado de suas atividades.

E a habilidade profissional motivadora deste trabalho de interagir humanamente com os alunos, requer identificação com a profissão.

Para Gramsci (In, 2005, p.125: Luckesi, 2005, p.76), a função de ensinar resultaria no esclarecimento daquilo que é obscuro e impenetrável, despertando o amor pelo saber, mas não no sentido inflexível da intelectualidade, aonde o professor seria o guardião do saber, mas numa construção de um saber como troca de experiências. Assim, nos diz:

Mestre é aquele que desvela os segredos, retira os véus mostrando que os mistérios, são: “vãs construções de literatos e que tudo é claro e límpido para quem tem olhos puros e vê a luz como cor e não como vibração de íons e elétrons”. Ensinar é uma arte; o mestre nos ensina a dialogar com o saber, a desvelar os sinais de grandeza do passado, a descobrir novamente o que outros já souberam o que a história lhes contou e a sua experiência recriou.

Gramsci afirma, que os intelectuais, na maior parte das vezes, se esquecem do sentimento em suas atividades laborativas, (Gramsci, In, 2005, p.125: Luckesi, 2005, p.117). E a ausência do afeto, faz com que as outras qualidades se tornem formais e frias.

A definição do autor revela que ensinar, é saber ser criança e para isso é preciso ter fascínio pelas coisas vitais, respeitar a curiosidade ingênua da criança, que não se cansa pela busca e exige uma prática criativa e lúdica, inspirando a audácia do pensamento criador.

O professor é como relojoeiro: tem nas mãos a função de formar o homem e o trabalho eficaz é aquele que se desenvolve paciente e

tenazmente, tendo como perspectiva o processo de produção histórica da vida e do conhecimento. O papel do professor é explicar com modéstia e despreensão, colocando o aluno em contato direto com a história do pensamento e despertando o interesse pela investigação e pelo aprofundamento das questões. É preciso entender o conhecimento como um fogo vivo, uma energia vital, que une os homens em torno de objetivos comuns, de projetos inovadores, porque a vida é criação e nada é definitivo: em qualquer situação, sempre se abrem perspectivas de mudanças (Gramsci, 2005 p.126).

As idéias de Gramsci revelam um ensinar desvinculadas com as teorias que exigem uniformização, controle e repetição, o ensinar com estas características resultaria num processo de repressão e aprisionamento da inteligência, sendo executado pelos professores que então, teriam a função de policiar a inserção da criança num mundo intelectual previsível e rígido e àqueles que estivessem fora dos padrões estariam sujeitos á exclusão, é o que nos diz:

Uma vez, duas vezes, três vezes... Escreves e apagam, escreves e apagam... Molha a caneta, a mão abandonada à meia altura, titubeante. O cérebro está manietado, não transmite à mão, aos dedos, o impulso para se moverem. A mão inclina sobre o papel e a ponta de aço passeia sobre a brancura descrevendo complicadíssimos rabiscos, labirintos sem saída. Procura-se afanosamente a saída. O pensamento aguça-se na angústia, choca-se contra as paredes para ver se elas se abrem numa passagem possível. Começa-se. Apaga-se. Recomeça-se. A expressão flui, o trabalho de aglutinação das frases e dos períodos repousa, afrouxa o esforço inicial. Fica-se persuadido de ter

encontrado o equilíbrio necessário entre as necessidades da própria sinceridade e as agressões irracionais da censura (Gramsci, 1917, p.341).

Fernandez nos auxilia também sobre esta temática quando nos diz:

Mais do que ensinar (mostrar) conteúdo de conhecimento, ser ensinante significa abrir um espaço para aprender. Espaço objetivo-subjetivo em que se realizam dois trabalhos simultâneos construção de conhecimento e construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante. Os pais e professores, como primeiros ensinantes, podem nutrir e produzir nas crianças esses espaços, nos quais o aprender é construtor de autoria de pensamento, ou ainda perturbá-los ou até destruí-los (Fernández, 2001, p. 30).

Conforme o pensamento dos autores e a expectativa da sociedade atual, o processo de educação infantil tem como principal função: trabalhar para cidadania. Ser cidadão significa ser tratado com humanidade e aprender a fazer o mesmo, em relação às demais pessoas, ter acesso a formas mais interessantes de conhecer e aprender e enriquecer-se com a troca de experiências com outros indivíduos (Oliveira, 2005, p.52). Esta formulação implica em dizer que o professor precisa tomar consciência de problemas coletivos e relacionar a experiência da própria comunidade com a que ocorre em outros contextos.

Educar para cidadania requer que o professor tome a perspectiva do outro, a mãe, o pai, da criança e seu contexto e ter consciência dos direitos e deveres próprios e alheios. Esta proposta envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles com dificuldades de aprendizagem e dificuldades nas interações sociais.

Formar cidadãos que possam responsabilizar-se pelas próprias ações agindo socialmente de forma ética, expressando no mundo sentimentos, ideias, costumes, preferências recebendo as características das demais pessoas com quem convive de forma adequada e flexível e se comportando no meio onde interage, frente a situações de estresse e de frustração de forma adequada.

Logo, se sabe ao longo da história que os professores são profissionais essenciais nos processos de mudança das sociedades, então, são necessários investimentos na formação e no desenvolvimento dos professores.

Em nossa sociedade moderna o avanço tecnológico do mundo virtual aumenta os desafios de ser professor, pela facilidade em acessar conhecimento, sendo necessário transformar a prática educativa das escolas e da atuação pedagógica, conforme essas exigências, propiciando interesse pela aula e atualizando o aluno nesse mundo contemporâneo.

Ao que se observa nem os professores tem acesso a ferramentas contemporâneas de forma satisfatória o que conseqüentemente resulta na dificuldade em mediar com o aluno o acesso às novas tecnologias, investir na formação continuada supõe um processo permanente de atenção ao educador, buscando atingir a qualidade de intervenção do professor na prática e na transformação social, para isso, as políticas e as propostas educacionais deveriam priorizar esta meta, considerando que o professor além dos conhecimentos teóricos necessários à prática, tomará uma visão crítica, construída a partir da reflexão sobre a realidade social e sua condição pessoal e profissional como agente de mudanças.

Sobre isso Fernandez, afirma:

Aprender é apropriar-se da linguagem, é historiar-se, é recordar o passado para despertar-se ao futuro, é deixar-se surpreender pelo já conhecido, aprender é reconhecer-se, admitir-se. Crer e criar. Arriscar-se a fazer dos sonhos textos visíveis e possíveis. Só será possível que os professores possam gerar espaços de brincar- aprender para seus alunos quando eles simultaneamente os construírem para si mesmos (Fernández, 2001, p. 36).

Sobre o envolvimento do professor com a prática, citamos, (Fernandez, 2001, p.29) a formação do professor relaciona-se com toda a pessoa: suas capacidades conscientes e inconscientes”.

A função social do professor é considerada por pesquisadores uma tentativa utópica, além das exigências do seu papel de preparação e aquisição do conhecimento, se espera que o professor cumpra as funções da família, da igreja, do estado, de outras instancias sociais, e que ainda resolvam problemas afetivos dos alunos, problemas com violência, indisciplina no contexto escolar e social e que prepare a criança para conviver de forma adequada com a sociedade competitiva, apontando caminhos e soluções,

Fernandez ainda nos diz:

Hoje somos adultos, mas já fomos crianças e essa criança permanece dentro de nós com muitas coisas que precisam, elaborar, analisar, redescobrir. Quem de nós não foi agredido quando criança e atualmente, como professores, somos também permanentemente vitimas das desmentidas e das múltiplas agressões desqualificatórias, daí a tendência a nos identificarmos com o agredido e atacar o agressor. Tempos depois, consegui descobrir que com esse mecanismo estava me desautorizando e

desvalorizando, já que, por um lado, não resolvia o problema, e por outro, não me permitia aprender e ressignificar minha história (Fernández, 1994, p. 121).

São essas condições emocionais e nesse contexto histórico, político e social que a identidade do professor convive com a crise sobre sua função, propondo uma atuação inovadora, reflexiva e igualitária.

Para o professor tomar consciência de que a transformação da prática educativa é, sobretudo, a capacidade de ser flexível, de poder se frustrar de sentir-se vazio para aprender, de buscar recuperar o prazer em descobrir.

1.3.3 Contribuições teóricas para prática educativa.

Com base nas expectativas sociais esperadas da função do professor na totalidade e como tentativa de solucionar as dificuldades presentes na realidade escolar, como: o insucesso escolar resultado das diferenças no desenvolvimento infantil que ocorre de criança para criança, teóricos e pesquisadores construíram formulações filosóficas, como construtor teórico para a prática.

Nesse sentido, Vygotsky, dispôs de uma fundamental contribuição às questões escolares, que constitui na concepção dentre as funções psíquicas do indivíduo são constituídas na medida em que são utilizadas. A construção das funções está vinculada à apropriação da cultura, conforme as mediações realizadas pelo convívio social por intermédio de adultos.

O desenvolvimento cognitivo é uma consequência da consequência da apropriação da cultura e das relações ocorridas no processo de apreensão do conteúdo, ocorre simultaneamente, a aprendizagem escolar, permitirá que a criança tenha

consciência de seus processos mentais. Conforme a teoria de Vygotsky o meio sócio-histórico-cultural do indivíduo é o influenciador e estruturador do seu desenvolvimento cognitivo, considerando que a criança é um ser social, desde o nascimento, sofrendo intercâmbios para guiar seus processos cognitivos superiores. E o processo de aprendizagem é uma forma de mediação sócio-cultural-afetiva, privilegiada por conter condições favoráveis para o desenvolvimento infantil.

Para Vygotsky as estruturas inteligentes do indivíduo surgem a partir da história e da cultura, essa estrutura intelectual é a base do comportamento humano, tem principal premissa a mediação, realizada entre o homem e os outros homens, ou mundo.

O ato mediador no sentido Vygotskiano é alicerçado em dois elementos: o instrumento que tem a função de regular as ações sobre os objetos, e o signo que regula as ações sobre o psiquismo das pessoas, ou seja, os instrumentos físicos são ferramentas mediadoras da cultura e por meio destas os indivíduos influenciam o meio (Rego, 200, p. 50, IN: Dotti, 2004, p. 92).

Afirma Vygotsky:

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade, ele é orientado externamente, deve necessariamente levar a mudança nos objetos, constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e o domínio da natureza (Vygotsky, 1989, p.62, apud, Dotti,2004, p.102).

1.3.4 Influência das relações interpessoais no processo de aprendizagem.

No processo de ensino – aprendizagem, consideram-se várias abordagens que cada um possui um segmento que privilegia determinados aspectos da aprendizagem em

detrimento de outros, podemos iniciar a discussão da relação professor-aluno, com as questões de estímulos positivo ou negativo, para o desenvolvimento efetivo da aprendizagem com base na auto-estima.

Para Mizukami, a abordagem humanista de Carl Rogers dá ênfase nas relações interpessoais e ao crescimento que delas resulta, centrando no desenvolvimento da personalidade do indivíduo e em sua capacidade de atuar como uma pessoa integrada.

Na proposta Rogeriana o professor é um facilitador, cria condições para que os alunos aprendam o conteúdo, consiste em experiências que o aluno reconstrói. O processo de educação centrado no sujeito dá ênfase na unidade e dignidade do homem e à valorização progressiva de autonomia em oposição à anomia e à heteronomia;

A abordagem humanista defende como habilidade primordial do professor a aceitação do aluno tal como ele é, e a compreensão empática dos sentimentos que ele possui, no intuito de criar um clima favorável de aprendizagem.

A aprendizagem tem a qualidade de um envolvimento pessoal, a pessoa, como um todo tanto sob aspecto sensível, quanto sob o aspecto cognitivo, inclui-se de fato na aprendizagem. Ela é auto-iniciada, mesmo quando o primeiro impulso ou estímulo vem de fora, o senso de descoberta, do alcançar, do captar e do compreender vem de dentro. É penetrante. Suscita modificação no comportamento, nas atitudes, talvez mesmo na personalidade do educando (Mizukami, 1986, p.50).

Se pensarmos que na relação professor-aluno existe uma influência positiva ou negativa, somos levados a questionar sobre a postura ética nas relações humanas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, e para tanto temos que compreender a

questão ética, através de duas vertentes, a primeira é a dimensão crítica e a outra é a das relações.

A visão crítica afirma que a ética não pode ser considerada como algo pronto, como, por exemplo, as “constituições”, porque precisam sofrer contradições, para isso precisam ser questionadas e criticadas para que elas se atualizem. E ao mesmo tempo a ética deve ser propositiva, possibilitando desafios que possam vir a ser redimensionadas, portanto se revela como um impulso permanente de busca de crescimento, em virtude de incompletude do homem. A outra dimensão é a questão da ética como ética das relações, considerando que relação é a ordenação intrínseca de alguma coisa em direção a outra. Portanto, a ética só pode se aplicar às relações, através dessa óptica, conclui-se que, quem vai decidir se somos, ou não, éticos, são os outros.

Na relação professor – aluno há inúmeras Variáveis que estão relacionadas como desempenho acadêmico, e a variável que iremos discutir a seguir é complexa e se refere à influência que o professor tem sobre o aluno nesse processo, seja esta negativa ou positiva; ética, ou não.

O auto conceito que o aluno tem de si próprio e a capacidade que o sujeito tem de notar a visão que o meio e demais figuras significantes têm sobre suas habilidades, irá influenciar no rendimento escolar, dentre os fatores que concorrem para evasão escolar, são; o fato de o aluno cultivar o sentimento que lhe falta inteligência para se sair bem nos estudos, e por terem um nível baixo de auto-estima, reforçado consciente ou inconscientemente por pais e professores.

Considerando que é lenta e gradual a aprendizagem que a criança faz sobre as referências a seu respeito. As mais fáceis de ter seu sentido apreendido são as que nascem de comentários referentes ao seu comportamento, ao observar a situação em que

é dita, a criança vai fazendo aproximações do seu significado real, ao mesmo tempo em que vai internalizando tais comentários, até chegar a adotá-los como seus.

O psicanalista Bruno Bettelheim, trata da questão de internalização de sentimentos, sendo essencial para a criança reconhecer que o que ela faz, dá prazer, ela se sentirá importante por se auto-reconhecer como fonte de prazer.

A importante substituição do sentimento das crianças de que o que elas fazem dá prazer, pelo pensamento de que elas, em si próprias, que dão prazer, ocorrem nos primeiros anos de vida (Bettlheim, 1988, p. 128).

Se esse processo de aprovação pode dar origem a um autoconceito positivo, o contrário também é verdadeiro. A criança permanentemente desaprovada em suas ações pode pelo mesmo processo, reagir negativamente, como forma de defesa ou retaliação, não só aos pais, como também a si mesma.

Tudo isso nos leva a constatar a importância dos pais e dos outros significantes que são pessoas que a criança considera importante, como seus professores, para a formação do autoconceito e da auto-estima da criança.

Nas mãos dessas pessoas importantes, estão o poder e o controle e, em consequência, a aprovação e a recompensa ou a reprovação e o castigo. E é por meio desse jogo de prêmio ou castigo, de aprovação ou reprovação que essas figuras vão influenciando sobre a estrutura inicial do autoconceito pessoal, além dessa influência, estará presente fator de ordem social e contextual que nos caracterizam como seres sociais.

Os alunos familiarizados como sucesso assumem seus próprios desempenhos e aceitam da responsabilidade pelos próprios fracassos na medida em que confiam no poder de controlar seu próprio destino, estes dão mais valor à aprendizagem, e de por acaso advém o fracasso saberão encará-lo de maneira construtiva.

Quanto aos alunos marcados pelos fracassos, tenderão a falta de capacidade, e no momento em que conseguem se sair bem nas atividades escolares, não acreditam que tenham sido por seu próprio mérito, pensam que o fato só ocorreu porque houve boa vontade do professor, ou porque a tarefa era fácil, ou ainda, porque tiveram sorte.

O trabalho com as potencialidades, baseando na emoção revela claramente a presença do autoconceito acadêmico influenciando a auto-estima. O movimento que ela aciona entre os âmbitos emocional e intelectual, com voltas ao emocional, é perfeito.

Quando o professor percebe a auto-estima é fundamental na orientação da sua prática ele a constrói no dia-a-dia, na intimidade das relações que ele mantém com seus alunos, é um passo primordial. O professor que está convencido disso respeita as diferenças individuais, tem consideração pela pessoa do aluno, compreende suas peculiaridades e tenta trabalhar para tirar dele o melhor, sem evidenciar suas fraquezas nem ridicularizá-lo, ao contrário demonstra ter uma forte convicção de que confia no seu potencial, por isso mobiliza esforços para lhe oferecer oportunidades de exercitá-lo e o professor contribui com a elevação da auto-estima do aluno, o quanto ele é capaz.

Com a mundialização, a consequência dos nossos atos poderão alcançar escalas inimagináveis, por isso, precisamos desenvolver em nós a consciência de que apesar das divergências, somos iguais na nossa humanidade e temos que respeitar a nós mesmos.

Edgar Morim enfatiza a compreensão entre os povos e as pessoas, como um dos aspectos básicos da educação:

Educar para compreender a matemática ou a disciplina determinada é uma coisa: educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação, ensinar a compreensão das

peças como condição e garantia de solidariedade intelectual e moral da humanidade (Morim, 2000, p.93).

1.3.4.1 Encontros e desencontros na educação.

Na educação é fundamental que o professor e a escola tenham claro sua posição filosófica definindo suas concepções pedagógicas, para que estas possam nortear a prática educacional, segundo Luckesi, à prática docente estão organizadas em dois grupos entre pedagogia liberal e pedagogia progressista, tais práticas classificam e funcionam como instrumento de análise para o professor avaliar o seu desempenho em sala de aula.

A forma como o professor mantém a relação com os alunos é fundamental, pois este deve estar consciente sobre o modo de ensinar e como ensinar. A satisfação pessoal e profissional do educador influencia no nível de motivação, fazendo com que este busque êxito e qualidade, como resultado no seu trabalho.

A importância da relação com os alunos pode ser visualizada quando o educador reflete nos resultados não intencionais na sua prática, pois se ensina sem querer ensinar e se aprende sem querer aprender; portanto precisamos dar a devida importância nos objetivos sejam estes formais ou informais, podemos ensinar o que queremos e o que não queremos também.

Sem dúvida o educador é um modelo de identificação aos alunos, sendo um bom professor, competente, tendo domínio da matéria, oferecendo aulas interessantes e instigantes, resultará numa boa aceitação pelos alunos.

O aluno pode ter aprendido odiar a disciplina devido àquele ensinamento não intencional, dependendo da forma como o professor se apresenta e como ele

transmite aquele conteúdo, tudo isto definirá a relação com os alunos; a maneira como lidamos com os conflitos, como os objetivos que pretendemos alcançar com aquele conteúdo.

Ao examinar deixamos transparecer que tipos de aprendizado efetivo foram vivenciados e assim demonstrando quais aprendizados são mais vantajosos que outros: os positivos, ou negativos. Tudo isto nos reflete em atitudes e valores que acompanham a conduta do sujeito por toda sua vida.

É complicado para o educador refletir sobre a forma como está transmitindo mensagens verbais e não verbais, ou seja, como estamos dizendo ou empregando os métodos em sala de aula.

Com base nas relações que o professor com seus alunos ele pode ensiná-los a amar ou odiar, e isto implicará em seus problemas para seu aprendizado e possivelmente para seu sucesso ou insucesso escolar, portanto é muito importante o que fazemos de fato como fazemos como nos relacionamos e transmitimos os conhecimentos e objetivos da educação.

O aprendizado não se faz com o professor de maneira formal, pois o sujeito pode aprender intencionalmente, sem o professor formal pelo simples fato de que ele quer aprender, por desejo ou necessidade, ou ainda aprende-se sem a intenção de aprender e sem professor, pois a própria experiência, a vida nos mostra que aprender a viver se constitui em experiências negativas ou positivas, pois o homem está em meio à sociedade e se aprende convivendo com o meio.

As características e atitudes positivas de professores que visam o bom relacionamento com os alunos, dependem da relação consigo mesmo e com seu passado para proporcionar êxito e qualidade de ensino já que exercem influência em suas vidas, e se isto é fato porque não influenciá-los de maneira positiva.

O professor que é avaliado pelos alunos como bom professor são aqueles que possuem por excelência competência para ensinar e controlar os alunos, bem como manter um bom relacionamento como os mesmos.

Quanto às características pessoais dos bons professores são aqueles que proporcionam motivação de êxito, aqueles que têm entusiasmo e senso de humor, sabemos que é possível moldar a personalidade para que tenhamos um bom relacionamento com os alunos, ou mesmo para que possibilitem um convívio de respeito e humor, em todos os segmentos da vida, pois aquilo que fazemos e como fazemos reflete diretamente nas nossas atitudes e como somos vistos pelos alunos.

Já com relação à como os professores se vêem é uma questão essencial para o aprendizado, há àqueles que vinculam seu papel a uma posição de poder, outros a um papel materno ou paterno, outros a uma posição de responsabilidade ética e moral querem de fato influenciar vidas, porque foram influenciados e se sentem estimulados, sabem que não podem salvar o mundo, porém querem participar desse processo.

A docência é uma profissão integral e nunca esgotaremos todo conhecimento porque este é infinito, não há como haver relação humana em que não haja cooperação mútua.

A relação professor-aluno pode ser analisada a partir da motivação levando-se em conta o reconhecimento pelo êxito, mantendo sempre a cordialidade e o respeito, orientando o estudo de forma adequada e didática. É necessária cautela para não confundir qualidade nas relações com relações humanas, porque na relação didática deve-se preservar o distanciamento ético na relação professor-aluno.

Na perspectiva psicológica que leva em conta a percepção da própria competência, ou seja, analisar a origem e competências das nossas ações é de fundamental importância analisar a motivação com as necessidades básicas, pois a

motivação é um estado que se manifesta quanto às necessidades dos alunos são satisfeitas, ou seja, somos bons e eficazes então, teremos a tendência de que isso se repita novamente.

O professor que analisa as suas condutas sejam elas verbais ou não, o modo como se organiza, aquilo que pensa de sua própria profissão, qual a sua responsabilidade frente ao mundo, revela interesse em melhorar, para que os alunos também progredam aprendendo com erros e reparando traumas e medos, buscando dar estrutura ao aprendizado de forma quantitativa e qualitativa, fundamentando-se em instrumentos didáticos e metodológicos. E além desta capacidade de se autoanalisar, ao mesmo tempo o educador está sendo analisado pelo aluno que percebe detalhes pormenorizados na linguagem verbal e não verbal do professor.

A percepção dos alunos é o fenômeno que indica de que formas estão relacionando com os mesmos e esta conduta influi na dedicação do aluno na aprendizagem, o modo como o professor analisa o aluno é instantaneamente captado pelo aluno por via consciente ou inconsciente.

A percepção que o professor tem de seu aluno, poderá revelar nosso grau de motivação e envolvimento com os mesmos, determinando o grau de aprendizagem e dedicação dos alunos.

Alunos motivados e ativos são reflexos de professores dedicados; alunos passivos refletem professores menos comprometidos, ou seja, ambos se educam mutuamente, e as primeiras impressões são importantes no processo de aceitação, e estas costumam estar repletas de preconceitos, juízos de valor e informações não expressas, porém visualizadas pela imagem; essa incoerência reflete no processo de vinculação, mas pode ser modificado com o tempo, ou reforçadas através das relações seguidas de frustrações.

A capacidade que o professor tem de se adaptar na escola e com cada singularidade de seus alunos no cotidiano escolar, é uma característica essencial para promoção da confiança entre o aluno e o professor bem como a aceitação das atividades de aprendizado fomentando motivação, desejo, pensamento e imaginação, elementos básicos para o processo de aprender.

Do outro lado da mesa da sala de aula, há uma diversidade de sujeitos com cultura e história própria, não são apenas depositários de informações, são pessoas em desenvolvimento que interagem, constroem o mundo e a si mesmos. Se o educador parte do pressuposto que colabora com a formação dos sujeitos-alunos, ele espera que este aluno seja alguém, possuidor de valores morais e cultural socialmente aceita.

E para contribuir com a construção deste sujeito, o primeiro passo, supõe-se que seja do educador que supostamente se encontra em posição privilegiada, no que se refere ao conhecimento, portanto alguém com quem o aluno possa aprender a ser um profissional e uma pessoa no mundo. O educador necessita compreender que o aluno é um sujeito-ativo com possibilidades infinitas e que merece ser compreendido na sua singularidade.

A educação precisa desafiar a, história tradicional que separa a verdade da realidade, para tanto deve buscar o saber, através do desejo de conhecer envolvendo, aprendendo e ensinando, se os alunos fracassam os professores, pais, escola, e as sociedades fracassam juntas é necessário um movimento interno de mudança, isto requer que internamente reconheçamos que precisamos de um aprender interno e isto ocorre quando admitimos que não somos os dono da verdade, que o saber é infinito, inconstante e transforma um grupo social, se coloca no lugar do outro- aluno permite que percorram desafios, caminhos e descobertas juntos.

A aprendizagem implica pensar através do pensamento que a humanidade por meio da escola procura e devem desenvolver no sujeito autonomia, e senso crítico e transformador que pensa que é o resultado da aprendizagem, se o professor for capaz de resgatar sua identidade de educador será capaz de despertar através de desejo a identidade de seus alunos.

A escola não deve ser reprodutora do que já é reproduzido pela família, estado, igreja, escola, aparelhos ideológicos de controle tradicionais de ensino, que impede a escola de ver e rever a realidade. Então, a escola deverá auxiliar o aluno na desmistificação de conceitos, teorias, generalizações e possibilitar uma reedição ao aluno de sua história, para que seja possível que este, proponha uma nova abordagem à sociedade e à sua família, logo, transformando a sociedade.

Os pais e aqueles que se dedicam a educar primeiramente o fazem baseando-se na sua história e na sua existência, portanto a vivência deste homem determinará o modo de educar seus filhos, ou seus alunos, baseando-se nessa realidade é que afirmamos que quanto mais preparada a sociedade estiver maior será sua mobilização frente às questões sociais, sua consciência será transformadora.

Os professores devem assim como a escola reconhecer o valor da qualidade dos saberes diferentes, da realidade da escola, do valor de cada aluno, valorizando cada sujeito e sua particularidade, mesmo que esta fuja dos padrões da instituição, a pluralidade cultural transforma, caso a escola esteja disposta a sair de seu lugar repetitivo de reprodutora e almejar preparar sujeitos ativos que possam tomar para si a direção de sua história e modifica-la, conforme os seus desejos, descobrindo assim que é capaz.

Quando pais e professores não conseguem lidar com o conhecimento de seu próprio desejo, não podem compreender o desejo do outro, o que é possível se torna

inatingível, impedindo o desejo de conhecer, e este se não utilizado, permanecerá adormecido e cada sujeito abre mão de se reconhecer como dono de si próprio e permanece assujeitado dos valores e imposições sociais, o conhecimento pode ser alcançado a partir de uma relação baseada em respeito e amor pelo próximo enquanto sujeito, ou seja, o maior desafio dos educadores é estabelecer como meta o desejo de conhecer que leva a possibilidade de criar um sujeito ativo de sua própria história e uma nova história com infinitas possibilidades.

1.3.4.2 Discriminação na escola o que fazer.

Ao analisar o espaço escolar e os atores desse espaço e suas implicações deve-se perceber sua correlação com o mundo externo e conseqüentemente com a divisão capitalista do trabalho que separa o trabalho manual do trabalho intelectual, se a escola esta inserida nesse contexto histórico ela pretende atender as exigências dessa sociedade capitalista formando braços para o mercado de trabalho e mentes para exercer atividades intelectuais que conseqüentemente ingressarão para as universidades, podemos identificar a partir dessa realidade, que a escola esta dividida em duas redes de ensino, dois programas de ensino com base em sua clientela.

A escola esta condenada a viver com conflitos de valores, de métodos, de teorias, de relações com o saber, de poder, conflitos éticos, conflitos de identidade, de diversidades, a escola visa trabalhar para superar tais conflitos, mas sempre deve ter em mente que ao superar um desafio outros vão surgir, construir novas escolas não vai suprir as reais necessidades tão pouco solucionar os problemas já existentes, o sentimento de uma sociedade com relativa equidade é condição fundamental para uma sociedade que visa justiça e coexistência pacífica. Se a sociedade percebe claramente que seus direitos estão sendo negados, que existe uma exploração e que estão em

desvantagens obviamente essa sociedade tende a lutar por justiça ou tentar mudar as condições de vida em seu benefício, propondo dispositivos e instrumentos para combater as desigualdades sociais que se iniciam na escola.

Isso não está claro a todos os componentes da escola nem aos professores aparentemente ela tende a propagar sua função democrática única e natural, mas que efetivamente de forma velada segrega, e omite as diferenças, a escola tem demonstrado seu papel discriminatório a nível institucional por meio dos currículos, das disciplinas, conteúdos, livros didáticos do tratamento aos alunos, tudo esta a serviço dessa sociedade capitalista nada é por acaso nem neutro, a escola é instrumento de polarização das classes, produtora de contingentes de mão-de-obra para o mercado de trabalho e delegando a grupos seu determinismo.

O educador não tem compreensão plena dessa realidade, tão pouco percepção, sem admitir tal realidade a de que o mundo externo os interesses capitalistas é que norteia seu trabalho eles reforçam ainda mais os interesses capitalistas, enfraquecem a discussão, pois, sua visão equivocada impede o avanço de propor efetivamente um ensino revelador.

A prática pedagógica escolar tem privilegiado ao longo da história da educação o privilégio de um grupo social étnico, pois ao negar encontros positivos com a imagem da população negra, vem favorecer um encontro positivo com a população branca e automaticamente a negação do negro e a condição inferiorizada do mesmo em relação ao branco, o negro têm o direito constitucional de se ver representado e referido enquanto indivíduo e grupo social, direito este que é ferido e desrespeitado historicamente em nosso país, pois somos iguais perante a lei, o que na realidade não ocorre, é devido a isso que a lei pretende por meio da força reparar o legado da história

e dar condições equiparadas a todos os negros, a escola e professores precisam estar atentos e cuidadosos em relação ao exercício da prática pedagógica.

Pensar em racismo e anti-racismo na educação é antes, de mais nada refletir sobre nossos próprios valores, crenças e comportamentos refletidos na sociedade as escolas são instituições sociais que respondem as demandas da sociedade mais acima de tudo a escola reflete e reproduz o que é determinado por esta, portanto existem racismo e discriminação na escola, e isso reflete na atitude e formações de cada individuo mesmo aqueles com formação educacional privilegiada, com boas intenções ou religiosos que negam o preconceito ou afirmam não ser racistas possuem formas latentes, ocultas ou veladas de racismo mesmo não sendo perceptíveis.

O tratamento irônico em relação às crianças negro representa um dado a ser considerado, pois todo comentário realizado no espaço escolar, principalmente diante de outras crianças, poderá ser por essas absorvidas e entendidas como um comportamento que pode ser reproduzido; xingamentos, ofensas e ironias encobrem um preconceito latente (Cavalleira, 2001, p.146).

Muitas crianças assumem a posição de descomposição racial isso implica em abandonar suas tradições culturais ou étnicas porque se vêem forçadas a adotar uma postura esbranquiçada com o intuito de não só alcançar um objetivo, mas, de ser aceita pelo grupo, devido ao fato de que sua presença, experiência e história não são ouvidas ou mesmo respeitadas pela escola.

O que a escola, educadores, alunos e pais devem desenvolver em conjunto é uma conscientização crítica em torno da cultura esbranquiçada de forma a desestruturar sua natureza, raízes, motivações e ideologias para posteriormente promover uma educação autêntica com bases críticas multiculturais. Para que seja possível estabelecer

relacionamentos sadios, dignos e respeitosos e acima de tudo propor uma confiança mútua.

É importante salientar que a segregação não acontece só entre negros e brancos ou vice-versa, a discriminação esta presente nos diversos grupos e segmentos raciais, ou seja, entre as crianças de cores distintas das brancas são mantidas em salas de aula de baixa qualidade educacional, incluindo professores despreparados, materiais didáticos desatualizados, péssimas condições físicas, etc.

Se a educação visa desenvolver, construir um pensamento crítico buscando a igualdade e justiça social, ela mais do que qualquer instituição tem o dever moral de repensar que homem ela esta preparando para o futuro e que sociedade ela terá com essa formação, os professores não são os únicos responsáveis, eles aplicam os programas e diretrizes de ensino que determinam o que se deve ensinar e exigir em cada etapa do ensino. Os próprios programas escolares traduzem uma vontade política e escolhas culturais que são determinadas fora do contexto real de cada realidade das escolas, desse modo o que se percebe é que a escola não tem a liberdade de avaliar qualquer coisa, as formas e normas escolares supostamente corresponde ás finalidades que uma sociedade atribui ao ensino, é o que aponta quanto o papel da diferença ás diferenças na gênese das desigualdades de êxito escolar:

Analisa, (Bourdieu, 1966, p. 336-337), Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no Conteúdo do ensino, transmitido, nos métodos e nas técnicas de Transmissão e nos critérios do julgamento, as desigualdades culturais Entre as crianças das diferentes classes sociais: em outras palavras, Tratando todos os alunos, por mais desiguais que sejam de fato, como Iguais em direitos e em deveres, o sistema escolar é

levado a dar, na Verdade, sua sanção ás desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que regula a prática pedagógica serve, na verdade, de máscara e de justificativa á indiferenças para com as desigualdades reais diante do ensino e diante da cultura ensinada ou, mais exatamente, Exigida.

Sendo assim o que se evidencia é que a carga das desigualdades nas escolas não incumbe mais a sociedade de suas responsabilidades e sim ao individuo, o ensino continua fragilizado e a reforma a que tanto se falou e que se pretendia democrática e progressista revelou-se desigual e conservadora, se distanciando cada vez mais de propor ao aluno que este seja o centro da ação educativa.

Quando se fala em lei 10.639/2003 deve-se ter claro sua sustentação, pois o dispositivo legal por si só não basta é necessário refletir sobre aspectos que norteiam e garantem a aplicabilidade da lei, Como: Primeiro o livro didático que reforçam imagens destrutivas e inferiorizam negros e conseqüentemente afeta crianças e adolescentes. Segundo o currículo escolar da inexistência de conteúdos da cultura Afro-Brasileira e história dos povos Africanos antes do período colonial. Terceiro a formação de educadores para o combate ao racismo.

É interessante lembrar que um ensino excludente omissivo negligente é o inicio da exclusão social das crianças e futuros adultos despreparados e excluídos dos direitos e garantias sociais. Valem ressaltar que a escola pública não proporciona possibilidades igualitárias de sucesso, os alunos negros, tem menor possibilidade de sucesso que alunos brancos, os índices de exclusão, repetência e analfabetismo são superiores aos índices de alunos brancos.

Para que os educadores possam trabalhar com temas como preconceito, discriminação racial, e racismo; é necessário entender os conceitos, ou seja, a formação

pedagógica é fundamental. O preconceito é uma atitude negativa, desfavorável de um componente individual ou do grupo, sua característica e crenças se fundamentam em concepções estereotipadas, tomando como parâmetro um referente positivo como referência o seu grupo.

A discriminação racial é a manifestação comportamental do preconceito é a pratica da atitude racista que exclui membros de um grupo, tratando com inferioridade, é o racismo em operação impedindo o desenvolvimento, direito e liberdade plena de pessoas pertencentes ao grupo discriminado. O comportamento do preconceito racial, discriminação racial conduz a desigualdade racial.

O racismo é uma doutrina que afirma a existência de características raciais, culturais e que existem raças superiores a outras, a dificuldade para identificar e assumir sua existência é que como o racismo é uma pratica cruel, desumana, ninguém conscientemente se declara racista, dificultando sua identificação e conseqüentemente seu combate, ou seja, o racismo engloba preconceito, discriminação racial, etnocentrismo, segregação e toda ação negativa empregada a um grupo ou individuo pode-se entender o racismo em três níveis:

Primeiro; Racismo Individual: um membro de um grupo racial julga-se superior a outro por pertencer a um grupo identificado como superior possuidor de atributos e habilidades positivas e transforma o outro em pessoa inferiorizada, incapaz com atitudes negativas e sem humanidade e competência enfim as diferenças transformam-se em desigualdades.

Segundo; Racismo Institucional: se encontra em instituições como: estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos, clubes, e outros, se manifesta nas limitações, direito a educação de qualidade com condições favoráveis e iguais, acessos de pessoas ou grupos a determinados cargos ou posições.

Terceiro; Racismo Cultural: o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas são omitidas, não tem valor cultural, e são inferiorizadas a ponto de alunos negros rejeitar sua identidade, pois não querem ser discriminados ou sofrer com atitudes preconceituosas e racistas.

A pedagogia deve propor uma educação cidadã, que possibilite conteúdos e atitudes que levem em conta a etnia e raça diante da diversidade, embora complexa a escola tem dever moral de estabelecer um programa pedagógico que atenda a história e cultura africana, devido o Brasil em sua característica incluir não só as desigualdades socioeconômicas mas também pela diversidade cultural e racial e a escola brasileira se apresenta em sua maioria inadequada a população negra.

Uma educação que se afirma como democrática e propõe uma igualdade no tratamento esta no mínimo equivocada, e certamente reforçando as injustiças e acentuando as mais diversas formas de discriminações. Porque os sujeitos pertencentes a escola não são iguais e muito menos possuem mesmas condições de aprendizagem, experiência, cultura, padrão socioeconômico, ou seja tratá-los de forma igual significa criar grupos de alunos taxados como lentos, atrasados incapaz, especial ou sem capacidade.

Criando dessa forma grupos de alunos que conseqüentemente se apresentam como dominantes pelo mérito e dominados pela incapacidade, sendo assim a escola se torna palco de uma reprodução injusta e discriminatória banindo negros de direito que se estendem a todos os indivíduos, uma educação de excelência e que seja meio de uma qualidade de vida que na verdade deveria ser garantida a todos.

Uma educação cidadã é aquela que reconhece o direito a diferença, isso implica em desnudar o pensamento e prática racista, superando o racismo velado e explícito do cotidiano escolar, e desvelar o silêncio sobre a questão racial na escola, o

princípio constitucional que proíbe o racismo, isso não basta e só existe pela falta de equidade social, racial, o respeito a constituição só passa a existir quando a escola propõe construir em todo seu contexto práticas concretas e inclusivas que não discriminem nem excluam nenhum grupo, social étnico, e religioso. Trata-se de uma mudança teórica, política e prática que não apenas atue na escola, mas que envolva os grupos culturais e religiosos da comunidade e da família.

A escola tem a responsabilidade de eliminar o preconceito racial, pois lida com a diferença racial, mas quando se cala, silêncio seu poder transformador e torna a escola local de discriminação, é fundamental compreender o poder e o papel da escola, a escola é um espaço privilegiado, pois promove a igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo porque conta com a presença de diferentes origens étnicas, culturais e religiosas e deve se favorecer dessa convivência para promover discussões, diálogos e questionamentos livres e pertinentes utilizando de sua função.

Contar a verdadeira história a todos, e o professor é um forte aliado para formar cidadãos livres de sentimentos de racismo, porque o não reconhecimento, a ausência de atitude dos efeitos do racismo e discriminação sinaliza a criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação dos educadores, e aquelas que discriminam entendem que podem repetir, pois nada é feito ou criticado.

E quanto ao professor significa que ele banaliza a discriminação racial, é necessário utilizar material pedagógico, cartazes, livros, revistas, desenhos, filmes, músicas, fotos, que auxiliem a explicitação e a reflexão sobre a discriminação racial, uma educação antirracista possibilita um cotidiano escolar que respeita o discurso, a prática e as diferenças raciais, compreender cada atitude é imprescindível e imperativo a interferência dos educadores.

1.3.4.3 O ensino a escola e o direito

Para entender o processo de escravização dos africanos pelos portugueses, espanhóis e ingleses, há que se levar em conta a Bula Papal do Papa Nicolau V, que autorizava o Rei Afonso V de Portugal a escravizar, em nome da fé, os sarracenos e pagãos. Esta posição nada mais era que uma retaliação contra o Islã (muçulmanos) que escravizava cristãos na África.

Deve-se entender que, ao longo da idade média, o poder temporal e eclesiástico irmanava-se no controle da sociedade.

Deve-se chamar a atenção, ainda, para o significado do termo escravo. Ao se falar em escravos, ligamos imediatamente o termo, à questão de trabalho. Ora, se há a necessidade de mão de obra para produzir e esta não existe no local, a única forma viável de se atingir o objetivo “produção” é importar a mão-de-obra necessária. Os portugueses, no caso específico do Brasil, encontraram a saída buscando estes trabalhadores na África.

Isto, posto, se faz necessário uma pequena análise da Lei 10.639 e dos reflexos esperados.

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 alterou em parte a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 que incluía na Rede de Ensino, obrigatoriamente, o tema “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Inicialmente deve-se levar em consideração que o estudo de história no Brasil, até pouco tempo, era focado com os olhos do colonizador europeu. O aspecto da participação africana na construção do Brasil sempre foi focado como a participação dos escravos africanos, como se os africanos tivessem nascidos escravos e não feitos escravos. O termo escravo foi sendo construído com a história da humanidade e sempre

teve um significado pejorativo, considerando-se que o ser humano sempre chegou a condição de escravo por ter sido subjugado por outro mais forte.

Neste aspecto basta lembrarmos que os gregos e romanos que eram especialistas em escravizar os vencidos nas guerras. Foi nesta visão que os africanos foram submetidos, em muitos casos por passividade dos mesmos ou pela força e superioridade das armas, à condição de escravos no Brasil.

A Lei 10.639/03 veio resgatar a influência da civilização africana na história, cultura, artes, alimentação, religião, entre outras, da construção da sociedade brasileira. O espírito da nova Lei, determina que há que se destacar a influência da cultura afro brasileira na formação da cultura brasileira, tendo o negro como sujeito desta formação, resultando como consequência a valorização do pensamento e idéias de expoentes negros que se destacaram em todas as áreas da cultura brasileira, especialmente na música, dança, culinária, religião entre outras.

A miscigenação brasileira só faz sentido se considerarmos a contribuição dos escravizados africanos que vieram ao Brasil, mas que, apesar de todas as adversidades, conseguiram manter grande parte de seus costumes, de suas crenças religiosas exemplo pode-se perceber pelo sincretismo religioso existente no Brasil, de suas tradições, enriquecendo com isto a cultura brasileira. As contribuições africanas, européias e asiáticas, fizeram do Brasil um país ímpar. A Lei 10.639/03, deverá ser implementada pelos professores de história para que se mudem muitos dos conceitos que levam a discriminação do povo africano. Este talvez seja o maior desafio dos professores de história, literatura e arte, para esta década.

Ensinar história da África será o único caminho para tirar, ao menos parcialmente, o foco europeu da história do Brasil. Evidentemente, não podemos pensar que esta será uma tarefa fácil. Primeiramente devemos considerar que grande parte dos

professores de história que hoje estão em sala de aula, não teve em seu currículo de formação o estudo sistemático da história do Continente Africano, quanto mais dos países africanos individualmente.

Este desafio deverá ser superado com muita dedicação dos professores, mas também, com incentivo do MEC para cursos de atualização e aperfeiçoamento. Outro desafio do MEC refere-se aos livros didáticos que sofreram algumas modificações, mas que ainda estão longe de responder ao que a Lei pretende.

A ausência de atitude por parte dos professores (as) sinaliza à criança Discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus educadores. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação, banaliza a discriminação racial” (Cavalleira, 2001, p. 146).

Evidentemente que no parco horário disponível para o ensino de história será impossível um estudo aprofundado da história do continente africano. Diante disso a tarefa de definir o que é essencial para que se atinja o objetivo da Lei será outra tarefa hercúlea. Como se vê, a aplicação da Lei não ocorrerá num passe de mágica, mas necessário se faz que o MEC e as Secretarias de Educação dos Estados assumam a responsabilidade de contornar os entraves que aí estão.

Sem um trabalho de profundidade a lei tornar-se-á morta, isto é, mais uma bela lei, cheia de boas intenções, mas que pouco contribuirá para a efetiva mudança comportamental da sociedade que em última instância é o objetivo último para que tenhamos uma sociedade mais justa, mais humana.

O Parecer 003/04 que regulamentou a Lei 10.639, estabeleceu uma série de diretrizes pedagógicas para implantação da lei. Críticos da educação acharam a Lei desnecessária, já que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) já previa

este direcionamento do ensino e, ainda, por ferir a autonomia dos Estados brasileiros. Outro aspecto questionado pelos críticos levanta a efetividade na mudança nas questões de racismo e em como poderão diminuir as desigualdades no campo econômico. Há que se entender que a Lei não é um medicamento que se toma para resolver um problema de dor de cabeça.

Infelizmente, ser brasileiro significa herdar a tradição democrática na, qual todos somos iguais perante a lei e onde o direito a vida, a liberdade e a busca da felicidade é uma propriedade inalienável de cada um de nós, na realidade, ser brasileiro significa viver em um sistema socioeconômico injusto, onde a lei só existe para os pobres e para os inimigos e onde os direitos individuais são monopólio dos poucos que tem muito (Costa, 1991, p. 11).

Trata-se de uma mudança de conceitos, de mentalidade e, portanto, considerando que na formação dos preconceitos que temos hoje levamos alguns séculos, se a Lei conseguir avanços nos próximos 20/ 30 anos, já terá justificado sua existência. Ainda, a lei só terá êxito se a escola e a família assumirem uma postura diversa da que se tem hoje. Por parte dos afro-descendentes é preciso que não se considerem inferiores, como sempre disseram os senhores de engenho, mas se espelhem nas centenas de negros que triunfaram e, são exemplo neste País.

É preciso recuperar a auto-estima e o orgulho de ser negro, como existia entre os velhos guerreiros africanos, que tudo faziam para demonstrar sua bravura e competência. A escola deve em sua tarefa de formação dos alunos demonstrarem os aspectos positivos do povo africano que contribuiu na construção deste Brasil. Isso deverá ser tarefa não só do professor de história, literatura e arte, mas de todos os

professores da escola que deverão evidenciar a luta dos negros no Brasil em busca de sua liberdade, de sua afirmação e de seus valores.

Não se pode esquecer que o negro trouxe consigo todos os seus valores, sua história, sua religião, seus costumes e, embora a catequese dos padres, a influência da comida européia, e tantos outros interlocutores, o negro manteve suas raízes religiosas, seus alimentos típicos, suas tradições, seus deuses. Isto demonstra a força de um povo que pode ser escravizado, mas que acredita em seu passado e em suas crenças. Silva (2004) diz que: “A história da África é importante para nós brasileiros por que ajuda a nos explicar-nos”.

É preciso não esquecer que quase metade da população brasileira tem origem africana, é preciso não esquecer que desde os movimentos dos quilombos, passando pelo movimento “Frente Negra” (1931), até nossos dias, os negros brasileiros sempre buscaram seu espaço nesta sociedade. Embora existam tantos preconceitos, o negro brasileiro jamais deixou de buscar seu espaço na sociedade brasileira. Não fossem os preconceitos, os afro-descendentes em muito teriam contribuído para a construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária. No aspecto do turismo não podemos olvidar a contribuição dos negros, especialmente no que tange ao carnaval que atrai milhares de estrangeiros e divisas para o país.

Voltando a lei 10.639, temos a considerar que desde a década de 70 do século passado o movimento negro vem lutando pela inclusão do estudo de história da África nos currículos escolares, visando especificamente á inclusão de políticas escolares. A evasão escolar dos negros é conseqüência, além dos problemas financeiros, da falta de conteúdos curriculares que incluíssem o negro na construção da sociedade brasileira. O negro sempre foi visualizado como um problema e não como parte da solução dos problemas brasileiros. O Projeto de Lei 18/95 da Senadora Benedita da Silva buscava

incluir conteúdos de história do negro e da África nos três níveis de ensino no Brasil. Embora o Brasil seja signatário na “Conferência Contra o Racismo e Discriminação Racial...” (31/08/07 – África do Sul) pouca se tem feito para colocar em prática efetiva os termos do acordo.

A nova Lei acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

Art. 26. No ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira.

Parágrafo Primeiro: O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, política pertinentes à história do Brasil;

Parágrafo Segundo: Os conteúdos referentes à História e Cultura Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística, e de Literatura e de História Brasileiras.

Art. 79B. O Calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Como já dito acima o legislador preocupou-se e elaborar e aprovar a lei, mas esqueceu-se de oferecer os mecanismos para a aplicação da mesma. Todos sabem que as maiorias dos docentes de história jamais tiveram em seu currículo o estudo de história da África e, por isso, deveria passar por qualificação e aperfeiçoamento com o fim de

corresponder ao que determina a Lei. Entretanto, não ocorreu nenhuma previsão para requalificar esses professores.

Com o Parecer 003/04 que regulamenta a Lei 10.639, surgem os grandes debates nacionais a respeito das relações raciais no Brasil e, mais, sobre as questões de cotas nas universidades, a reorganização dos currículos para que houvesse condições de igualdade nas competições de ingresso às instituições públicas de ensino superior. O Parecer visa essencialmente á equiparação de condições no competitivo ingresso nas instituições públicas de ensino. É sabido que até o surgimento da Lei só os mais prósperos tinham condições de estudar em escolas particulares que, em via de regra são melhores que as públicas, e assim estavam em melhores condições de competir na disputa de vagas nas escolas públicas de nível superior. Assim, os que possuem melhores condições de pagar uma escola particular eram os que ocupavam as vagas das escolas públicas que são gratuitas.

A Lei, através do Parecer que a regulamenta, pretendeu tornar o sistema mais justo e igualitário e, desta forma, reparar em parte as injustas disparidades decorrentes de séculos de escravidão. Trata a Lei de políticas curriculares, com fundamento nas decorrências históricas, e antropológicas, oriundas da realidade brasileira, objetivando o combate às disparidades provocadas pelo racismo.

A relatora das “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, Segundo Silva (2004, p. 16).

Assim se manifesta:

Pedagogia de combate ao racismo e discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência

negra. Ente os negros, poderão oferecer conhecimento e segurança para se orgulharem de sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a participação e importância da história e da cultura dos negros e do seu jeito de ser, viver e se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras.

Isto, posto, devemos considerar alguns gargalos que obstruem a aplicação plena da Lei 10.639 e que deverão ser superados:

Primeiro; São necessários investimentos por parte do MEC, via Secretarias de Educação dos Estados, para que os professores possam ser preparados e, assim, atendam os objetivos da Lei, segundo; reconhecimento da importância da contribuição do negro na formação da sociedade brasileira independente de ações esporádicas, mas de políticas que mantenham o aluno mais pobre na escola e, assim, este possa galgar posições econômicas e sociais relevantes, terceiro; a implantação de políticas de distribuição de renda que torne a sociedade mais justa e igualitária, quarto; a remuneração dos professores para que possam se dedicar ao magistério como profissão.

Os conceitos implantados na consciência coletiva não mudam com leis, mas com comportamentos que demonstrem os fatos. Dessa forma, a sociedade só terá a plena aplicação da lei, se mudar os valores arraigados no consciente coletivo e, isso, só será possível, se houver mudanças nas políticas governamentais que convençam que é possível construir uma nação com valores mais sólidos dos que a sociedade tem presenciado.

Cabe ao estado, portanto assumir seu papel social de restabelecer a ordem e proteção dos direitos e garantias sociais do individuo de forma plena e democrática para que de fato essa sociedade marcada por profundas diferenças promova nas crianças adolescentes e jovens a oportunidade de viver e superar um mundo de incertezas e

conflitos constantes, formando o cidadão para a vida adulta, pública, e profissional, resultando em um equilíbrio humano e uma convivência ética, justa e pacificadora.

1.4. O conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos

1.4.1 Porque estudar história da África.

Até a década de 1990, a pequena atenção de nossa historiografia para os estudos africanos fez com que a trajetória histórica do continente não fosse ensinada nas escolas brasileiras. Ignorada ou simplesmente fundida nos estereótipos, como o de que o continente seria apenas o local de onde, vinham os escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar ou nas minas, a história africana não aparecia nos programas e nem nos livros didáticos.

Daí o trabalho imprescindível dos professores, na utilização de livros didáticos que: primeiro ignoram a realidade histórica da África, segundo, estão carregados de preconceitos e discriminações claras a qualquer leitor, terceiro, apresentam a história impregnada de preconceitos nas entrelinhas, quarto, em seu texto procura desvincular o contexto histórico entre África e Brasil, esse desconexo da história e cultura afro-brasileira permite a aculturação e conseqüentemente a perda da identidade da sociedade Brasileira, quinto, o preconceito e discriminação estão presente nas imagens iconográficas. Esses livros devem ser tratados de forma que se façam as considerações devidas possibilitando interpretar, contextualizar de forma a promover uma análise crítica de professores e alunos, enquanto não se faz uma revisão dos livros didáticos deve-se reformular sua abordagem acerca da história da África e da cultura afro-brasileira, como medida adotada pelos professores e instituições de ensino como medida de caráter urgente.

Nos últimos anos a sociedade Brasileira presencia um movimento intenso de debate acerca do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo das instituições de ensino superior visando a formação de professores para que os mesmos tenham condições de atender as exigências das normativas em seu contexto de trabalho garantindo assim atender alunos de estabelecimentos de ensino público e privado de maneira crítica e voltada a realidade da história negada até o presente momento, e movimentos sociais têm proporcionado vários espaços para o debate, mas ainda é muito pouco diante de inúmeros problemas decorrentes da história negada, e mascarada por séculos, bem como um ensino de excelência e valorização de diversas etnias no combate ao racismo e discriminação.

A África que nós conhecemos é a do Tarzan, Simba, Safari, Aids, Fome, Guerras, das tribos. Será que a África é só isso! Já viu algum livro didático Mostrar que a África é o berço da humanidade, que as maiores civilizações se desenvolveram lá, que a civilização egípcia era negra! Nunca se viu na historiografia oficial, nos livros didáticos, os impérios e reinos africanos. A África é simplesmente tida como tribo. É isso o que a lei pretende corrigir. Além de introduzir a história da África no currículo, é uma nova história que será ensinada, em que a identidade africana e dos afrodescendentes é apresentada de maneira positiva (Borges, 2012, p. 63).

Ao estudar a história da África o professor deve fazer as devidas correções das referências equivocadas que a historiografia deixou e estabelecer uma nova leitura sobre a África possibilitará tornar mais denso o conhecimento sobre a verdadeira realidade, resgatar nossa ancestralidade africana, conhecer a intensa participação

africana na elaboração da sociedade brasileira quanto a economia, política, religião e cultura, construindo imagens positivas sobre a realidade e as sociedades africanas.

Divulgar as escolas de pensadores, artistas, intelectuais africanos, contribuir com a construção do patrimônio histórico/cultural da humanidade, combater o racismo e as práticas discriminatórias a que estão sujeitos diariamente milhares de africanos e afro-descendentes, e ao direito dos descendentes de africanos, assim como de todos os cidadãos brasileiros.

A valorização de sua identidade étnico-histórico-cultural, expressando os valores de seu grupo étnico e de outros grupos sociais em que se insira usufruindo de iguais direitos civis, sociais e políticos, cumprir com as determinações legais a que o nosso país devem observar como a Lei 10639/2003, Lei 11645/2008 definido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Reivindicar o estudo das africanidades com o propósito de que os currículos escolares, em todos os níveis de ensino, valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro, busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar, discutir as relações étnicas, no Brasil. O Brasil foi um dos últimos a abolir a escravidão, (Cavalleiro, 2001, p.142), O Brasil adiou ao máximo o Dever de libertar os africanos e seus descendentes Escravizados, carregamos a desprezível marca de ser Última nação a abolir a escravidão. Lutamos ainda hoje Para que tenhamos uma democracia substantiva.

E analisar a perversidade do mito da democracia racial, refazer concepções relativas á população negra, forjadas com base em preconceitos que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente, permitir aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de

diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país propondo instrumentos para analisar e valorizar tais culturas e povos.

Enfim promover a formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros, na sociedade brasileira, promovendo o combate ao preconceito e discriminação abolir sentimentos de superioridade e inferioridade e acima de tudo que pessoas negras e não negras se relacionem de forma harmoniosa e respeitosa, ao analisar a história do Brasil a partir de uma perspectiva Africana.

A cultura africana é uma das culturas mais ricas, belas e resistentes tendo em vista que sobreviveu ao período de escravidão, colonialismo, imperialismo, guerras mundiais, guerras civis, fome, doenças e toda exploração empreendida em seu continente e mesmo assim sobreviveu a todas as intempéries, é possível observar, por exemplo, na África ocidental os valores que se da a família, as crianças são tratadas de igual para igual aos idosos a esses tem-se o mais profundo respeito e reverência.

Não se pode estudar a África como unidade, de fato essa é mais uma das muitas distorções que a historiografia tem ensinado de forma errônea, de fato o que existe são numerosos povos de culturas diferentes, possuem elementos culturais básicos comuns, mas essencialmente particulares e distintos que precisa ser levado em consideração. Percebe-se a estreita relação com o sagrado na cultura africana e no Brasil, não existe cultura que não se ampare no sagrado aqui presenciamos o sincretismo religioso como expressão de resistência e a expressão mais verdadeira da fé e da cultura africana.

A mistura entre o catolicismo e as religiões africanas exemplo, o Candomblé é o exemplo mais claro desse sincretismo, os santos católicos foram identificados com os orixás, as divindades africanas, Nossa Senhora da Conceição foi identificada como

Iemanjá, o Senhor do Bom Fim com Oxalá, São Jorge com Oxossi, Santa Bárbara com Iansã, etc.

No século XVI existiu, um intenso comércio de trocas de recursos naturais entre Brasil e África ao se estudar a história do Brasil fica evidente que não se pode entender o Brasil tão pouco se pode escrever sobre o Brasil sem conhecer a África, os anos 60 marcam o início da renovação dos estudos africanos que vinham numa perspectiva diferente, mais antropológica, mais etnográfica do que histórica, a partir dos anos 60 os estudos históricos foram impulsionados pelo processo de descolonização da África.

No século XVIII começaram a ser trazidas para a América grandes massas de escravos, foi o início do intenso e desumano processo de migração e exploração forçada da história da humanidade, e sem dúvida alguma do enriquecimento dos europeus subjugando um continente inteiro em nome do poder e da riqueza desarticulando reinos africanos desde as mais elaboradas até as mais simples aldeias - estados, microestados, os povos do continente africano reagiram a entrada dos europeus embora dominados reagiram e muitos ainda sobrevivem até hoje.

Ao analisar a literatura percebe-se que sem a África o Brasil não existiria, porque é necessário ter uma perspectiva de fora, ou seja, não se pode escrever ou falar de Brasil sem falar da África, é impossível compreender os países isoladamente, e muito menos sem reconhecer as influências da África para a cultura brasileira em todos os seus aspectos.

1.4.2 Contribuição hist./cultural e econômica dos Afro-Brasileiros no Brasil

O Brasil é país, de cultura negra, além da contribuição de seu trabalho, os africanos marcaram profundamente a língua, a música, a religiosidade o modo de ser do

povo brasileiro, a relação com o corpo cheio de sensualidade, a recuperação da auto-estima, e da identidade étnica afro-brasileira são fundamentais para a construção de um indivíduo pleno de capacidades, é importante o resgate da auto-estima do negro, a valorização dos traços culturais afros, valorizando a cultura da África, se pode vislumbrar a valorização da cultura Brasileira.

O que a historiografia fala claramente em seus textos é de que a condição de vida mais humana que os escravos teriam recebido de alguns senhores de escravo teria sido doada como dádiva ou mesmo, como um comportamento paternalista do branco ao seu escravo, e dos senhores de escravos após a abolição como um favor do branco ao negro ou mesmo como a condição de escravo liberto teria sido fruto da ação da sociedade branca, os textos omitem em sua grande maioria as constantes lutas, as contantes batalhas travadas que sacrificaram milhares de vida em nome da liberdade, ou seja, os textos omitem a ação dos escravos em prol de sua própria conquista pela liberdade alcançada.

O samba, o futebol, a música popular brasileira, o carnaval, o do conhecimento científico, na agricultura, na economia, na religião e na cultura, etc. A história da escravidão no Brasil começa na África e é inseparável da história africana, durante os primeiros duzentos anos da expansão oceânica européia. O escravo é um personagem onipresente, a historiografia simplesmente o ignorou como se não fosse graças a ele o acúmulo de fortunas de países capitalistas a custas de sofrimento, guerras, despedidas, separação de famílias e massacres de tribos inteiras.

E por fim a própria vida sendo ceifada em nome da riqueza e poder, sobre os vários tipos de escravidão prevalentes na África e a forte expansão que experimentou o cativo de africanos ou ainda no tráfico promovido pelos cristãos para as Américas e

no impacto que esse tráfico teve sobre as diferentes sociedades africanas, se pode afirmar que não existe Brasil sem a África.

A África é muito importante para o Brasil é fundamental que o brasileiro ao analisar, escrever, ler, sobre história da África que ele consiga se ver nesse contexto histórico somos parte coesa de dois continentes separados apenas pelo Oceano.

O Brasil possui um vínculo consanguíneo, histórico, cultural políticos, econômicos, artísticos, religiosos, psicológicos, e de sofrimento, existe uma ligação quer se aceite ou não, quanto mais tempo levar para aceitar tal realidade maior será o sofrimento e busca de uma identidade que faça ter efetivamente uma história e um passado real e maravilhoso e que na verdade possibilitará aos brasileiros reconhecer e identificar sua própria história de vida.

1.5 Análise das imagens da história e cultura Afro-Brasileira e africana nos livros Didáticos

1.5.1 Análise das imagens dos negros nos livros didáticos

O livro didático procura incutir em seus leitores de forma explícita ou indireta a representação do negro em situação de inferioridade, sempre tratados com desprezo em relação ao branco que em sua totalidade é vista como a raça mais bela e inteligente, seja em seu conteúdo ou nas imagens iconográficas, os personagens negros são citados sempre a um passado, sem atuação, como escravos, preto-velho, humildes, fragilizados, bestializados como feras, inferiores ao branco, despossuídos de capacidade intelectual, sendo de caráter possuidor de maldade, sujeira, sem humanidade, e associados a animais.

A imagem que é vista e percebida claramente ou mesmo que de forma sutil e velada é a construção detalhada seja em histórias, anedotas, contos, provérbios,

noticiários de jornais, artigos de revistas, programas de televisão, filmes e anúncios de rádio e TV carregados de ideologia racista.

E o currículo escolar é carregado de ideologias da classe dominante, com objetivos de controle social porque representa o capital cultural da mesma que detém o controle do poder, através de uma ideologia concreta, representando a realidade distorcida, deformada que não corresponde á realidade se apresentando nos livros como concepção objetiva e verdade incontestável e nunca é percebida a omissão e deformações contidas em seu contexto.

A ideologia das aptidões foi utilizada e combinada com a ideologia racista para justificar o fracasso no acesso ao emprego de certos trabalhadores e dos segmentos oprimidos.

O currículo escolar em seus livros utiliza também o estereótipo, uma visão simplificada e conveniente de um indivíduo, ou grupo, utilizada para estimular o racismo, construindo idéias negativas a respeito do outro, justificando as agressões, injustiças e violência sobre qualquer grupo racial-étnico.

Durante a escravidão, o africano foi estereotipado como selvagem, primitivo, instintivo: mau, perverso, traiçoeiro, demônio, ser destrutivo, sujo, imoral, sem alma.

As crianças são representadas executando trabalhos domésticos, como um brinquedo dos filhos dos brancos, um animal de estimação, sem família, filhos de empregados, sem pai, filhos de mãe solteira, ligadas quando a uma família sempre desestruturada com pais desempregados, alcoólatras, viciados em drogas e jogos, justificando assim a sujeição e maus tratos.

As imagens representam estereótipos atribuídos aos negros, colocando-os numa posição de inferioridade aos brancos, e como um todo os negros são vistos em suas funções como escravos, com uma invisibilidade da população negra como maioria,

inferioridade intelectual, atraso tecnológico, falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético, de índole duvidosa, ladrão, drogado, violento, estuprador, bandido, desempregado, mendigo, preguiçoso, burro, animal de carga, apto apenas pra serviços braçal, sua identidade sempre esta ligada ao esporte, ritmo, carnaval, sexo e culinária.

Por isso, a noite levo os turistas aos shows de mulatas: São as mais belas mulheres do país. Vêm como não temos preconceito? Há, certamente, turistas bastantes tolos para acreditar no “culto brasileiro” a mulher mulata. Outros, porém, logo percebem que só a encaramos como objeto de cama e mesa (Santos, 2004, p. 80).

As mulheres sempre vistas como ou ligadas a caricatas com lenços na cabeça, brinco de argolas e traços animalizados, mulheres cuidadoras, sem família, domésticas, empregadas domésticas são sempre negras, os trabalhos são sempre sem qualificação e braçal, ama de leite, vendedoras informais de rua, com comportamento imoral, lascivo, feia, gorda, burra, sem inteligência, supersticiosa, bruxa, macumbeiras, porcas, ingênua e subserviente, representando um perigo á família e aos bons costumes.

Fanon (1980, p. 39). Diz quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, todo o mundo concordou esses negros eram o principio do mal, negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissai.

Segundo o dicionário da língua portuguesa Houaiss (1988), a conceituação para “negro” é de cor escura, preto, escuro, escurecido pela sujeira, sombrio, escuridão, trevas, denegrado, ameaçador, funesto, fúnebre, melancólico, tristeza, tenebroso, tempestuoso, escravo, homem que trabalha muito.”

O conceito de negro no dicionário da língua portuguesa representa claramente a imagem que a sociedade brasileira possuía e ainda possui do negro, dessa forma os diversos livros didáticos analisados demonstram claramente uma representação desse

conceito de negro esta associado a, tarefas ligadas ao lixo, detritos, sujeira, serviços braçais, inferiores, escravo, mendigo, serviçal, favelado, subordinados, incapazes de reação, conformismo, e com necessidade de ser conduzidos e dirigidos pelo branco.

Alguns associados a animais, sem nome, sem família, apelidado, sem idade, denominados pela cor da pele, chamados de demônios, mentirosos, preguiçosos, desobedientes, associados a seres sobrenaturais bruxarias, animais nocivos, de atitudes depreciativas, negativas, ligada a furto, gula, incapacidade, desastrado, guloso, vitima de zombaria, depreciação, conformado com humilhação, sempre ligado a mendicância, desemprego, criminalidade, drogas, com os piores empregos e sempre com salários inferiores aos trabalhos e funções do branco.

Os comentários depreciativos, pejorativos, irônicos são prejudiciais a escola, quando esta não esboça reação frente á discriminação, os professores precisam ouvir sobre esse discurso e refletir o conteúdo dessa linguagem, o silêncio revela para a criança discriminada, menosprezo pelo seu sofrimento tornando o convívio escolar um fardo e uma reprodução do que elas vivenciam no mundo exterior, a escola é local diferenciador onde se preparam pessoas e futuros adultos que devem respeitar as diferenças.

Os professores devem estar preparados para trabalhar de forma ética e respeitosa buscando sempre a resolução dos conflitos frente a comentários depreciativos ou piadas racistas que são vistas por muitos como normais, comum ao se referir ao negro como: preto feio, como macaco, preta que não toma banho, moreninha, marronzinha, pretinha encardida, carvãozinho, preta da cor de carvão, preta fedida, filhotes de são Benedito, cão em forma de gente, negro de alma branca, negro com pinta de branco, negro quando não suja na entrada suja na saída, negro parado é suspeito

correndo é ladrão, negro quando pinta já passou dos cento e trinta, negro de dia é um vulto de noite é uma sombra em pé é um toco, deitado é um porco.

Não ter atitude diante de comportamentos racistas implica em reforçar atitudes racistas ser permissivos com alunos brancos racistas, causam estragos dor e sofrimento as vítimas, causa um sentimento de impunidade, revolta e doenças emocionais irreparáveis na criança e adolescente, tais atitudes devem ser inaceitáveis para educadores, escola e pais esse trabalho deve ser conjunto e de responsabilidades de todos.

Um texto sobre saneamento básico, que tinha uma população de favela que morava na beira de um córrego, tinha uma negra uma só ela era gorda, pintaram os lábios dela bem de vermelho, bem negra, tinha um linguajar engraçado, construída de forma bem caricata e os demais personagens menosprezavam, pois não eram assim, só a negra, era esculachada, falava mal, era feia, estava mal vestida, os outros não, tudo de errado quem fazia era a negra, inclusive jogar lixo no córrego e bater boca com os vizinhos (Lopes, 2006, p.34).

Fica evidente a gravidade desse texto, o que não pode acontecer é passar despercebido pelo professor, o conteúdo ali embutido ao utilizá-lo como uma chamada de consciência para os alunos, no que se refere às questões ambientais. Cabe ao professor fazer a mediação correta e possibilitar aos alunos uma reflexão sobre o tema. Esse é apenas um exemplo dos milhares que acontecem no cotidiano escolar, os materiais didáticos e os conteúdos curriculares é um forte aliado na naturalização do preconceito e da discriminação racial nas escolas.

O material didático no que refere ao conteúdo e imagens iconográficas em sua maioria permanece representando estereótipos tais como: todas as famílias e as crianças

são brancas, toda representação e grandes feitos na história são conquistas de brancos, os heróis são brancos, os agentes da construção são brancos, percebe-se o negro quando é o dia 13 de maio, abolição da escravatura e esta como dádiva dos brancos, os negros aparecem como escravos ou os serviços subalternos sempre ocupados por representações de negros.

A falta da imagem de pessoas negras nos materiais escolares amputa simbolicamente essas pessoas da vida e do contexto histórico do Brasil. A escola ensina a partir das escolhas curriculares, as funções e os papéis na vida social atribuído às pessoas. Que papéis e funções sobram aos negros? Que perspectiva a escola adota a população negra? É o silêncio que se ouve como resposta, e o preconceito e discriminação ecoa por toda escola em forma de negligência, omissão.

A omissão no livro didático seja pela figura do negro ou pela invisibilidade do negro no livro didático e ou ainda pela ausência de diversidade de papéis exercidos pelos negros demonstrada nos mesmos, pode ser vista como responsável pela discriminação e preconceito do negro pela sociedade que o vê como serviçal e marginal e reproduz como natural tal percepção e tratamento uma vez que este é sempre retratado com pouco prestígio, em ocupações desumanas, em papéis inferiores que exigem sempre esforço físico, onde se percebe ser desnecessário inteligência ou confiança do mesmo, mesmo as crianças são qualificadas, e determinadas funções e papéis são determinados em nossa sociedade a partir da condição de pele, sendo assim as crianças negras são desestimuladas desde sua infância em sala de aula a ocupar ou mesmo a desejar ou se conformar apenas com os lugares e funções subalternos sugeridos nos livros didáticos.

O livro didático reproduz e reforça o racismo, preconceito e discriminação, a criança negra em sua maioria nunca tem nome é retratado sempre por apelidos ou pela

cor da pele assim como os adultos homens, mulheres ou idosos, com adjetivos pejorativos, chamados de feios, sujos, malvados, mentirosos, moleques, preguiçosos, desobedientes, mal educados, ladrões, burros, sem inteligência, demônios. Ao reproduzir nos livros tal preconceito nos aponta para o objetivo único de rejeição e afastamento da própria identidade das populações negras e conseqüentemente a reprodução dos padrões impostos pela cultura branca.

Em contra partida o livro didático concretiza o ideal da ideologia de branqueamento, quando apresenta um Brasil de maioria branca ou mesmo da invisibilidade do negro no livro didático, ou quando cita sempre o negro no passado como se o mesmo não fosse parte da história atual, e quando no passado sempre sem seu protagonismo, nunca como construtores da história do Brasil e como parte de uma história feita com heróis brancos e estes como salvadores da causa negra.

A presença do negro nos livros, freqüentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e as lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão, sua participação na construção do país, suas conquistas e luta, podem ser corrigidas se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão, contar o que foi a organização sócio-política-econômica e cultural na África pré-colonial, a história do Egito, a importância das ciências, medicina, matemática, cultura e artes, e também sobre a luta das organizações negras na África e no Brasil, nas Américas, se a escola cumprir com as determinações legais incluindo a disciplina de história e cultura afro-Brasileira e Africana em seu currículo escolar será efetivamente possível analisar de forma contínua nossa história.

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma maneira simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de

diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros, nesse sentido, afirmo que cabe uma formação específica para o professor de ensino fundamental, com o objetivo de fundamentá-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.

Com base nas considerações, compreende-se que o desenvolvimento de uma educação ética, perpassa valores conceituais e se consolida em ações, atitudes práticas que ultrapassam o esforço conjunto do estado, da família, da religião, da sociedade e seus segmentos e acima de tudo da escola, é nesse espaço a garantia de um futuro com qualidade, equidade, que se acredita querer a sociedade, sonhar e de fato viver a possibilidade real de seres humanos que se respeitem e que são capazes de viver em condições livre e humana em sua plenitude.

A educação transcende a legislação porque uma sociedade se vale de leis porque convive em situações desfavoráveis, desiguais recorrendo à justiça para que haja uma legislação que garanta direitos e que julgue imparcialmente as pessoas. Acredita-se que a pior injustiça ou desigualdade é tratar de forma igual os desiguais é por isso que por inúmeras vezes a justiça resolve tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual.

Uma atitude é capaz de mudar uma geração e é com esse objetivo que o ensino deve ser vislumbrado como gerador de um ensino que promova as devidas reparações e que conte a verdadeira história da África e dos Afrodescendentes, e que por fim contribua para uma sociedade com formação profissional e ética onde as pessoas se respeitem.

O educador deve proporcionar situações onde o negro possa encontrar a si mesmo, ou seja, reencontrar com si mesmo é promover o encontro de sua própria história insuflar novamente a vida negada por séculos, possibilitando nele orgulho e dignidade a que deve existir para todos os negros.

Existe visivelmente a intenção de inferiorizar e desumanizar o negro, o objetivo em promover os estereótipos, com a ideologia racista é conseguir impedir o próprio estereotipado a internalizar a sua imagem idealizada negativa com o objetivo de inferiorizá-lo e oprimi-lo, como consequência, surge a auto rejeição, baixa estima, e negação do próprio eu.

O material pedagógico tem muita relevância porque é valorizado e instrumento de acreditação de professores, pais e alunos se tornando em alguns casos instrumento verdadeiro e incontestável, devido a seu papel de alcance de modo geral o livro didático omite o processo histórico e cultural bem como as contribuições em todas as áreas do conhecimento de povos indígenas e negros, menosprezando a participação desses povos na história da sociedade brasileira.

Surge nesse contexto evidente o papel fundamental do professor como instrumento de reflexão, necessidade de professores que saibam utilizar o livro didático, promovendo o senso de criticidade na análise e interpretação dos conteúdos e imagens dos textos didáticos, desmistificando as ideologias impregnadas de racismo, que os professores conheçam a realidade dos alunos para que seja possível compreender e educar respeitando as experiências, culturas, e realidades que cercam cada aluno em um universo diversificado como a escola.

Ao analisar o livro didático quanto sua abordagem e apresentação visando verificar o conteúdo e a imagem iconográfica do livro didático de história percebeu que apesar da importância e responsabilidade da escola em reduzir as desigualdades raciais e

a discriminação, o livro didático não atinge o ideal tão pouco cumpre com o que determina a lei 10639/2003, lei 11645/2008 que foi sancionada pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva que reconheceu por meio da lei a importância da luta anti-racista dos movimentos sociais quanto as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil.

Para tanto o livro didático precisa constar de um ensino que refaça a construção da história da África e dos afrodescendentes na contribuição e construção da história brasileira bem como a própria história do negro na construção da sociedade Brasileira, quanto política, cultura, economia, religião, artes, para que seja possível estruturar a história do Brasil é necessário conhecer a história do continente africano e dos africanos, compreender a África é compreender a nós mesmos, reconhecer a nossa identidade, como parte interligada do povo africano.

No que refere ao livro didático e sua função a de possibilitar a interpretação e compreensão dos alunos promovendo a igualdade entre negros e brancos fica, ficando evidente que os alunos não conseguem perceber, a promoção da igualdade entre negros e brancos. Uma vez que os conteúdos são tratados superficialmente e em sua maioria nas entrelinhas fica notório o preconceito e discriminação, não respeitando a diversidade cultural contribuindo para a reprodução das desigualdades raciais e a discriminação, apresentando a História do negro apenas no processo de escravidão desconstruindo seu papel na formação da sociedade Brasileira.

A postura decisiva dos professores quando solicitado a definir a escolha do texto didático, deve estar sempre voltada ao livro didático, mesmo quando este apresente qualidade em sua impressão, a exigência prioritária deve estar sempre voltada para o cumprimento com as exigências da lei 10639/2003, e a 11645/2008, onde a normativa estabelece a obrigatoriedade do texto didático estar adequado aos conteúdos

de História da África e dos Africanos, bem como da participação do negro na formação da sociedade Brasileira.

Ressaltando a diversidade cultural e combatendo a discriminação racial, bem como a necessidade de adequar o livro ao contexto real da história da África e dos afro-brasileiros fazendo as intervenções necessárias e contextualizando sempre que for necessário, ou seja, cabe ao professor compreender a estrutura do livro didático para que ele possa mesmo que ao encontrar falhas e distorções no livros, cabe a ele promover instrumentos facilitadores para o conteúdo que se pretende trabalhar é preciso sempre ler nas entrelinhas, duvidar, questionar as reais intenções que ele apresenta para problematizar junto aos alunos essas intenções tendo uma ação crítica e propositiva em relação aos materiais uma vez que os materiais e os conteúdos curriculares são um forte aliado da naturalização do preconceito e da discriminação.

Essa relação do professor com os materiais didático pedagógicos é da maior importância, porque só se ensina aquilo que se sabe daí à importância do apoio didático e se este não atende aos conteúdos necessários e muito menos cumpre com as determinações legais fica comprometido o trabalho do professor que infelizmente devido a inúmeras situações como tempo uma vez que precisa trabalhar em varias escolas ou mesmo condições financeiras para adquirir materiais que venham suprir as deficiências do material didático, ausência de qualificação profissional, pode ser fator do descumprimento da lei, um exemplo disso é o que mostra em grande parte alguns livros e materiais didáticos a seguinte situação.

Da ausência, passando pela imagem de inferioridade e chegando a caricatura, a contribuição da escola e dos seus materiais á oficialidade do preconceito racial deixa nítido que a escola freqüentada pela criança branca não é a mesma escola freqüentada pela criança negra, o livro didática traduz em textos e imagens o que deve ser aprendido

pelos alunos, orientados pelos professores, nele não há espaço de imagem para a criança negra aparecer feliz, brincando, estudando, tendo uma família, quando é representada sempre na condição de subimagem, fortalecendo a discriminação e a inferioridade sociocultural, e reafirmando a superioridade dos não negros.

Ou seja, interessa aqui saber como os educadores e em que medida os livros que escolheram para trabalhar junto aos alunos reforçam, de um jeito ou de outro o lugar de inferioridade reservado pela sociedade brasileira ao negro, e acima de tudo como a prática docente pode e deve ser feita para sanar tais deformações de forma crítica e reflexiva. Mais que isso é imprescindível perceber o papel do estado representado pela secretaria de educação e que a mesma seja responsabilizada pela escolha do texto didático bem como na adequação do mesmo ou na publicação de textos que cumpram com as determinações legais.

Nesse sentido o papel da educação está diretamente relacionado com a responsabilidade de mudança da condição social ou seja, na promoção de igualdade de oportunidades e acredita-se que esse caminho só pode ser percorrido e de fato alcançado por meio e através da escola, do ensino de uma educação de excelência que promova em condições de equidade cada criança, adolescente, jovem e adulto, sejam eles negros ou brancos, o papel do professor deve ser pontual e decisivo e a sua postura frente ao livro didático deve ser imperativa quanto as correções e reflexões dos educadores em relação ao livro didático.

O trabalho cotidiano dos professores tem como obstáculo e preocupação a necessidade de uma revisão dos livros didáticos de história, e a inexistência da história da África e dos Afrodescendentes, partindo do princípio de que o material é concebido para auxiliar a atividade docente e servir como fonte de leitura para os alunos, reformular a abordagem acerca da África deve ser medida de caráter urgente.

1.5.2 A invisibilidade do negro no livro didático

As leis abolicionistas no Brasil do século XIX fato este que valoriza a ação parlamentar excluindo a conquista dos negros livres e escravos porque eles não escreveram a sua história ela foi contada por outros, como dádivas das classes dominantes. E já no século XX com a sociedade civil organizada é necessário estabelecer a elaboração de normas específicas, que estabeleçam os princípios norteadores das relações de: democracia, liberdade direito e igualdade, princípio estes garantidos na constituição federal do Brasil.

E na prática percebe-se sua ineficiência não porque as leis não são boas, mas porque não são aplicadas ao que o rigor da lei garante ficando na sociedade um sentimento de impunidade e injustiça levando a instaurar um estado de caos já que o estado não resolve cabe aos cidadãos resolver seus problemas, dificuldades e sofrimento da forma mais prática ou seja com as própria mãos e sobrevive o mais forte, daí a importância do ensino de história da África e da cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar das escolas públicas e particulares de educação básica, e superior, para desmistificar o mito da democracia racial que só reforça a condição e reafirma as desigualdades deixadas pela escravidão.

A abolição da escravidão não resolveu os problemas oriundos e causados pela escravidão, refletidos por séculos na vida, na história e no futuro de ex-escravos e negros, influenciando decisivamente em suas vidas, carregando sinais visíveis de que o preconceito, discriminação racial e racismo estão presentes em nossa sociedade apesar do amparo legal e da afirmativa de que no Brasil existe democracia racial, assim.

Munanga (2004, P.34) enfatiza que:

No Brasil não convivemos com uma discriminação oficial, ou seja, inscrita na lei. Apesar da nossa Constituição não admitir que nenhum cidadão ou

cidadã seja excluído por seu sexo, raça, cor, ou religião, as pessoas negras, as mulheres, os praticantes de algumas crenças religiosas sofrem em nosso país e em vários outros, é preciso existir uma legislação que proteja os direitos humanos, prevendo punição para a prática da discriminação racial e para o crime de racismo. É necessário que a lei seja acompanhada de políticas efetivas de combate a discriminação racial e de um processo de reeducação da nossa sociedade frente às diferenças. Precisamos construir novas lógicas e novas mentalidades. Podemos combater a discriminação e o preconceito, assim como seus efeitos por meio de duas maneiras básicas: a primeira é a legislação penal, ou seja, a criação de leis que punam os atos discriminatórios e a segunda é por meio da promoção de igualdade de oportunidades ou ações afirmativas.

Com base nas considerações supracitadas, compreende-se que o desenvolvimento de uma educação ética, perpassa valores conceituais e se consolidam em ações, atitudes práticas que compreende o esforço conjunto do estado, da família, da religião, da sociedade e seus segmentos, mas, acima de tudo do estado em parceria com a escola, é nesse espaço a garantia de um futuro com qualidade, equidade, e justiça que acredita-se querer a sociedade sonhar e de fato viver a possibilidade real de seres humanos que se respeitem e que sejam capazes de viver em condições de liberdade plena.

A educação transcende a legislação porque uma sociedade se vale de leis porque convive em situações desfavoráveis, desiguais recorrendo à justiça para que haja uma legislação que garanta direitos e que julgue imparcialmente as pessoas.

Acredita-se que a pior injustiça ou desigualdade é tratar de forma igual os desiguais é por isso que por inúmeras vezes a justiça resolve tratar os iguais de forma

igual e os desiguais de forma desigual. Uma atitude é capaz de mudar uma geração e é com esse objetivo que o ensino deve ser vislumbrado como gerador de um ensino que promova as devidas reparações e que conte a verdadeira história da África e dos Afros-descendentes, e que por fim contribua para uma sociedade com formação profissional e ética onde as pessoas se respeitem. Como escreveu Steve Biko, O primeiro passo é fazer com que o negro se encontre a si mesmo, insuflar novamente a vida em sua casca vazia, infundindo nele o orgulho e a dignidade.

Silva (2004, P.59) afirma que:

A omissão, no livro didático, da diversidade de papéis exercidos pelos negros no Brasil pode ser responsável, em grande parte, pela internalização por parte da sociedade de uma imagem estigmatizada do negro visto apenas como serviçal e marginal, bem como pelo desrespeito e intolerância por parte dos seus colegas das profissões valorizadas na sociedade e exercidas por não negros em sua grande maioria.

Apartir desse ponto de vista a sociedade segregou de forma direta e indireta onde a população negra em sua grande maioria se ve afastada da sua cultura e conseqüentemente sem identidade, buscam se relacionar com parceiros brancos ou no caso de ser da mesma população étnica solicitam sempre que estes estejam comparados ao mesmo padrão de beleza branca para que estes sejam aceitos, sendo assim ou se exclui de forma direta o negro por racismo ou discriminação pelo simples fato das diferenças étnicas ou estes se encaixam as exigências impostas pelos padrões de beleza estética ou físicas. Em outros casos precisam se destacar intelectualmente sempre sendo requisitados a demonstrar desempenho produtivo como se dependesse de provar a todo instante seu merecimento em ocupar determinados cargos e funções predominantemente ocupados por brancos, isso implica em um extremo desgaste psicológico.

1.6 Imagens do negro no livro didático impactos em sua auto-estima e identidade

1.6.1 Imagem e auto-estima como fator determinante para a construção/ Identidade

A representação histórica da figura do negro em livros revela uma associação com estereótipos que representam o negro como um sujeito inferior ao branco, posto que ele está retratado de forma inferiorizada em atitudes desumanas e subalternas, vinculando o negro a papéis sociais desvalorizados e subservientes. As atividades exercidas pelo negro sempre foram relacionadas a situações degradantes, equiparados a animais, observado isso, desde tenra idade é o que revela as imagens na sua maioria, nos livros didáticos, favorecendo a discriminação, a manutenção de estereótipos que qualificam esse grupo étnico de forma negativa, já que estão associados a papéis ligados a escravidão. Sobre isto afirma Silva (200, p. 51). “O livro didático apresenta o passado Histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente quando não consegue inviabilizá-los, completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se a escravidão”

O livro didático ainda é o material pedagógico, mais usado, se não, o único nas escolas públicas, cabendo ao professor mediar e combater essas imagens estereotipadas dos negros, principalmente nas séries iniciais, momento em que as crianças estão em processo de formação de caráter, de valores e de sua identidade (Silva, 2001, p. 19).

Assumir ou evitar sua auto identificação como negro, é um fenômeno intrigante no Brasil. Moura (1994, P.43). Coloca que a elite brasileira se autoidentifica como branca e assume as características do branco-europeu como representativas de uma superioridade étnica. Contrariamente o negro é frequentemente posto no lugar de pertencente a uma cultura inferior. Esta realidade contribui para que os indivíduos com

características físicas próximas do tipo branco tende a ser mais valorizada em todos os setores sociais e a mais próxima do negro tende a sofrer discriminação.

D'Adesky (2001, P.25) atenta para o modo de vida e o status das pessoas são fatores determinantes na classificação da cor em relação ao afrodescendente é muito comum um mestiço com características negroides “leves” e com posição social elevada, ser considerado branco, contudo, uma mesma pessoa em função de suas condições socioeconômicas adversas, com características semelhantes, pode ser considerada negra. Ocorre também que pessoas com características fenotípicas brancas, por exemplo, em função do seu envolvimento com a cultura negra, podem considerar-se negras. Todos esses contrapontos promove uma ausência de unanimidade, criando dificuldades adicionais para a construção da identidade do afrodescendente.

O autor D'Adesky (2001, p.75), nos alerta que o termo raça é uma categoria socialmente construída, utilizada como referencia para tipificar e classificar indivíduos em função de suas características fenotípicas perceptíveis “

A discriminação racial seria a manifestação comportamental do preconceito é o que nos afirma (Santos, 2001, P. 29), efetivamente limita ou impede “o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador á custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado.”

Todas as escolas deveriam fazer os professores e os alunos participarem do currículo anti-racista que, de algum modo, está ligado a projetos da sociedade em geral. Esta abordagem redefine não somente a autoridade do professor e a responsabilidade dos alunos, mas situa a escola como uma força importante na luta por justiça social, econômica e cultural. Uma pedagogia de resistência pós-moderna e critica pode desafiar as

Fronteiras opressivas do racismo, mas também aquelas barreiras que Corroem e subvertem a construção de uma sociedade democrática (Giroux, 1999, p. 166).

Um dos lugares essenciais para a construção da identidade desde a infância é o espaço escolar ao que se ve historicamente é um dos lugares privilegiados para desenvolver o preconceito e a discriminação, já que a escola reflete as relações sociais. Conforme (Souza, 1983, P.75) o livro didático e o currículo escolar são fontes potenciais para alimentar o preconceito racial.

Segundo (Valente, 1995, p. 76) constata-se um despreparo do professor em lidar com situações diárias que envolvam os conflitos étnicos, o que a torna favorecedora da transmissão do preconceito.

Este comportamento segregador está presente em todos os segmentos sociais, não apenas na escola e nos livros, mas na própria casa do sujeito que inconscientemente a família reproduz uma cultura legitimada pela classe dominante.

Apesar desta problemática, atingir a formação da personalidade dos sujeitos em questão o autor (Ferreira, 1990, p 42), verificou que o número de trabalhos na literatura científica da psicologia sobre a temática é insignificante. Isto é algo preocupante, considerando que o psicólogo tem a função de opinar e legitimar sobre diferentes problemáticas.

Considerando o papel da escola em manter as relações, opressor x oprimido e dominante x dominado, ela presta serviço a difundir a ideologia dominante, (Gadotti, 1998, P. 16).

Esta realidade pode ser constatada nos índices educacionais obtidos por negros e mestiços, comparavelmente inferior aos das crianças brancas. (Barcelos, 1993, p. 73 Hasenbalg e Silva, 1990, P. 27).

O autor Santos (200, P. 43), aponta que as possibilidades de sucesso dos alunos negros que estudam em escolas públicas são menores que as dos brancos, revela ainda que em todas as séries do ensino fundamental, o aluno negro apresenta maiores índices de evasão e repetência e ainda apresentam atraso escolar e que essas frequentes interrupções temporárias ou definitivas geralmente ocorrem em função de os alunos negros entrarem no mercado de trabalho precocemente, situação confirmada pelo IBGE (2000) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Berger e Luckmann (2002, P. 35) citam um processo de socialização primária, onde a criança negra e a branca já recebem valores pessoais diferenciados dos quais o ambiente contribui para que a criança branca incorpore verdades associadas a altas habilidades, já as crianças negras ou mestiças se identificam com o desprestígio e a ocupação de cargos inferiores na sociedade.

As manutenções dessas relações, muitas vezes praticadas de forma inconsciente, sugerem ao indivíduo negro o seu lugar na sociedade, é o que nos diz Souza (1983, P. 62), ressaltada as dificuldades de ascensão social do sujeito negro. No caso deste transpor tais barreiras acaba por se identificando com os interesses, valores e modelos de organização da personalidade do branco, como forma de manutenção do status adquirido. Decorrendo uma reavaliação do negro como grupo social se tornando um mecanismo do qual o sujeito é visto como exceção deixa de ser negro para transformar-se em uma figura importante e lhe é concedido o merecido prestígio, desde que demonstre ser uma exceção á sua etnia, ficando comprometido com o modo de ser, de agir equivalente ao do branco.

O complexo de inferioridade adotado pelos colonizadores que destruíram língua e cultura permite que o colonizado passe a adotar como seu os valores e

parâmetros do branco, pois é considerado e se considera inferior e despossuído de cultura e civilização, passa a se afastar dos seus valores, potencializando o poder nas mãos dos brancos passando a introjetar a inferioridade a partir da auto –depreciação facilitando sua aceitação e condição de escravo.

O psicanalista Fanon (1983, p. 28) relata:

Escreveu em *Pele negra, máscaras brancas* o resultado de um estudo com europeus, enfatizando como se constrói o preconceito racial do branco pelo negro, ele relata a incorporação da linguagem pelo negro em suas interações sociais, para ele o racismo só existe porque as pessoas aceitam com naturalidade a condição de inferiorizado, caso contrário o racismo deixaria de existir.

Vigotski (1994, p. 93) relaciona linguagem, pensamento, aprendizagem a partir da referencia social do homem é justamente a relação com o próximo e a interação de práticas comuns que os sujeitos se constituem se desenvolvem isso é resultado da experiência social da linguagem com indivíduos reais da interação com o grupo, a rejeição a exclusão possui linguagem própria e tem conexão com a aprendizagem do aluno e conseqüentemente com sua personalidade.

Isso posto pode-se afirmar que o ambiente tem importância significativa na formação do individuo, são a partir do ambiente estimulador que se constrói conceitos, culturas, valores, atitudes cívicas, humanas com sigo mesmo e com o próximo sendo capaz não só de formar o caráter e personalidade da criança, mas, de promoção da inteligência e conseqüentemente no adulto ético, humano e respeitoso que se quer e deseja que toda escola seja capaz de formar.

As idéias de Piaget sobre o desenvolvimento humano estão ligadas aos fatores de hereditariedade no que diz respeito às questões físicas e aos conhecimentos

adquiridos, por meio do relacionamento e comunicação social, ou seja, o processo educativo depende exclusivamente das relações sociais, o ser humano depende para formação de seu raciocínio aprender por meio da educação, daí a importância e direito a educação que toda pessoa deve ter, ao aprender a raciocinar a criança não só deve aprender os conhecimentos que estão ligados ao aprendizado da leitura, escrita, matemática, mas também e acima de tudo as concepções morais, bem como suas implicações em manter um convívio ético, e com respeito as diferenças em uma sociedade justa que vivencie desde sua infância as relações de respeito e valorização das diferenças como fator indispensável a uma sociedade justa e desenvolvida.

Isso possibilita a criança condições de criar, a educação deve ser um processo lúdico, inteligente e criador a aprendizagem requer uma atividade com formação intelectual mesmo com os erros, ensaios ou imitação a aprendizagem exige sempre a compreensão daquilo que se aprende, as habilidades, conhecimentos, atitudes são aprendidos quando são obtidos por meio da consciência e intelecção ou seja todo o conhecimento depende da relação com o exterior, da relação com o outro, da educação inserida em um contexto social, é importante refletir que indivíduo esta escola pretende formar para o futuro, pessoas capazes de produzir e repetir ou pessoas capazes de criar.

Piaget (1988, P. 57) considera:

Conhecimento a partir de três aspectos, primeiro; conhecimento físico, ou seja, conhecimento dos atributos dos objetos, segundo; conhecimento lógico matemático que se trata da construção mental de relações e o terceiro; conhecimento social que leva em consideração o conhecimento adquirido através das interações. Ele ainda complementa que o desenvolvimento cognitivo consiste em adaptações ás novas observações e experiências que a criança passa por meio de duas formas, assimilação

e acomodação, à medida que aumenta a maturação da criança, elas organizam padrões físicos, mentais de forma mais complexas, de maneira a adaptar suas estruturas mentais ou comportamentais para depois adaptar as exigências do meio.

O aluno está inserido no processo de relações interpessoais com o outro, nessa relação com o outro é que se dá a construção de sua personalidade definindo consideravelmente sua personalidade e sua condição de sujeito ativo de sua própria história, implicando não só na personalidade, mas na sua auto-estima em sua valorização pessoal, sendo assim podemos afirmar que a escola está a serviço da construção desta sociedade, então a criança aprende os valores que são ensinados na família e em grande parte na escola, sendo esta reprodutora ou não de uma sociedade preconceituosa e discriminadora.

Conforme Oliveira (1994, p. 47).

Os aspectos relevantes para a investigação do modo pelo qual a criança se vê e se avalia na escola, tendo como pressuposto o destaque das práticas sociais, da inter-relação com o outro na constituição da consciência, considerando o papel ativo do sujeito na elaboração das funções psíquicas e considerando, ainda, o caráter dinâmico da consciência, percebemos o plano das interações estabelecidas na sala de aula como o lugar em que poderíamos apreender aspectos significativos para a compreensão do processo de elaboração social e histórica da identidade do aluno.

A inferioridade do negro afirmada de diversas formas ao longo da história do Brasil e a afirmação e crença na supremacia do branco em relação ao negro reafirmada a todo tempo por meio do poder econômico, político, social, cultural e

religioso, solidificado por meio de instituições contribuiu na verdade para justificar a escravidão dos negros e humanizar as ações dos brancos como benfeitores isso na verdade, só contribuiu para o imaginário desumanizado do negro, o que veio facilitar a desconstrução de sua história de seu passado e por fim de sua verdadeira identidade, permanecendo ao longo de séculos presente no pensamento, ações e inconsciente da humanidade de forma concreta ou velada.

Os efeitos e impactos provocados na formação da personalidade do indivíduo em relação aos seus sentimentos são destruidores, a inferioridade, as imagens pejorativas, o desrespeito, a humilhação, a destruição da auto-estima, o sofrimento, e violência causados pelo racismo, preconceito e discriminação são responsáveis pelas inúmeras doenças psicossomáticas e psíquica da população negra, daí a importância de se investigar, pesquisar e contribuir para o entendimento sobre os efeitos psicossociais do racismo, voltada para educadores, psicólogos, trabalhadores da área da saúde em geral e militantes do movimento negro.

Tornar público desvelar o mito da democracia racial para compreender e ajudar a pessoa negra, pois ela conhece a discriminação desde seus primeiros anos de vida, e precisa ser ajudada a lidar com isso, superar desafios nos diversos ambientes que perpassa a vida do ser humano na escola, na família, na igreja, no trabalho na vida social e buscar seus direitos, pois vivemos em um Brasil que se diz e afirma a todo tempo não ser racista mas que efetivamente na prática se percebe justamente o contrário.

O compromisso da escola sem dúvida alguma é contribuir para um convívio social com igualdade racial, isto porque a escola pública é o maior espaço onde podemos encontrar diversas etnias ou todas elas em um mesmo ambiente com diversas

situações que permeiam sua história de vida, fatores culturais, econômicos, sociais, políticos e religiosos isso é sem dúvida campo suficiente para possibilitar um espaço que clama por respostas que realmente venham significar um eco positivo em suas vidas, porém infelizmente a escola ao longo de sua existência tem demonstrado que é um espaço que mais discrimina e exclui do que qualquer outro.

1.6.2 Os efeitos psicológicos do racismo em crianças e adolescentes

“Mamãe eu gostaria de ser desmanchado! Por que meu filho: Pra eu nascer de novo como branco” (E. C.) fala de uma criança á sua mãe aos 07 anos de idade.

“Vó, eu não queria nascer dessa cor” (J. C.), fala de uma criança aos 08 anos á sua avó curadora.

São acontecimentos que podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels. Acontecimentos como esses contribuem para um sentimento de recusa às características raciais do grupo negro e fortalece o desejo de pertencer ao grupo branco, como exemplo mostra.

“É eu disse para ela [á professora] que eu não queria ser Preta, eu queria ser como a Angélica. Ela é bonita” (Cavalleira, 2001, p. 145).

No intuito de se discutir sobre essa temática, há que se observar a alteração da ECA- Estatuto da Criança e Adoslescente (Lei Federal n.8.069/1990), considerando a Lei n. 13.046/2014, que reconhece a discriminação racial na infância, como sinônimo de maus-tratos e determina sua comunicação compulsória pelas entidades que atuam no atendimento às crianças e adolescentes.

Sendo que esses maus-tratos podem ocorrer de diferentes versões, sejam maus-tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais e negligência.

A Lei determina a capacitação de todos agentes envolvidos no atendimento às crianças e adolescentes, para que atentem sobre a inclusão da possibilidade de discriminação racial nas notícias de maus-tratos na infância. E determina aos conselhos tutelares a obrigação de divulgar e treinar os profissionais envolvidos no atendimento, com o intuito de reconhecer os sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, considerando que esse tipo de violência na grande maioria é invisível e velada, sendo esta uma espécie de violência que pode passar despercebida, pela falta de evidências imediatas ou visíveis.

A definição de atendimento universal, de que “Todas as crianças são iguais” impede a efetividade do princípio da proteção integral que fundamenta o ECA, reproduzindo as desigualdades.

Deslandes (1994) define o abuso ou maus-tratos, pela “existência de um sujeito em condições superiores (idade, força, posição social, ou econômica, inteligência, autoridade), que comete um dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir de indução, ou sedução enganosa”.

Entender o racismo como violação de direitos da criança e do adolescente, indivíduos em desenvolvimento psico-afetivo-social, nos permite considerar que o racismo é um componente importante para causar dano psíquico, com repercussões durante toda a vida adulta das vítimas.

É praticamente impossível encontrar limites entre os atos de discriminação e caracterização de incompetência. Nos processos de seleção escolar ainda parece difícil acreditar-se, a priori, que uma criança

negra seja capaz de grandes voos cognitivos. As crianças claras são mais estimuladas a isso, é o que acontece até mesmo na periferia (Souza, 2001, p. 61).

A perspectiva racista e segregativa faz com que crianças e adolescentes se auto-referenciem, como portadores de estereótipos negativos e determinando características positivas às crianças brancas.

Como podemos refletir sobre a fala real de duas crianças negras, na introdução deste capítulo que pedem às suas mães, para que elas nasçam novamente, mas como brancas, apontando a não aceitação de sua própria imagem e diminuindo sua condição e potencialidade frente ao meio em que elas vivem. Sendo que a consolidação normal e positiva da identidade dos sujeitos requer basicamente à aceitação de si próprio e de sua imagem exterior, para consolidar a internalização de suas qualidades e determinar que lugar, poderá ocupar no meio social que interage.

Podemos dizer também que o racismo na infância intensifica outras formas de violação de direitos, como a exploração sexual, asituação de rua, o trabalho infantil e a evasão escolar. Tais consequências nortearam o modo de “ser” deste sujeito em construção e seu modo de se auto valorizar e sua capacidade de auto-percepção nas inter-relações com os demais sujeitos.

A Lei 13.046 /2014 que altera o estatuto da criança e do adolescente, objetiva apontar o racismo como sinônimo de maus-tratos pelas entidades de defesa da criança e adolescente e tratar perante a Lei o seu combate, bem como sua prevenção.

A estrutura social brasileira foi construída a partir de uma ideologia de superioridade de um grupo contra outro, sendo o negro posto no lugar de inferioridade, em todos os aspectos de sua personalidade seja na área cognitiva, afetiva e social, o que consequentemente resultou um prejuízo em sua identidade, e na sua auto-estima.

Este olhar renegado e inferiorizado, provavelmente provocará no comportamento da criança negra, sua auto-rejeição, sua insatisfação com sua imagem corporal e o estabelecimento de pertencer a um grupo menosprezado em nossa sociedade, estabelecendo no imaginário da criança negra, a não aceitação de si-mesma e de sua ocupação no espaço sócio-cultural.

Os efeitos psicológicos podem também se manifestar com um comportamento auto-crítico em que o sujeito necessita a todo momento de uma auto-reafirmção de sua identidade, em todas as relações estabelecidas por este sujeito, mantendo-o como um prisioneiro de si próprio, necessitando ser o melhor, na escola, no trabalho, e nas relações, escondendo esta sensação de auto-rebaixamento de sua identidade.

Tudo isso provoca uma sensação de insegurança em sua identidade, gerando sua auto-segregação e a sensação de impossibilidade diante dos outros, ou, das outras raças, ocupando sempre um lugar de pouca relevância, social, com raros casos de efetiva superposição em profissões que exijam mais talento e perícia.

Num nível de sofrimento psíquico, esta condição de “ser sub-humano”, poderá promover quadros de ansiedade, devido a insegurança que tem de si próprio, pode gerar quadros depressivos em virtude das repetidas experiências de rejeição expostas pela sociedade, visto que o olhar sobre o negro prevalece durante toda sua história e na atualidade um papel de desvalido ou sub-desenvolvido.

Esses sintomas ou quadros são detectados através do próprio discurso que a criança tem de si mesma e de como ela interage com o meio.

Ser submetido a esse lugar já é um crime previsto na legislação, contudo as agressões podem se manifestar de forma tão sutil para mascarar a discriminação com a vítima do racismo, que tais situações muitas vezes são reações em que somente o negro sente e percebe, ficando difícil de provar a materialidade do fato numa situação de

crime. Essa violação de direito pode passar como um fenômeno subjetivo individual vivenciado em uma coletividade, onde quem é a vítima o negro humilhado, sofre desde a infância e no decorrer da vida, marcando de forma cristalizada os aspectos de sua personalidade e determina sua inclusão ou exclusão do contexto social, essa condição, provoca sofrimento psíquico e dor.

1.6.3 Desconstruindo a identidade de um povo

Haja vista que a escola é o primeiro espaço social da criança em processo de adaptação, observação e maturação cognitiva e psíquica para posteriormente quando adulto se perceber que evidenciou efetivamente o racismo institucional na escola.

Percebidos nos currículos com modelo europeu, com favorecimentos das elites, com visões distorcidas da história do Brasil e dos Africanos, com idéias de democracia racial, branqueamento, invisibilidade do negro no livro didático, preconceito e racismo visível ou velado, em seus conteúdos ou imagens.

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações Raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações Interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o Preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições Educacionais contribui para que as diferenças de fenótipos entre negros e Brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-

nos de sermos seres realmente livres, para ser o que for e ser tudo, livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males. Portanto, como professores ou cidadãos comuns, não podemos mais nos silenciar diante do crime de racismo no cotidiano escolar, em especial se desejamos realmente ser considerados educadores e serem sujeitos de nossa própria história (Brasil, 2005, p. 11-12).

Isso na verdade contribui para a discriminação, prejudica o maior universo de alunos já que a maioria é negra, e os que não o são reforçam valores de superioridade branca, a escola não cumpre com seu papel, reforça valores racistas e causa impacto emocional e psicológico irreversíveis na vida de muitos alunos negros que poderão vir somatizar futuras doenças e por fim aumentar os problemas que a sociedade por sua vez terá que resolver.

Os danos causados pela desigualdade racial deixam marcas psíquicas que afetam o seu comportamento social muito mais graves do que pensamos e percebemos e em muitos casos essas marcas passam pela vida toda do indivíduo negro de forma consciente ou inconsciente já que o racismo no Brasil é em muitos casos velado, sutil, mas factual, portanto se necessita urgentemente da formação e capacitação de educadores que fomentem a educação das relações raciais bem como da consciência negra paralelamente as ações práticas das instituições de ensino no que tange a LDB e projeto político pedagógico da escola juntamente com as ações e políticas públicas e ações afirmativas do estado, desenvolver um trabalho paralelo com a família pois esta é responsável pela construção e formação do caráter e da personalidade da criança, a família precisa estar inserida no contexto de conscientização para que trabalhe juntamente com a escola para a auto-estima. A valorização e capacitação profissional do indivíduo, a forma como os pais vêem os filhos é exatamente como eles irão se ver e

perceber como indivíduo na sociedade em todas as etapas da vida, essa junção: educadores, escola, estado e família podem a longo prazo possibilitar aos educandos uma construção da sua verdadeira identidade, da auto estima, da consciência negra, da dignidade humana, de instrumentos e estratégias para enfrentar em um primeiro momento: sua própria consciência libertando-se da vergonha, baixa auto- estimado, do medo, da inferioridade e da submissão.

Segundo: lutar e exigir que seus direitos sejam respeitados e garantidos, terceiro: cobrar perante órgãos legais punição aos atos de violência contra negros perante órgãos competentes, ou seja, fazer valer a lei. Finalmente da condição de se orgulhar em se declarar negro ser capaz de gostar de si mesmo se valorizando e reconhecendo suas qualidades, o problema causado pelo racismo é sim problema de todos: família, professores, escola, estado sem necessariamente estabelecer níveis de responsabilidade ou mesmo buscar apontar um culpado, ou seja, a violência do racismo é problema de negros e brancos.

A questão social influencia no inconsciente do indivíduo, de tal forma que não se pode, separar os efeitos psicossociais do racismo da conduta do indivíduo que é ajustada e refletida na forma e expressão de tudo que fazemos e pensamos impactando na vida do indivíduo e de todos que o cercam, sua personalidade auto-estima é um fator decisivo para que o negro se veja capaz ou incapaz de conquistar por seus próprios méritos situações, funções, cargos, status tão comuns a brancos e raros a negros ou vistos como casos especiais como se tais méritos fossem atributos inatos apenas dos brancos e dadas aos negros.

A auto-estima é construída ao longo das relações sociais e afetivas se essa relação é positiva o indivíduo terá auto-confiança de si mesmo se o contrário a discriminação racial refletirá no próprio indivíduo uma condição inferiorizada de si

mesmo levando-o a se auto-discriminar a ponto de pensar que não é suficientemente capaz de conquistar profissionalmente um cargo de destaque, liderança ou competitivo e quanto ao seu intelecto passou a vida toda ouvindo que é burro que não é capaz de pensar sentimentalmente foi tão sufocado que não se aceita causando em si mesmo menosprezo e melancolia, o termo que é conceituado para negro no dicionário diz “Negro: preto. Escuro. Sombrio. Denegrido. Fúnebre. Que traz escuridão. Tenebroso. Escravo. Homem que trabalha muito. Trevas”.

Ou seja, ninguém quer ter esse estigma em sua condição natural de vida contribuindo para que sua baixa auto-estima o torne sempre incapaz de merecer se envolver emocionalmente já que não se vê inserido em nenhum grupo se isolando vivendo segregado e submersos no preconceito, causando dor, sofrimento doenças emocionais e psiquiátricas.

É de fundamental urgência que as escolas, universidades, instituições de saúde mental percebam a importância desse estudo e resolva efetivamente tratar do assunto com seriedade, relevância e veracidade com o qual ele deve ser tratado, sem mascarás, sem teorias de democracia racial, sem falsidades e teorias de igualdade, pois somente o fato de tratar desse assunto desta forma já revela o racismo velado existente no Brasil.

Precisamos lidar com os fatos encarando o problema real do racismo como ele de fato existe e impacta a vida de milhões de pessoas que sofrem umas conscientemente e outras sem nem saber por que sofrem se tornando vítimas de uma sociedade cruel e injusta que ignora os fatos e depois punem os principais atores e sujeitos em questão os negros por quê? pelo simples fato de ser negro.

2. MARCO METODOLÓGICO

Os caminhos de uma pesquisa são relevantes para o pesquisador no sentido de permitir a ele “um norte”, a cerca do universo investigado, seja este universo teórico, metodológico e o grande cenário da investigação, as vozes da pesquisa que de fato garantem “vida” ao processo de investigação.

É a forma de apreender a realidade e ler esta realidade a partir de um dialogo metodológico e científico.

E em se tratar de pesquisa na área da educação adentramos em uma realidade que também é subjetiva, pois ao se pensar em educação nos remetemos às pessoas, alunos, pais, professores, ou seja, um todo de elementos que se relacionam a partir de um objetivo comum, o ensino aprendizagem. E por isso os problemas advindos da área educacional são diversificados. Ainda neste contexto pode-se afirmar que

A pesquisa é uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos. Ela parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca resposta ou solução (Cervo, 2007, p. 57).

O estudo realizado concentra-se em perceber as reações dos alunos frente aos Conteúdos e imagens da História Afro-Brasileira e Africana, bem como analisar o livro didático do ensino fundamental quanto as imagens iconográficas dos negros e saber se os conteúdos e as imagem do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua auto estima e identidade.

2.1 Formulação do problema e perguntas da Investigação

Surgiram as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Será que os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade?
2. Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático podem influenciar a auto-estima e identidade dos alunos em seu processo de formação?
3. Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático do ensino fundamental influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa?

O problema do estudo será: a imagem e os conteúdos relacionados à história do negro no livro didático como um fator determinante influencia sua auto-estima e identidade?

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

Analisar a imagem e os conteúdos relacionados a história do negro no livro didático como um fator determinante que influencia sua auto-estima e identidade.

2.2.2 Objetivos Específicos

1. Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

2. Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.
3. Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático.

2.3 Tipo e Desenho do Estudo

Delineou-se um estudo de desenho não experimental, descritivo- transversal com análise documental e enfoque qualitativo, realizado no primeiro semestre de 2018.

O estudo de desenho não experimental, pode ser considerado a partir de dados já previamente levantados e descritos tal como se dão em seu contexto natural para depois analisar, conforme fundamentação teórica sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Estes dados foram contrapostos as informações coletadas através da análise documental da LDB 9394/96, Lei 10639/2003, Lei 11.645/2008, Constituição Federal de 1989, BNCC- Base Nacional Comum Curricular, e análise do material didático utilizado pela escola, na observação do ambiente escolar e dos seus atores e o questionário dirigido aos alunos, desta forma a pesquisa não experimental tem como função observar as ferramentas como elas são em sua realidade.

O tipo descritivo conforme a afirmação de Cervo (2007, pp. 61-62), que diz que o estudo descritivo observa, registra, analisa, correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência como que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Ainda diante este dialogo Trivinhos (2012, p.110) corrobora afirmando que os estudos descritivos pretendem descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade e que estes não ficam somente na coleta, ordenação e classificação dos dados.

Ao se afirmar também como estudo descritivo este tem a preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, portanto explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente (Gil, 2014, p. 28).

A pesquisa também foi transversal, pois a coleta de dados ocorrerá apenas em um dado momento. Ao se falar em estudo transversal Hernandez Sampieri et al. (2006, p. 242) diz que “Os estudos transversais fazem observações em um único momento do tempo”.

A Análise documental se deu através da análise documental da LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 10639/03, Lei 11.645/08, Constituição Federal, BNCC- Base Nacional Comum Curricular, e análise do material didático utilizado pela escola, e o questionário dirigido aos alunos, assim como a observação dos mesmos, desta forma a pesquisa tem como função analisar os documentos, e verificar os impactos dos mesmos, bem como sua aplicabilidade na construção e formação acadêmica dos alunos.

A partir desta investigação se poderá identificar se os conteúdos e as imagens do negro no livro didático são um dos fatores determinantes para que os alunos negros tenham uma reação negativa da sua auto estima e identidade e se o mesmo favorece a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nas disciplinas do ensino fundamental.

É importante analisar os conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana dos livros didáticos do ensino fundamental pois estes são fatores responsáveis para uma educação das relações étnico-raciais que tanto a sociedade

precisa situação esta vital para a construção de uma sociedade democrática de direito e de fato.

O enfoque adotado foi o qualitativo. Ressalta-se neste momento que o enfoque de uma pesquisa esta na forma como o pesquisador interage com os dados coletados. É mergulhar nas entrelinhas das vozes que ecoam na pesquisa.

Em relação à pesquisa qualitativa, para Minayo (2011, p. 29) a este enfoque trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, do processo dos fenomenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda neste contexto o enfoque qualitativo de investigação não se preocupa com dados numéricos, todavia não descarta a oportunidade de descrevê-los, analisá-los e, portanto assim emitir uma descrição de tal contexto de forma a compreender um grupo social (Goldenberg, 1997, p. 34).

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com situações de uma realidade que não pode ser calculada e nem quantificada, são as entrelinhas, a subjetividade presente nas relações sociais do homem e do objeto de estudo.

O enfoque qualitativo tem como objetivo descobrir perguntas da investigação no processo de interpretação entre indivíduos para compreender um problema de caráter humano ou social, perceber as reações dos alunos frente aos Conteúdos e imagens da História Afro-Brasileira e Africana, bem como analisar o livro didático do ensino fundamental quanto as imagens iconográficas dos negros e saber se e a os conteúdos e as imagem do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua auto estima e identidade.

O enfoque qualitativo possibilitou o alcance das respostas aos objetivos de tipo descritivo, da análise documental da Lei nº 10639/2003, Lei 11.645/2008 da LDB 9396/1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Constituição Federal do Brasil 1989, do instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental elaborado para análise documental relacionada a inclusão da história e cultura afro Brasileira e africana do Ensino fundamental nos livros didáticos quanto aos conteúdos e imagens iconográficas, a observação do comportamento, bem como o questionário estruturado com perguntas fechadas e categorizadas , aplicada aos alunos da escola objeto de estudo. A pesquisa científica deve realmente refletir o mais possível a realidade da população que a investigação objetiva realizar, assim participaram todos os alunos do ensino fundamental matriculados na escola.

2.4 Fontes de informação

2.4.1 Leis

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é específica quando afirma que a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da educação básica partiu de uma decisão política, a relevância de estudo não se limita a negros mas, a todos os brasileiros, ampliar o currículo escolar para a

diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira vai além de inclusão de novos conteúdos, se trata de repensar as relações étnico-raciais no campo pedagógico, oferecer uma educação que cumpra com a determinação legal que o Art. 26-A acrescido a lei 9.394/1996 estabelece, ou seja, é de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, coordenação pedagógica e dos professores o planejamento de conteúdos, projetos, ações, material bibliográfico e didático no currículo escolar da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10639/2003 MEC (Ministério da Educação e Cultura), e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma, a Lei 10639/2003, estabelece a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história da África e da cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar das escolas públicas e particulares de educação básica, a lei visa cumprir o que já estabelece a Constituição Federal de 1988 em diversos artigos 1ºIII, 3ºIV, 4ºII, 5ºXLI, XLII, 206, 210, 215, 216 e 242, o que vem estabelecer esses artigos, que a república federativa do Brasil é um estado democrático de direito e tem como fundamentos garantir, a dignidade da pessoa humana, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, repúdio ao terrorismo e ao racismo, prevalecendo os direitos humanos, pois, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, a Lei Nº 11.645 de 10 de Março de 2008, a qual altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez foi modificada pela Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nos

estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados tornando obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

os, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do ensino fundamental. Cumpre destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de História deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

2.4.2 Livros

O livro didático procura inculcar em seus leitores de forma explícita ou indireta a representação do negro em situação de inferioridade, sempre tratados com desprezo em relação ao branco que em sua totalidade é vista como a raça mais bela e inteligente, seja em seu conteúdo ou nas imagens iconográficas, os personagens negros são citados sempre a um passado, sem atuação, como escravos, preto-velho, humildes, fragilizados, bestializados como feras, inferiores ao branco, despossuídos de capacidade intelectual, sendo de caráter possuidor de maldade, sujeira, sem humanidade, e associados a animais, a imagem que é vista e percebida claramente ou mesmo que de forma sutil e velada é a construção detalhada seja em histórias, anedotas, contos, provérbios, noticiários de jornais, artigos de revistas, programas de televisão, filmes e anúncios de

radio e TV carregados de ideologia racista. As imagens representam estereótipos atribuídos aos negros, colocando-os numa posição de inferioridade aos brancos, e como um todo os negros são vistos em suas funções como escravos, com uma invisibilidade da população negra como maioria, inferioridade intelectual, atraso tecnológico, falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético, de índole duvidosa, ladrão, drogado, violento, estuprador, bandido, desempregado, mendigo, preguiçoso, burro, animal de carga, apto apenas pra serviços braçal, sua identidade sempre esta ligada ao esporte, ritmo, carnaval e culinária.

2.4.3 Alunos

Os participantes da pesquisa foram todos os alunos pertencentes a Escola Pública Estadual de 1º grau Alcebíades Calháo do ano letivo de 2018 matriculados em regime de ciclo de formação humana, totalizando 503 alunos do 6º ao 9º ano nos períodos matutino e vespertino. A relação dos alunos com os funcionários da escola é bastante relativa, o que fica claro nessa relação é o reflexo do aluno em sua educação familiar base de qualquer formação educacional do ser humano, os conflitos percebidos se dão justamente quando estes são cobrados de suas responsabilidades em jogar papel no chão, corredores, pátio, quadra de esporte ou em sala de aula respondem com agressividade e xingamento de todas as palavras de baixo calão que existem e alguns até com ameaça. A relação dos alunos com os professores da escola é conflituosa os alunos em sua grande maioria seja do 6º (sexto) ano ao 9º (nono) ano possuem perfil de conduta desafiadora a todo momento, em cada turma existe uma liderança voltada para o desequilíbrio das aulas e desequilíbrio dos professores, se dirigem aos professores com ironia, deboche, circulam pela sala durante aula, tumultuam o desenvolvimento e condução da mesma. A relação interpessoal entre os alunos, é constantemente agitada

haja vista a escola ser um dos únicos locais frequentados por eles e se torna atrativo pois é local de encontrar os amigos alguns alunos permanecem isolados sem se identificar com nenhum grupo de afinidade e se isolam por motivos mais variados possível que varia entre convicção religiosa enraizada de princípios e valores até por questões psicossociais que envolvem comportamentos de conduta específica, como é o caso de alunos com deficiências especiais específicas que em função de suas limitações tem essa relação rompida, percebeu-se comportamentos com piadas, ironia e deboche a esses alunos por parte de alunos que são conhecidos na escola pela prática não só da indisciplina quanto da agressividade verbal a esses alunos em especial, percebeu-se um comportamento abusivo por parte dos meninos em relação a meninas, seja em sala de aula, na prática dos esportes na quadra a ponto de impedir que as mesmas participassem de um dos jogos, quanto ao comportamento dos alunos com os colegas negros evidenciou-se um clima extremamente conflituoso onde perpassa a própria violência sofrida pelos alunos negros, praticada pelos alunos brancos mas também a agressão entre os próprios alunos negros que não se aceitam e disputam quem é mais claro do que outro, e nesse cenário completo de aculturação o negro mais claro zomba do negro com características mais dominantes, a ponto de casos de meninos negros de pele clara ridicularizar meninas negras como macacas feias e fedidas, sinalizando para as mesmas que o padrão de beleza desejado pelos mesmos é por meninas brancas.

2.5 Unidade de Análises

Análise	Objetivo Específico	Questionário	Fonte dos dados
Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.	- O livro didático expõe o conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana? - O conteúdo expõe temas relacionados a contribuição histórica, cultural e económica dos povos africanos para o Brasil? - O conteúdo promove a	Lei 10639/2003 Lei 11.645/2008 LDB 9396/1996 Constituição Federal de 1988

		<p>igualdade entre negros e brancos?</p> <p>-O conteúdo do livro didático expõe temas relacionados a discriminação racial?</p>	<p>BNCC- Base Nacional Comun Curricular Livro Didático</p>
<p>Imagens do Negro no Livro Didático</p>	<p>Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.</p>	<p>-Em relação á imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco?</p> <p>-Você considera as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão?</p> <p>- As imagens dos negros no livro didático combatem o racismo e discriminação?</p> <p>-As imagens do livro didático em relação ao negro representam a valorização da beleza e auto-estima do negro?</p>	<p>Lei 10639/2003 Lei 11.645/2008 LDB 9396/1996 Constituição Federal de 1988 BNCC- Base Nacional Comun Curricular Livro Didático</p>
<p>Auto-Estima e Identidade do Negro</p>	<p>Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático</p>	<p>-Você considera o negro fisicamente belo?</p> <p>- Você considera os negros inteligentes e confiáveis?</p> <p>- O racismo e discriminação são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro?</p> <p>-A escola adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos?</p>	<p>Lei 10639/2003 Lei 11.645/2008 LDB 9396/1996 Constituição Federal de 1988 BNCC- Base Nacional Comun Curricular Livro Didático Observação dos Alunos</p>

Fonte: A Própria pesquisa.

2.6 Delimitações Geográficas e Tempo do Estudo

Cuiabá é a capital do Estado de Mato Grosso, região centro-oeste do país, com clima tropical quente subúmido, fundada em 1719, apresentou um elevado crescimento populacional para época em função das jazidas de ouro se estendendo até o século XX, atingiu o auge de seu crescimento populacional nas décadas de 1970 e 1980, Cuiabá uma pequena metrópole no centro da América do Sul, o município é cercado por três

grandes biomas: a Amazonia, o Cerrado, e o Pantanal a cerca de 100 quilômetros da região pantaneira, esta próximo da chapada dos Guimarães, Cuiabá é abastecida pelo rio Cuiabá, afluentes do Rio Paraguai. Com uma população estimada de 590.118 habitantes (Censo IBGE 2017), o município se estende por uma área (em km²): 3.291,816. Densidade Demográfica (habitantes por km²) 157,66. Possuem pontos turísticos e culturais lindíssimos, paisagens naturais do Pantanal, e Chapada dos Guimarães, igrejas históricas tombadas, museus, parques, Obelisco representando o ponto do Centro Geodésico da América do Sul. Principal pólo industrial, comercial e de serviços do estado com um comércio, indústria e agroindústria em constante crescimento.

A pesquisa foi desenvolvida junto á Escola Estadual Alcebíades Calháo que oferece o ensino fundamental nos períodos matutino e vespertino, A infraestrutura da escola consiste em, 12 salas de aulas, Sala de diretoria, Sala de Coordenação, Sala de professores, Laboratório de informática, sala multimídia, Quadra de esportes coberta, Cozinha, Biblioteca, sala multifuncional, Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Sala de secretaria, Banheiro com chuveiro, Despensa, Pátio sem cobertura, sala de arquivo, sala de atividades extra curriculares, seus equipamentos são: Computadores administrativos, Computadores para alunos, TV, Copiadora, Impressora, Aparelho de som, Projetor multimídia (datashow), Câmera fotográfica/filmadora, Equipamentos de banda musical, caixa de som.

2.7 Técnicas Utilizadas para o Trabalho de Campo

Para obter os dados da pesquisa nos apoiamos nas seguintes técnicas: Análise documental dos livros didáticos, nas leis pertinentes a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana, a necessidade da análise documental das normativas

pertinentes ao ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana amparadas pela LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008, Constituição Federal de 1989, BNCC- Base Nacional Comum Curricular, análise documental do material didático utilizado pela escola, são documentos e diretriz sobre as quais o governo a escola e os docentes se orientam, para desenvolver seus planejamentos didáticos diários e principalmente é o norteador para o ensino no Brasil.

Análise documental do material didático do ensino fundamental utilizado pela escola, procurou seguir um instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental.

Observação Inicialmente mostrou-se oportuna a observação no ambiente escolar, na escola estadual Alcebíades Calháo Cuiabá – Mato Grosso, com a técnica de observação de comportamentos, diálogos, sobre o tema “história e cultura Afro-Brasileira e Africana”, propostas pedagógicas, projetos e atividades extraclasse, e o comportamento dos alunos com os diversos sujeitos da escola.

A observação qualitativa buscou a percepção deliberada de uma realidade concreta dos alunos, quanto sua conduta, interação, relações interpessoais e éticas, se deu no pátio durante a entrada, intervalo das aulas, intervalo do recreio e saída, durante (2) dois meses, (1) uma vez por semana por (4) quatro horas, sendo (4) quatro horas no período matutino e (4) quatro horas no período vespertino totalizando (8) horas diárias,

Questionário aplicado aos 503 alunos. Alunos do ensino fundamental do período matutino e vespertino, contendo (12) doze “questões/perguntas” fechadas e estruturadas de acordo com os objetivos específicos. Os questionários bem como as observações se deram simultaneamente junto ao mesmo grupo pesquisado.

Aplicou-se a pesquisa qualitativa, ou seja, o questionário aplicado junto aos alunos do ensino fundamental distribuídos nos períodos matutino e vespertino, buscaram-se respostas quantificáveis para responder as perguntas levantadas em nossa problemática inicial e validada pelos expertos.

Para Hernández Sampieri, (2008, p. 310), “[...] o cuestionário e o instrumento más utilizado para recolectar los datos, consiste em um conjunto de preguntas a respecto de una ou mais aspectos a medir”. As perguntas fechadas e categorizadas contém opções de respostas previamente delimitadas.

2.8 Instrumento da Coleta de Dados

Para que se possa alcançar aos objetivos propostos e assim, portanto responder a questão problema lançada para esta investigação, a técnica de coleta de dados foram:

2.8.1 Questionário

Os questionários bem como as observações se deram junto ao mesmo grupo pesquisado, aplicados a totalidade dos alunos do 6 ao 9 ano do ensino fundamental do período matutino e vespertino, o regime de ensino é estabelecido por ciclo de formação humana, contendo (12) doze “questões/perguntas” fechadas e estruturadas de acordo com os objetivos específicos.

A aplicação dos questionários, aplicados a totalidade dos alunos do 6 ao 9 ano do ensino fundamental dos períodos matutino e vespertino, contendo (12) doze “questões/perguntas” fechadas e categorizadas de acordo com os objetivos específicos, primeiro para identificar se os conteúdos e as imagem do negro no livro didático são um dos fatores determinantes para que os alunos negros tenham uma reação negativa da sua identidade, segundo para saber se os conteúdos e imagens do negro no livro

didático podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação, terceiro para verificar se os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa.

2.8.2 Observação

Para a observação dos alunos foi elaborado um instrumento guia de análise comportamental das reações e atitudes dos alunos durante a entrada das aulas, intervalo das aulas, intervalo do recreio e saída, durante (2) dois meses, (1) uma vez por semana por (4) quatro horas, sendo (4) quatro horas no período matutino e (4) quatro horas no período vespertino, totalizando (8) horas diárias. A observação teve início no dia 01 (primeiro) de maio ao dia 30 (trinta) de junho de 2018, nos períodos matutinos e vespertino, na Escola Pública Estadual de 1º grau Alcebíades Calháo, localizada na Avenida Filinto Muller, Bairro Quilombo, Cuiabá – Mato Grosso.

Verificamos nesse período de observação que a escola conta com 544 alunos matriculados em regime de ciclo de formação humana entre o ensino fundamental do 6 ao 9 ano nos períodos matutino e vespertino, porém alunos frequentes correspondem a um total de 503 alunos.

O referido estudo teve como objetivo observar a atitude, comportamental e ética dos alunos quanto as relações étnico-raciais.

2.8.3 Análise Documental

Elaboração de um instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental do 6 ao 9 ano, este instrumento é um check list elaborado para análise documental do livro didático do ensino fundamental relacionada a análise dos

Conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, em conformidade com o que determina as Leis vigentes no Brasil referentes ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

2.9 Validação do Instrumento

A validação do instrumento, o questionário observa os critérios e parâmetros para a aprovação e esta de acordo com o tema de estudo, com a problematização e relacionados ao referencial teórico utilizado nesta investigação, bem como os objetivos propostos. Sendo qualificado e validado o presente instrumento, por 7 Doutores que analisaram os instrumentos percebendo a concordância destes com os objetivos de pesquisa, bem como analisando a coesão e coerência das questões previamente elaboradas.

A validação é o processo de examinar a precisão de uma determinada predição ou inferência realizada a partir dos escores de um teste. Validar, mais do que a demonstração do valor de um instrumento de medida, é todo um processo de investigação. O processo de validação não se exaure, ao contrário, pressupõe continuidade e deve ser repetido inúmeras vezes para o mesmo instrumento. Valida-se não propriamente o teste, mas a interpretação dos dados decorrentes de um procedimento específico. A cada aplicação de um instrumento, pode corresponder, portanto, uma interpretação dos resultados (Malheiros, 2011, p. 87).

2.10 Dinâmica da pesquisa: Contato com a Instituição

A pesquisa foi conduzida seguindo alguns critérios como contato prévio com o diretor da escola expondo a temática da pesquisa o motivo, justificativa e importância

dos objetivos, bem como a devida identificação enquanto pesquisadora do programa de Doutorado em ciências da educação da UAA. E de tudo mostrando ao informante, a relevância que a pesquisa representa para a comunidade escolar pública da Escola Alcebíades Calháo bem como para toda a comunidade escolar, pais e alunos. Sendo devidamente autorizada pelo diretor, e prontamente os alunos demonstraram desejo de colaborar e nos ajudar para que fosse possível efetivamente a conclusão da mesma, sendo assim procuramos respeitar todos os prazos e datas estabelecidos.

A abordagem levou em consideração o questionário para reconhecer os seguintes problemas onde se busca respostas para saber: Se os conteúdos e as imagens do negro no livro didático são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade. Se os conteúdos e imagens do negro no livro didático podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação. Se os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa. Dos alunos do ensino fundamental da escola pública estadual de Cuiabá- Mato Grosso.

Embora a escola se mostre preocupada com a temática são poucos, os docentes que trabalham com essa temática, ou porque não ocorrem debates acadêmicos, ou mesmo devido a formação acadêmica, qualificação profissional, reuniões com a comunidade escolar para definir os conteúdos e disciplinas a serem trabalhados, ou porque os docentes e gestores buscam seja inconscientemente ou deliberadamente acreditar no mito da democracia racial como forma para justificar o injustificável a não inclusão do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar aumentando ainda mais e reforçando as injustiças, indisciplina e desrespeito no ambiente escolar e conseqüentemente transferindo o problema para a sociedade.

2.11 Limitação do Estudo

A pesquisa se desenvolveu em um contexto escolar conflituoso em diversos aspectos a escola é um ambiente com conflitos reais e inesperados devido ser um ambiente que abarca um universo distinto de pessoas com realidades diferentes, percebe-se o receio ou resistência em convencer os os profissionais da educação da importância em desenvolver uma pesquisa para contribuir para esclarecimento da realidade da escola, pois isso iria refletir os conflitos existentes entre os alunos da escola e isso evidenciaria comportamentos de racismo, preconceito e discriminação sofridos entre os mesmos e a omissão, negligencia da escola em assumir o problema e procurar punir, em ajustar as condutas inadequadas dentro do universo escolar.

2.12 Alcance do Estudo

A pesquisa pode contribuir para o reconhecimento da importância da contribuição das populações africanas e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira independente de ações esporádicas da escola para que esta temática possa ser incluída no seu currículo escolar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como se determina a lei.

Na responsabilidade que diretores e professores tem na inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, em projetos, e ações pontuais, na importância em definir a escolha dos livros didáticos de história, literatura, geografia e arte, e na necessidade em fazer os devidos ajustes, na releitura, na complementação e discussão e análise crítica dos mesmos, pois sua escolha irá implicar na vida dos alunos e no seu trabalho, principalmente no papel significativo dos profissionais de educação em buscar qualificação adequada para que os mesmos tenham competência e formação acadêmica adequada para realizar de forma consciente e comprometida as determinações legais e éticas, pois sua relevância vai além de conteúdos escolares

inculcando e formando comportamentos de respeito e ético para a vida toda dos indivíduos e de toda sociedade.

A importância de que os docentes se interessem pela temática para que outras pesquisas sejam instigadas e que possam contribuir para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos de ensino público e privado.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo serão analisados os resultados da pesquisa sobre a Análise dos Conteúdos e Imagens da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil. A pesquisa desenvolveu-se com os alunos do 6 ao 9 ano do ensino fundamental, em regime de ciclo de formação humana, tendo como sujeitos/objetos de amostra, a totalidade dos alunos matriculados e frequentes que estudam no período matutino e vespertino.

Para analisar os dados seguiremos um processo de análise por instrumento partimos da compreensão de que uma pesquisa científica, numa abordagem qualitativa, é realizada num movimento contínuo de fases interligadas, preservam-se, em cada uma dessas, características e objetivos singulares, a análise dos dados, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno apresentado. Para tanto os instrumentos são: Análise Documental da Lei, Observação do ambiente escolar, Análise dos Conteúdos e imagens do negro no Livro Didático, Análise dos Questionários Aplicados aos Alunos

A metodologia adotada constitui na aplicação de análise documental das leis direcionadas ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, análise dos livros didáticos de história direcionada a temática e questionário com perguntas fechadas e estruturadas, bem como a observação do comportamento dos alunos no ambiente escolar. Esta metodologia possibilitou o acesso as informações sobre os

questionamentos dos conteúdos e as imagens do negro no livro didático, para saber se são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade, se podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação, se influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa, de forma mais ampla e facilitando dessa forma a análise para saber sobre a efetiva prática da inclusão do ensino de História e Cultura da Afro-Brasileira e Africana no âmbito escolar.

3.1. Análise documental da lei

A LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96, estabelece que é de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, coordenação pedagógica e dos professores o planejamento de conteúdos, projetos, ações, material bibliográfico e didático no currículo escolar da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. A Lei é clara e específica quanto aos órgãos responsáveis porém não leva em consideração as ferramentas necessárias tão pouco a capacitação das equipes que atuam nesses setores para que de fato a lei seja cumprida. Quanto a Lei 10.639/2003. Estabelece a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história da África e da cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar das escolas públicas e particulares de educação básica, bem como a Lei 11.645/2008, que determina: que o conteúdo programático, a que se refere este artigo, incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos; a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

Ambas determinam a obrigatoriedade da inclusão da temática, mas é falha quanto a capacitação dos docentes pois não oferta a capacitação dos mesmos e não fiscaliza as instituições para que as mesmas cumpram o que a Lei determina, e assim estejam de acordo com o ordenamento jurídico do nosso país. A Constituição Federal

1988, da república federativa do Brasil é um estado democrático de direito e tem como fundamentos garantir, a dignidade da pessoa humana, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, repúdio ao terrorismo e ao racismo, prevalecendo os direitos humanos, pois, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. O que a constituição do Brasil exige como direitos e garantias fundamentais de todo cidadão esta longe de ser uma realidade em todos os sentidos e aspectos da mesma, no que se refere a uma educação de qualidade e igualdade a todos sem distinção ainda se trata de um ideal a ser conquistado, igualdade de oportunidade o que colocaria a sociedade em condições iguais promovendo uma equidade de fato ainda reflete um sonho distante de um povo que sofre as divisões, preconceitos, racismo e discriminação desde seus antepassados.

A BNCC Base Nacional Comum Curricular Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essa proposta é uma proposta onde estabelece de forma clara e padroniza os pilares da educação em todo território nacional, é uma Lei recente novembro de 2017 e seus encaminhamentos, debates estão sendo realizadas nos estabelecimentos de ensino para que sejam de fato realidade em todo território Brasileiro.

Portanto ao analisar a legislação que norteia o ensino público e privado da educação básica, fundamental, média e superior brasileiro pode-se com clareza perceber que a legislação é coerente em todos os segmentos, bem como todo o ordenamento jurídico em todas as leis aprovadas, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008, BNCC Base Nacional

Comum Curricular /2017 e a Constituição Federal 1988, todas estão em harmonia e concordam e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

3.2 Análise da observação do ambiente escolar

Local da observação se deu na Escola Estadual Alcebíades Calháo, a observação será realizada com os alunos do ensino fundamental do 6 ao 9 ano, do período matutino e vespertino, as situações de vida cotidiana serão observadas durante a entrada dos alunos, Intervalo entre as aulas, Recreio, saída, observando o comportamento dos alunos individualmente e entre eles.

3.2.1 Observação da Rotina da Escola

A rotina escolar se dá de forma padronizada a entrada do matutino acontece das 7:00 as 11:00 da manhã com uma tolerância limite de 15 minutos, a entrada do vespertino é estabelecido as 13:00 as 17:00, com tolerância de 15 minutos, as aulas tem duração de tempo de 55 minutos, e o intervalo de 15 minutos, o acesso à escola acontece, via transporte público de ônibus de linha em sua grande maioria por quase 70 (setenta) a 80 (oitenta) por cento dos alunos, 5 (cinco) por cento de transporte particular van, 15 (quinze), por cento transporte particular com os pais.

O instrumento de registro da observação diário se dá de forma diária, com anotações utilizando código de registro por símbolo para que seja mantido sigilo entre a conduta dos alunos e a análise dos dados do pesquisador, o tempo de observação e deu semanalmente, durante (2) dois meses, (1) uma vez por semana por (4) quatro horas, sendo (4) quatro horas no período matutino e (4) quatro horas no período vespertino

totalizando (8) horas diárias, a observação comportamental é do tipo qualitativa, pois as ações observadas do público participante é composta por professores, alunos e funcionários mediante conversas informais e observações do cotidiano.

A observação da chegada dos alunos na escola acontece de forma tranquila eles permanecem na entrada do pátio da escola onde se agrupam por grupos de meninos e meninas divididas por afinidade ou pertencimento dos colegas de turma, muitos permanecem na mesa de pingue pongue, outros nos grupos de conversas, vários alunos permanecem isolados dos grupos, outros grupos permanecem fora do portão da escola, nas esquinas onde permanecem até o toque do sinal e não entram na escola já que a tolerância limite é de quinze minutos, muitos insistem em não entrar na primeira aula, e deixam só pra entrar na segunda aula. Percebe-se que esse comportamento é frequente, pois, os mesmos afirmam claramente e em tom de ironia que não estão preocupados com as faltas ou mesmo com os conteúdos que deixam de aprender porque nada é feito em relação a esse comportamento tanto pela escola ou pelos pais que mesmo notificados da conduta dos filhos são ausentes e sem voz ativa, demonstrando aos mesmos que estes tem liberdade em praticar atos contrários as leis e regulamentos da escola.

A observação da troca das aulas é um pouco tumultuada, a escola adota sala ambiente favorecendo um ambiente para que o professor possa promover uma sala voltada a sua disciplina e promova um ambiente acolhedor e temático auxiliando assim sua disciplina, ou seja, o aluno no término de cada disciplina precisa se deslocar para outra sala, muitos se valem dessa condição para se esconder nos banheiros, corredores, quadra de esporte, pingue pongue e biblioteca e quando perguntados simplesmente respondem que não gostam da disciplina, outros não gostam do professor, outros não gostam de estudar. Existem aqueles que querem apenas estar na escola pois esta é um

ponto de encontro entre grupos e pra muitos o único momento de integração ao qual pertencem, outros estão forçados pelos pais, existem aqueles que já foram expulsos de várias escolas e estão ali por uma questão de manter vínculo de matriculado pois isso é um alibi, uma vez que o mesmo já possui um currículo vasto de agressões, passagem pelos conselhos tutelares, casas de abrigo, lar da criança e adolescente, e por fim a casos de alunos que estão na escola com o único fim de venda de drogas ilícitas, como maconha e cocaína, bebidas alcoólicas, levando demais alunos a querer experimentar o consumo dentro e fora da escola.

A observação do recreio acontece em sua grande maioria de forma tranquila, os alunos ficam em fila para se servirem e muitos saem correndo para chegar primeiro na fila e poder se servir, o lanche que é servido aos alunos é dividido pelos dias da semana geralmente 3 dias o lanche servido é composto por comida: arroz, feijão, carne e salada, e dois dias: suco, bolacha, ou iogurte e bolo, também arroz doce. A grande maioria dos alunos fica na expectativa do recreio e o que eles mais apreciam de lanche é comida, os mesmos reclamam quando é dia de cardápio que não é incluso comida pois, percebe-se a fome por parte de muitos que voltam a se servir por até três vezes ou mais, outros afirmam que almoçam na escola independente de estudar no período matutino ou vespertino, os alunos da manhã se alimentam as 8:55 (oito e cinquenta e cinco) da manhã, estes comem e sabe-se que será a única refeição do dia.

Já os alunos da tarde se servem do lanche as 14:55 (quatorze e cinquenta e cinco) da tarde, ou seja uma boa parcela dos alunos vão fazer sua primeira refeição do dia a essa hora, e alguns chegam a passar mal, sentir tonturas, desmaios, dores de cabeça, quando chegam as 13:00 (treze horas) na escola e estão assistindo a primeira aula são retirados pelos professores que providenciam algo para que eles possam

comer, leite, pão, ou mesmo alimentos da refeição de professores e funcionários, outros alunos se alimentam de marmita comprada com recurso de professores porque eles não tem onde almoçar e participam de atividades no período do contra turno, ficando na escola o dia inteiro, os que não voltam pra casa pra almoçar, ficam na escola ou com fome ou professores compram comida e dividem com os mesmos.

A observação da Saída dos alunos da escola é bastante agitada eles estão eufóricos, agitados, com pressa de voltar pra casa, outros de marcar encontro com grupos da escola pra alguma atividade fora da escola, ou atividades em grupo que envolva projetos, onde os mesmos saem da escola para realizar atividades extra classe, e existe grupos que incitam a briga tanto grupo de meninos como de meninas, e todos saem e marcam a briga fora da escola se tornando um cenário lastimável com participação de crianças, adolescentes que valorizam e fazem culto a brigas pela disputa de poder, por provocação, por ameaça, ou disputa por namorado, as brigas envolvem alunos da própria escola como a de outras escolas, em alguns incidentes com arma de fogo, objetos que se tornam arma nas mãos desses menores que é assistida e documentada via celulares, posteriormente circulada nas redes sociais, e são motivo de orgulho e prova de força para os participantes, as brigas também acontecem dentro da escola só que em menos proporção de público e agressividade, a escola comunica com pais ou responsáveis que dificilmente comparecem na escola, para ser notificados, muitos só comparecem quando a situação extrapola e a escola tem que comunicar o conselho tutelar ou mesmo a polícia, ou em casos de transferência do mesmo.

Ao ser questionado sobre os conteúdos e imagens da história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas a grande maioria dos alunos responderam que era um assunto difícil, e que desconheciam o mesmo, uma vez que não há essa disciplina no

currículo escolar da escola e que poucos professores trabalham com tal assunto, podemos constatar ainda que a inclusão do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana não é prioridade tão pouco recebe importância devida por parte dos docentes e gestão escolar.

A escola pesquisada possui 12 (doze) salas de aula, com a modalidade de ensino para o ensino fundamental ciclo de formação humana, sala de recurso para atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, embora não seja planejada nem tenha em suas dependências acessibilidade aos portadores de deficiência, o banheiro e sanitário são acessíveis aos portadores de deficiência, sala para o contra turno, atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem, laboratório de informática com 17 (dezesete) computadores para os alunos porém todos defasados e estragados, possui uma biblioteca com 1 computador, sala de musica com instrumentos de fanfarra, sala de vídeo, sala para coordenadores com impressora e copiadora, sala da diretoria, sala dos professores com 2 (dois) banheiros, sala da secretaria, 2 (dois) banheiros para uso dos alunos, cozinha, a escola não possui refeitório os alunos fazem as refeições no pátio nos poucos bancos ou em pé, 1 quadra de esportes coberta, 1 quadra descoberta, almoxarifado, sala de arquivo, a escola passa por dificuldades financeiras devido o não cumprimento de repasses para a educação prejudicando consideravelmente a aquisição de material pedagógico, materiais para desenvolvimento de projetos, e cada professor para desenvolver seu trabalho acaba por arcar com os custos de compra de materiais para os alunos uma vez que o governo não cumpre com os repasses das verbas e a família não possui condições de adquirir o material básico para manter os filhos na escola, verificou-se ainda inúmeros casos de alunos que chegam na escola sem ter feito pelo menos uma refeição diária, e que a grande maioria dos mesmos depende unicamente da refeição ofertada na merenda escolar.

A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto Sala de Educador, Regimento Interno, mas apesar de dispor de Projetos importantes para o funcionamento da mesma, poucos conhecem na íntegra e sua grande maioria conhece apenas parte ou seja possuem um conhecimento fragmentado das Leis que amparam a educação, e conforme relatos da gestão os educadores não se interessam em participar dos projetos colaborar para a inclusão de temas relevantes e em aplicar o que a Lei determina, tão pouco de sugerir para a inclusão do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana nos projetos a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

Observou-se que a escola é formada de uma clientela que reside nos bairros vizinhos localizados nos entornos da região central, uma boa parcela de alunos depende do transporte coletivo público, a realidade social dos alunos varia muito entre um extremo a outro, de alunos carentes sem condições de adquirir sequer material escolar, uniformes, muitos fazem a principal refeição na escola sendo que alguns chegam a desmaiar de fome, e alunos de classe média, com pais ou responsáveis de condição financeira boa e presentes na vida escolar dos filhos.

Outra preocupação por parte dos docentes e gestão escolar é o desinteresse nos estudos por parte dos alunos do ensino fundamental (ciclo de formação humana), pois como os próprios alunos afirmam “estudar pra que se não reprova” o que definitivamente contribui para as dificuldades por parte dos alunos quando chega ao ensino médio, devido ao fato de que o ensino médio retém os alunos por nota, somando dessa forma uma estatística que é preocupante um índice alarmante de alunos que concluem o ensino fundamental sem saber ler e produzir um texto coerente ou interpretar um texto simples, assim como o envolvimento dos alunos com brigas e o desrespeito dos mesmos pela educação voltada para as relações étnico- raciais, observou-se ainda que existe uma grande indisciplina dos alunos em sala de aula,

faltando com o respeito aos professores e colegas o que dificulta muito o processo de ensino aprendizagem.

Desrespeito com professores, e funcionários são comuns entre os alunos e raramente existe uma punição ou ajuste de conduta no comportamento dos mesmos, os alunos indisciplinados, que brigam e faltam com respeito tumultuando não só as aulas como as dependências da escola não possuem um acompanhamento dos pais ou responsáveis, que raramente comparecem na escola nas reuniões ou quando são convocados, os alunos tem plena convicção que nada acontecerá com os mesmos porque isso passou ser comum e a escola pouco faz para cumprir com o regimento interno.

O papel da escola é proporcionar ao cidadão a oportunidade de buscar melhores condições de vida, quanto a origem étnica percebeu-se que a maioria dos alunos 80% negros, e 20% brancos na escola. Apesar de haver uma diversidade étnica, educadores e gestão não conseguem perceber a importância de se trabalhar com o que determina as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.

Uma vez que se evidenciou através da observação do ambiente escolar um comportamento inaceitável por parte de alunos e educadores quanto ao desprezo e discriminação que alunos negros sofrem na unidade escolar, ou seja, as maiores reclamações dos educadores foram indisciplina, violência, falta de interesse dos alunos pelos estudos, ausência da família na escola, e abandono escolar.

Pode-se dizer com toda certeza que a escola nunca trabalhou com a temática voltada para o que determina as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, nos últimos dois anos a escola vem desenvolvendo um projetos voltado com a temática

da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana os professores envolvidos no projeto são principalmente das áreas de humanas e linguagem, porém é importante salientar a dificuldade em se manter um trabalho coeso e comprometido com o envolvimento dos professores já que em sua grande maioria demonstraram-se desinteressados, despreparados, e muitos se quer cumpriu com as orientações do projeto, verificou-se também que a gestão escolar não se interessou pelo projeto nem pedagogicamente e muito menos financeiramente cabendo mais uma vez a uns poucos professores arcar com todo o gasto do projeto. A escola prefere acreditar ou mesmo mascarar a realidade que cerca os alunos e os conflitos da diversidade racial, ou seja, acreditar no mito da democracia racial o que reforça ainda mais os problemas e distanciam ainda mais o compromisso da escola com a formação étnico, social, preferem acreditar que se trata de uma questão exclusiva e pertinente apenas as disciplinas de história, ou seja, não é um problema de todos tão pouco da escola uma vez que não se assume o problema de intolerância racial, se mascara e evita assumir responsabilidade quanto o papel de cada um nesse processo de construção de uma escola que atenda as normativas legais e promova um ensino que combata o racismo, preconceito e discriminação.

Constata-se que a escola não atua em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais que é direito a aprendizagem, garantido pela Lei 9394/96, tão pouco com as determinações que conferem a Lei 10.639/2003, Lei 11645/2008, a Constituição Federal de 1988, incluindo a BNCC- Base Nacional Comum Curricular, condições estas que reforçam uma sociedade de desigualdades sociais e de exclusão das minorias, reforçando a condição de subserviência aos negros refletindo uma educação descontextualizada da realidade e conseqüentemente, excludente de direitos e condições justas que possibilitem uma educação de excelência e oportunidade para todos.

3.2.2 Observação das Relações dos Alunos com os Funcionários

A relação dos alunos com os funcionários da escola é bastante relativa, o que fica claro nessa relação é o reflexo do aluno em sua educação familiar base de qualquer formação educacional do ser humano, os conflitos percebidos se dão justamente quando estes são cobrados de suas responsabilidades em jogar papel no chão, corredores, pátio, quadra de esporte ou em sala de aula respondem com agressividade e xingamento de todas as palavras de baixo calão que existem e alguns até com ameaça.

Os banheiros mesmo com toda dedicação dos funcionários muitos fazem de capricho ou mesmo de provocação aos funcionários ou em provocação da escola sinalizando um confronto um desafio “você não me pega”, colocam o rolo de papel higiênico inteiro dentro do vaso e após dão a descarga pra entupir os vasos, ou fazem as necessidades no chão e espalham no chão, espelho, paredes, e teto, tudo é posto como algo importante e desafiador dos grupos que lideram a indisciplina na escola, outro momento de muita agitação é no período de troca das aulas pois os mesmos precisam se deslocar para outras salas que correspondem sua disciplina, nesse momento é um jogo desafiador dos funcionários agentes de pátio que precisam impedir que os mesmos se ausentem das aulas passando a ser atingidos, agredidos verbalmente e fisicamente por esses alunos, mesmo sendo encaminhados a coordenação para que reflita sobre sua conduta, eles voltam a praticar comportamentos desafiadores contrários ao regimento interno, sempre são os mesmos alunos que voltam a promover o completo desequilíbrio na escola, tornando cada término de dia escolar um alívio aos funcionários. A relação com os funcionários da cozinha é mais tranquila haja vista que esperam pelo recreio e com ele o alimento, percebe-se então um vínculo afetivo dos alunos com as técnicas em nutrição escolar bom e amistoso, embora muitos se alimentem e repetitivamente deixem

os utensílios da cozinha espalhados pela escola, quadra de esporte, banheiro, sala de aula, pátio, corredores, bancos, causando um prejuízo financeiro elevado para a escola em função de pratos, copos, talheres, serem extraviados, roubados, ou destruídos pelos alunos, o que ocorre na maioria das vezes é conviver com quantidades de materiais inferiores a quantidade de alunos porque na maioria dos casos a escola não tem recurso financeiro destinado para repor com tanta frequência tal prejuízo.

3.2.3 Observação das Relações dos Alunos com os Professores

A relação dos alunos com os professores da escola é conflituosa os alunos em sua grande maioria seja do 6º (sexto) ano ao 9º (nono) ano possuem perfil de conduta desafiadora a todo momento, em cada turma existe uma liderança voltada para o desequilíbrio das aulas e desequilíbrio dos professores, se dirigem aos professores com ironia, deboche, circulam pela sala durante aula, tumultuam o desenvolvimento e condução da mesma, saem sem a permissão do professor, em todas as aulas solicitam que querem ir ao banheiro ou beber água para sair da sala permanecer fora da sala e convocar colegas de outra turma para a mesma prática, se tornam líderes da indisciplina influenciando bons alunos sem histórico algum de indisciplina tornando-se chefes mirins do caos na escola, inviabilizando qualquer aproveitamento das aulas.

Esse fato prejudica os alunos que querem estudar, muitos alunos pedem pra trocar de sala, ou mesmo os pais solicitam transferência dos filhos diante do caos que se estabeleceu dentro e fora da sala de aula. Desrespeitam a autoridade dos professores atribuem apelidos pejorativos sobre as características físicas dos professores, em algumas situações demonstraram racismo ao professor com afirmações de cunho racista contra negros e prática de misoginia por parte de alguns alunos em relação a professoras e negros. O fato é que existe um problema evidente de indisciplina em sala de aula, o

professor é responsável em parte pela conduta e indisciplina em sala de aula, muitos demonstram, insegurança, medo, despreparo, desânimo em sua profissão, muitos estão cansados físico-emocionalmente o que tem apontado para o número de afastamento, licença por incapacidade laborativa, muitos professores se encontram em desvio de função ocasionado pelo exercício da profissão de professor, porém o professor não é o único responsável nesse contexto a escola é representada em um primeiro momento pelos coordenadores e posteriormente pelo gestor que tem função e dever de contribuir para o equilíbrio da escola e conseqüentemente do ensino de qualidade a que o estado tem dever de cumprir, cabe a escola dar suporte aos professores buscando solução para que professores e alunos convivam com respeito e harmonia.

Observando os professores e ouvindo relatos dos mesmos percebeu-se que existe interesse por parte da grande maioria dos educadores em desenvolver projetos voltados a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, porém, embora as Leis existam e estejam voltadas ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana o legislador preocupou-se em elaborar e aprovar a lei, mas esqueceu-se de oferecer os mecanismos para a aplicação da mesma.

Todos sabem que a maioria dos docentes de história, geografia, artes e literatura, jamais tiveram em seu currículo o estudo de história da África, tão pouco a contribuição africana na construção da história do Brasil e, por isso, deveria passar por qualificação e aperfeiçoamento com a finalidade de corresponder ao que determina a Lei. Entretanto, não ocorreu nenhuma previsão para requalificar esses professores. Estes atuam de forma isolada, individualizada, e conforme suas próprias convicções, buscando instrumentos didático pedagógico para suprir suas deficiências tanto a nível de qualificação profissional quanto a dificuldade em buscar apoio da gestão escolar

haja visto que a escola para desenvolver projetos dependem de verba, gastos financeiros o que define o perfil de cada gestor pois nem todos consideram a temática da história e cultura afro-brasileira e africana relevante, sem mencionar no descaso, e no racismo velado percebido nas ações dos mesmos.

Isto posto vale ainda ressaltar que nem todos os professores consideram o tema relevante, o que fica claro é a postura ética ideológica dos mesmos percebida nas releituras de falas e condutas de cunho racista estes não tem intenção alguma de cumprir com as determinações legais que regulamenta a educação, uma vez que não existe força de lei que os obrigue, as intenções de dificultar o desenvolvimento de projetos fica evidente nas ações de não colaborar na condução das aulas, atividades, e execução dos projetos, ou seja, não existe nada que os obrigue a cumprir com as determinações legais. O que nos leva a, uma outra conclusão, o educador não tem compreensão plena dessa realidade, tão pouco percepção, sem admitir tal realidade a de que o mundo externo os interesses capitalistas é que norteiam seu trabalho eles reforçam ainda mais os interesses capitalistas, enfraquecem a discussão pois sua visão equivocada impede o avanço de propor efetivamente um ensino revelador.

É importante repensar o papel do professor ao refletir sua formação e atuação, os professores não receberam formação suficiente e muito menos específica em relação a história e cultura da África e dos Afro-Descendentes, somado a isso a rotatividade atual do magistério por vários motivos um deles valorização profissional e remuneração vem dificultar ainda mais o preparo e qualificação, isso implica que os professores não tem oportunidade e tempo suficiente para aprender suas matérias de modo especial que o faça no exercício de sua profissão ou seja ao ensinar que ele venha com isto aprender e acima de tudo atuar com responsabilidade pois o professor é um forte aliado para

formar cidadãos livres de sentimentos de racismo, porque o não reconhecimento, a ausência de atitude dos efeitos do racismo e discriminação sinaliza a criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação dos educadores, e aquelas que discriminam entendem que podem repetir pois nada é feito ou criticado.

A escola tem a responsabilidade de combater o preconceito racial, pois lida com a diferença racial, mas quando se cala, silencia seu poder transformador e torna a escola local de discriminação, é fundamental compreender o poder e o papel da escola, a escola é um espaço privilegiado, pois promove a igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo porque conta com a presença de diferentes origens étnicas, culturais e religiosas e deve se favorecer dessa convivência para promover discussões, diálogos e questionamentos livres e pertinentes utilizando de sua função, poder e dever.

Pensar em racismo e anti-racismo na educação é antes, de mais nada refletir sobre os próprios valores, crenças e comportamentos refletidos na sociedade, as escolas são instituições sociais que respondem as demandas da sociedade mais acima de tudo a escola reflete e reproduz o que é determinado por esta, portanto existe racismo e discriminação na escola, e isso reflete na atitude e formações de cada individuo mesmo aqueles com formação educacional privilegiada, com boas intenções ou religiosos que negam o preconceito ou afirmam não ser racistas possuem formas latentes, ocultas ou veladas de racismo mesmo não sendo perceptíveis.

3.2.4 Observação das Relações dos Alunos com os Seus Pares

A relação interpessoal entre os alunos é constantemente agitada haja vista a escola ser um dos únicos locais frequentados por eles e se torna atrativo pois é local de encontrar os amigos alguns alunos permanecem isolados sem se identificar com nenhum grupo de afinidade e se isolam por motivos mais variados possível que varia entre

convicção religiosa enraizada de princípios e valores até por questões psicossociais que envolvem comportamentos de conduta específica, como é o caso de alunos com deficiências especiais específicas que em função de suas limitações tem essa relação rompida, percebeu-se comportamentos com piadas, ironia e deboche a esses alunos por parte de alunos que são conhecidos na escola pela prática não só da indisciplina quanto da agressividade verbal a esses alunos em especial.

Percebeu-se um comportamento abusivo por parte dos meninos em relação a meninas, seja em sala de aula, na prática dos esportes na quadra a ponto de impedir que as mesmas participassem de um dos jogos, brincadeiras pejorativas em relação a sexualidade feminina e as questões relacionadas ao ciclo menstrual, crescimento dos seios, a forma do corpo, relações sexuais, obesidade, alguns meninos chegam ao ponto de entrar no banheiro feminino com tentativa de tirar fotos e posteriormente usar de recurso para ridicularizar, caçoando das mesmas, outras quando estão aglomeradas saindo para o recreio os meninos utilizam do abuso físico passando a mão nas partes íntimas das meninas, na maioria dos casos é difícil encontrar os responsáveis porque estão em bando, e mesmo quando identificados nada é feito em termos de ajuste de conduta e em grande parte recai a culpa para as meninas como responsáveis por provocar tão ação dos meninos, tudo praticado de forma clara por muitos meninos e assistido de forma natural por algumas meninas e por outras um espanto e uma agressão profunda a sua intimidade.

Quanto ao comportamento dos alunos com os colegas negros evidenciou-se um clima extremamente conflituoso onde perpassa a própria violência sofrida pelos alunos negros, praticada pelos alunos brancos mas também a agressão entre os próprios alunos negros que não se aceitam e disputam quem é mais claro do que outro, e nesse

cenário completo de aculturação o negro mais claro zomba do negro com características mais dominantes, a ponto de casos de meninos negros de pele clara ridicularizar meninas negras como macacas feias e fedidas, sinalizando para as mesmas que o padrão de beleza desejado pelos mesmos é por meninas brancas, o caso de misoginia está claro embora ainda em seu estado inicial de atuação.

O comportamento dos alunos agressores geralmente apresenta um padrão comum onde se nota um comportamento irritadiço, provocador, irrequieto, buliçoso, dispersivo, ofensor, intolerante, abusivos, sem limites, desafiador, de costumes irritantes e quase sempre são responsáveis por causar tensões no ambiente escolar, pois nem mesmos os pais conseguem lidar com a conduta dos filhos, e transferem a responsabilidade dos mesmos a escola ou ainda culpam a mesma pela conduta dos filhos numa tentativa em não assumir a culpa e responsabilidade pelo comportamento do filho.

A agressividade praticada e sofrida pelos alunos negros mais evidente na escola e com muita frequência praticada pelos mesmos autores da agressão por muitas vezes, vai de zombar com brincadeiras de mal gosto, como de provocar que esses alunos negros tropecem vindo a cair com o lanche que acabou de receber na fila do recreio, em sala de aula ou no pátio, dirigem-se sempre a esses alunos com ironia, deboche e piadas de todos os tipos envolvendo a inteligência e capacidade intelectual dos mesmos, relacionada a beleza física, relacionada a conduta de caráter dos mesmos. Provocando discussões verbais entre os mesmos, brigas dentro da escola, e brigas marcadas fora da escola.

As brincadeiras acontecem de maneira natural entre as crianças, porém quando extrapolam, e afetam o outro de maneira repetitiva e direcionada a um público alvo em

questão seja mulheres, deficientes, índios ou negros, as brincadeiras ganham intenção de ferir e atacar especificamente um determinado grupo, ganhando requinte de crueldade, perversidade e expõe a vítima que além de agredida não tem forças para reagir diante de um contexto desfavorável pelo ambiente hostil em qual pertence e principalmente porque na grande parte do tempo o comportamento do agressor é visto como natural no universo escolar e a vítima é vista como exagerada, se banaliza a agressão sofrida, e a impunidade passa a dar poder aos agressores, isso implica que as vítimas terão que sobreviver todo o período escolar isoladas em seu próprio sofrimento, isso permite que as mesmas levem sequelas para sua vida e personalidade quando adultas, implicando em adultos com baixa auto-estima e conformados com sua condição de vida.

A agressão acontece de formas variadas, e hoje com a tecnologia existe diversas e modernas ferramentas disponíveis e de acesso a crianças na internet e nos telefones celulares, com intuito único de espalhar medo, boatos, difamações, humilhações, causando graves transtornos para a vítima e seus familiares, as ações repetitivas contra a mesma vítima ou com um mesmo grupo de pessoas em um período prolongado de tempo, causa desequilíbrio nas vítimas o que dificulta a defesa da mesma, geralmente não existe motivos que justifiquem os ataques.

Os sentimentos mais comum e evidente percebido nas crianças vítimas independente da estrutura psicológica de cada criança vítima de agressão física ou verbal, passará a sofrer de algum transtorno que envolva, ansiedade, tensão, medo, raiva reprimida, angústia, tristeza, desgosto, sensação de impotência, rejeição, mágoa, desejo de vingança e pensamento suicida, dentre outros.

Muitos alunos são perseguidos, intimidados, ridicularizados, coagidos e acusados, geralmente esses alunos agressores, constrangem, criticam, chamam a atenção

publicamente, menosprezam, mostram preferência a determinados alunos em detrimento de outros, humilham, rebaixam a auto-estima e a capacidade cognitiva, agridem verbal e moralmente, fazem comentários depreciativos, preconceituosos e indecorosos. Essa condição de sentimento gera inúmeros sentimentos negativos, cujos resultados geram sensação de impotência, prejudicando o rendimento escolar e promovendo a desmotivação para os estudos.

A maioria dos alunos vítimas de agressão na escola pertence às turmas entre o 6º ao 9º ano, tem um perfil padrão, são considerados pela turma como diferentes ou “esquisitos”. São tímidos, retraídos, passivos, submissos, ansiosos, temerosos, com dificuldades de defesa, de expressão e de relacionamento, com sotaque diferente, maneira de se vestir, opção sexual, religião, condição financeira, e diferença de raça principalmente entre índios ou negros.

Muitos submetem colegas de séries inferiores aos seus ataques fazendo com que entreguem dinheiro, lanche ou pertences, provocando medo dentro e fora da escola empregam ameaça, intimidação, perseguição, maus tratos físicos e verbais, dentro e fora da escola, geralmente atacam no pátio de recreio, banheiro, corredores, sala de aula, quadra de esportes, biblioteca, sala de informática, sala de vídeo, nas imediações da escola, nos ônibus, e praças.

Nesse contexto permanecem praticando todos os tipos de violência para aterrorizar os mais fracos ou aqueles que julgam inferiores, esses alunos são prepotentes, arrogantes e estão sempre metidos em confusões e desentendimentos. Utilizam várias formas de maus-tratos para tornarem-se populares entre o grupo, os apelidos pejorativos, expressões de menosprezo e outras formas de ataques, inclusive os físicos, quanto mais espectadores melhor para sua popularidade, os alunos que

presenciam as agressões participam da violência dando risadas compartilhando e consentindo com as ações, outros sofrem calados e tem medo de serem os próximos, mas muitos não concordam com as ações mas por sofrer ameaça, ter medo de falar ou identificar os mesmos se calam diante da situação.

As consequências de tais atos para a saúde das vítimas agredidas ou os espectadores variam entre o alto índice de estresse apresentado quando estão próximo ao horário de ir à escola, elas apresentam dores de cabeça, tontura, dor no estômago, diarreia e em decorrência desse estresse pode surgir doenças com gastrite, bulimia, anorexia, herpes, problemas respiratórios, obesidade e comprometimento de órgãos e sistemas, depressão. Geralmente não esboçam reação por temer pela reação dos familiares, em buscar pelos culpados e o medo em permanecer no mesmo ambiente e passar a sofrer mais perseguições ou ainda diante de tamanha baixa auto-estima acaba por concordar com o seus agressores, acreditando ser merecedora dos maus-tratos sofridos.

A violência é um problema social. Nesse sentido, a escola tem papel fundamental na sua redução, por meio de ações e programas preventivos, em parceria com as famílias dos alunos e os diversos atores sociais, para garantir a sua eficiência, é preciso que a escola reconheça a existência do fenômeno e, sobretudo, esteja consciente de seus prejuízos para a personalidade e o desenvolvimento socioeducacional dos estudantes. Providenciar apoio com técnicos especialistas no tema psicólogos, assistentes sociais, conselhos tutelares, delegacias da Criança e do Adolescente, promotorias públicas, varas da Infância e Juventude são fundamentais para o fortalecimento da escola.

Muitas crianças assumem a posição de descomposição racial isso implica em abandonar suas tradições culturais ou étnicas porque se vêem forçadas a adotar uma postura esbranquiçada com o intuito de não só alcançar um objetivo, mas, de ser aceita pelo grupo, devido ao fato de que sua presença, experiência e história não são ouvidas ou mesmo respeitadas pela escola.

O que a escola, educadores, alunos e pais devem desenvolver em conjunto é uma conscientização crítica em torno da cultura esbranquiçada de forma a desestruturar sua natureza, raízes, motivações e ideologias para posteriormente promover uma educação autêntica com bases críticas multiculturais. Para que seja possível estabelecer relacionamentos saudáveis, dignos e respeitosos e acima de tudo propor uma confiança mútua.

É importante salientar que a segregação não acontece só entre negros e brancos ou vice-versa, a discriminação está presente nos diversos grupos e segmentos raciais, ou seja, entre as crianças de cores distintas das brancas são mantidas em salas de aula de baixa qualidade educacional, incluindo professores despreparados, materiais didáticos desatualizados, péssimas condições físicas, etc. É interessante lembrar que um ensino excludente omissivo negligente é o início da exclusão social das crianças e futuros adultos despreparados e excluídos dos direitos e garantias sociais. Valem ressaltar que a escola pública não proporciona possibilidades igualitárias de sucesso, os alunos negros, têm menor possibilidade de sucesso que alunos brancos, os índices de exclusão, repetência e analfabetismo são superiores aos índices de alunos brancos.

A discriminação racial é a manifestação comportamental do preconceito é a prática da atitude racista que exclui membros de um grupo, tratando com inferioridade, é o racismo em operação impedindo o desenvolvimento, direitos e liberdade plena de

peças pertencentes ao grupo discriminado. O comportamento do preconceito racial, discriminação racial conduz a desigualdade racial.

Uma educação que se afirma como democrática e propõe uma igualdade no tratamento esta no mínimo equivocada, e certamente reforçando as injustiças e acentuando as mais diversas formas de discriminações. Porque os sujeitos pertencentes a escola não são iguais e muito menos possuem mesmas condições de aprendizagem, experiência, cultura, padrão socioeconômico, ou seja tratá-los de forma igual significa criar grupos de alunos taxados como lentos, atrasados incapaz, especial ou sem capacidade.

Criando dessa forma grupos de alunos que conseqüentemente se apresentam como dominantes pelo mérito e dominados pela incapacidade, sendo assim a escola se torna palco de uma reprodução injusta e discriminatória banindo negros de direito que se estendem a todos os indivíduos, uma educação de excelência e que seja meio de uma qualidade de vida que na verdade deveria ser garantida a todos.

Uma educação cidadã é aquela que reconhece o direito a diferença, isso implica em desnudar o pensamento e prática racista, superando o racismo velado e explícito do cotidiano escolar, e desvelar o silêncio sobre a questão racial na escola, o princípio constitucional que proíbe o racismo, isso não basta e só existe pela falta de equidade social, racial, o respeito a constituição só passa a existir quando a escola propõe construir em todo seu contexto práticas concretas e inclusivas que não discriminem nem excluam nenhum grupo, social étnico, e religioso. Trata-se de uma mudança teórica, política e prática que não apenas atue na escola mas que envolva os grupos culturais e religiosos da comunidade e da família.

A escola tem a responsabilidade de eliminar o preconceito racial, pois lida com a diferença racial, mas quando se cala, silencia seu poder transformador e torna a escola

local de discriminação, é fundamental compreender o poder e o papel da escola, a escola é um espaço privilegiado, pois promove a igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo porque conta com a presença de diferentes origens étnicas, culturais e religiosas e deve se favorecer dessa convivência para promover discussões, diálogos e questionamentos livres e pertinentes utilizando de sua função e dever.

O professor é fundamental no papel de formar cidadãos livres de sentimentos de racismo, porque o não reconhecimento, a ausência de atitude dos efeitos do racismo e discriminação sinaliza a criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação dos educadores, e aquelas que discriminam entendem que podem repetir pois nada é feito ou criticado.

E quanto ao professor significa que ele banaliza a discriminação racial, é necessário utilizar material pedagógico, cartazes, livros, revistas, desenhos, filmes, músicas, fotos, que auxiliem a explicitação e a reflexão sobre a discriminação racial, uma educação anti-racista possibilita um cotidiano escolar que respeita o discurso, a prática e as diferenças raciais, compreender cada atitude é imprescindível e imperativo a interferência dos educadores.

O Nível de confiança do aluno quanto a questão intelectual percebe-se que a maioria dos alunos é composta pela população de etnia negra, no entanto demonstraram um sentimento claro de inferioridade em relação ao branco quando afirmam que não se imaginam exercendo profissões de destaque que não se interessam em estudar, que odeiam estudar e que só estão na escola porque são obrigados pelos pais, ou mesmo porque a família recebe o bolsa família, trata-se de uma ajuda financeira mínima que o governo paga para famílias carentes, quanto ao futuro não estão preocupados com nada querem curtir a vida hoje, frequentando festas, consumindo bebidas alcoólicas, usando drogas ilícitas e praticando sexo sem proteção,

doenças e filhos não são problemas ou preocupações o que importa é viver sem limites, se consideram sem inteligência afirmam a todo tempo que são “burros”, percebe-se uma insegurança por parte dos mesmos em realizar tarefas simples como fazer uma leitura, apresentar um trabalho, omitir uma opinião em público, produzir um texto, o que revela muita insegurança, medo de ser alvo de críticas, preferindo e aceitando com naturalidade uma vida de resignação.

Quanto o nível de confiança do aluno quanto a auto-estima e identidade, embora a maioria dos alunos seja composta por negros a maioria não se considera bonito, o padrão de beleza desejável são as características físicas do branco, se consideram feio em muitos aspectos, o cabelo é assunto muito polêmico pois não só as crianças, adolescentes e adultos negros sentem incomodo quando o assunto se trata dos cabelos, já os alunos brancos quando querem ofender ou provocar um colega sempre se refere ao cabelo como forma de agressão utilizam todas formas de ofensas mais comuns entre eles como “nega do cabelo duro”, “cabelo de Bombril”, ‘ninho de passarinho”, “cabelo de vassoura”, “bruxa”, “espantalho”.

As ofensas continuam em torno do nariz feio achatado, de macaco, lábios de cavalo, beijo de pau. Muitos não se imaginam namorando com uma pessoa negra, a grande maioria não se reconhece como negro em função da variação de tons de pele oque passa peloimaginário a possibilidade inconscientemente de não se assumir enquanto negro ou mesmo consciente não se aceita enquanto identidade étnica, assumindo então uma identidade a qual não pertence e se identificando assim como branco.

Percebe-se no contexto geral da observação que a escola não trabalha com a temática voltada para o que determina as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira

e Africana, A relação dos alunos com os funcionários da escola é bastante relativa e esta relacionada ao grau de interesse dos mesmos e no quanto são cobrados pelos funcionários, os funcionários da limpeza são mais hostilizados em virtude das cobranças referentes a organização e limpeza, já os funcionários responsáveis pela alimentação são mais aceitos pelos alunos demonstrando sua necessidade pela alimentação ofertada pela escola, a relação dos alunos com os professores é conflituosa os alunos em sua grande maioria possuem perfil de conduta desafiadora voltada para o desequilíbrio das aulas e desequilíbrio dos professores, se dirigem aos mesmos com ironia, deboche e desrespeito. A relação interpessoal entre os alunos, é agitada, os alunos negros são ridicularizados, coagidos e acusados, geralmente esses alunos agressores, constroem, criticam, chamam a atenção publicamente, menosprezam, mostram preferência a determinados alunos em detrimento de outros, humilham, rebaixam a auto-estima e a capacidade cognitiva, agridem verbal e moralmente, fazem comentários depreciativos, preconceituosos e indecorosos esse cenário é praticado tanto por alunos brancos como por alunos negros.

3.3 Análise dos conteúdos e imagens do negro no livro didático

3.3.1 Análise dos conteúdos do livro didático

Quanto aos livros didáticos que: primeiro ignoram a realidade histórica da África, segundo, estão carregados de preconceitos e discriminações claras a qualquer leitor, terceiro, apresentam a história impregnada de preconceitos nas entrelinhas, quarto, em seu texto procura desvincular o contexto histórico entre África e Brasil, esse desconexo da história e cultura afro-brasileira permite a aculturação e consequentemente a perda da identidade da sociedade Brasileira, quinto, o preconceito e discriminação estão presente nas imagens iconográficas esses livros devem ser tratados

de forma que se façam as considerações devidas possibilitando interpretar, contextualizar de forma a promover uma análise crítica de professores e alunos, enquanto não se faz uma revisão dos livros didáticos deve-se reformular sua abordagem acerca da história da África e da cultura afro-brasileira, como medida adotada pelos professores e instituições de ensino como medida de caráter urgente.

3.3.2 Análise das imagens do negro no livro didático

O livro didático procura incutir em seus leitores de forma explícita ou indireta a representação do negro em situação de inferioridade, sempre tratados com desprezo em relação ao branco que em sua totalidade é vista como a raça mais bela e inteligente, seja em seu conteúdo ou nas imagens iconográficas, os personagens negros são citados sempre a um passado, sem atuação, como escravos, preto-velho, humildes, fragilizados, bestializados como feras, inferiores ao branco, despossuídos de capacidade intelectual, sendo de caráter possuidor de maldade, sujeira, sem humanidade, e associados a animais ou objetos sexuais. O negro aparece como minoria de forma desumanizada, inferiorizada, estereotipada e sem direitos, ou mesmo pode-se afirmar o preconceito com a invisibilidade do negro no livro didático onde predominantemente percebesse a presença da população branca no processo de construção da sociedade brasileira.

3.3.3. Imagem negro e suas ocupações

Para Silva (2004), a representação estereotipada do negro escravo pode ser vista como uma tentativa de negar-lhe a cidadania após a abolição, assim manter presente a imagem do escravo pode ser vista como uma estratégia do poder de manter a inferioridade e subordinação. A estigmatização do negro nas ocupações subalternas, de

pouco prestígio social, é explícita no livro didático. Independente da idade só existe determinadas funções e papéis para serem desempenhados pelos negros na sociedade.

Qualquer anseio por uma profissão privilegiada é, desta forma, desestimulado na criança negra em formação. Ela deve pretender ocupar apenas os lugares subalternos sugeridos a ela na sala de aula, através dos materiais didáticos. A descrição das imagens do negro e sua ocupação são sempre representadas como incapazes de ocupar posição de destaque, responsabilidade ou posição que requer intelectualidade, portanto as únicas funções das quais estaria capacitado são aquelas submissas, demonstrando sua natureza e voltada para ocupações onde sua força física é o única força de trabalho, foi usado como força para movimentar os moinhos, como carregador de mercadorias pesadas, carregador e transporte humano de branco, evidenciando sua capacidade para exercer ocupações onde sua força física o limita a uma condição de inferioridade e sempre supervisionada por um branco.

Figura 1-2: Carro da alfândega



Foto: Livro história Rugendas (2014).

Trabalho num engenho de açúcar



Figura 3-4: Regresso de um proprietário



Foto: Livro história, Jean- Baptiste Debret (2014).

Carregadores



3.3.4 Imagem negro como mercadorias /objetos

Para Silva (2004), O estereótipo é uma visão simplificada e conveniente de um indivíduo ou grupo qualquer, utilizada para estimular o racismo. Ele constrói ideia negativa a respeito do outro, nascida da necessidade de promover e justificar a agressão, constituindo um eficaz instrumento de internalização da ideologia do branqueamento, influenciando negativamente a autopercepção das pessoas pois lhes atribui características desumanizadas e estigmatizadas. A imagem do negro associado como mercadoria e objeto era muito clara uma vez que este era objeto era negociado como tal, transportado em navios negreiros acorrentados, despídos, amontoados sem higiene, ventilação ou alimentação mínima, muitos não suportavam e milhares adoeciam e morriam sendo jogados em alto mar, aqueles que resistiam eram levados para o mercado de escravo onde passava por uma inspeção e era avaliado conforme suas condições físicas, estéticas, ou habilidades, eram separados dos seus familiares ou dos parentes da mesma etnia para dificultar qualquer forma de contato.

Para Silva (2004), Esse escravo também personifica o estereótipo da submissão, da servidão, da incapacidade de reação que a historiografia convencional atribui ao negro escravizado. Fixar essa imagem pode ser uma maneira de camuflar toda luta de resistência e expansão cultural feita pelos escravos, bem como uma forma de promover a auto-rejeição e o conformismo com a situação desumana a que é submetido o povo negro e pobre neste país.

Figura 5-6: Mercado de escravos

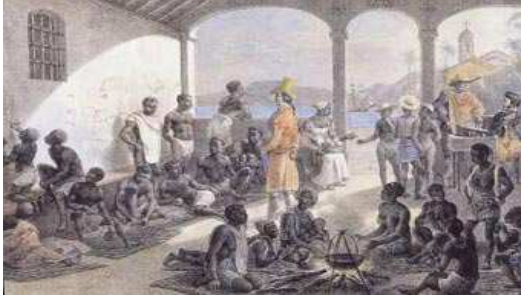


Foto: Livro história, Rugendas e Johann Moritz Rugendas (2014).

Transporte de escravos

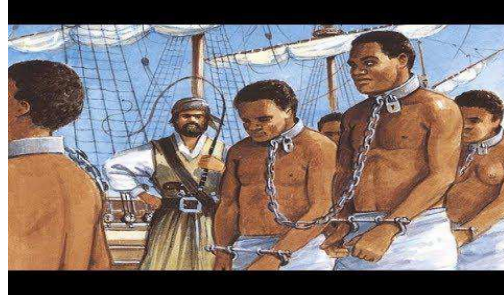


Figura 7-8: Higienização no mercado de escravos



Foto: Livro história, Debret (2014).

Senzala



3.3.5. Imagem negro /punições

Para Fanon (1980), Diz quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, todo o mundo concordou esses negros eram o principio do mal, negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais. A imagem retratada das punições aos negros são as mais variadas e cruéis formas de punir para servir de exemplo e ao mesmo tempo como forma de imposição do branco ao negro deixando muito claro que o mesmo não possuía vontade, direito ou liberdade própria e que não passava de um objeto a serviço do branco, assim como se estabelecia que o negro não possuía alma portanto não era pessoa sendo assim justificava ao mesmo tempo ao branco que o que fazia com o negro não era pecado ou passível de condenação uma vez que este não era considerado ser humano e desprovido de alma e sentimento, dentre os inúmeros castigos que a literatura nos apresenta podemos identificar as punições de caráter público onde existia uma plateia para observar as punições públicas nos pelourinhos, praças, onde o negro era amarrado a um tronco geralmente despido e chicoteado inúmeras vezes e deixado amarrado sangrando sem agua e comida, outros

tinham membros do corpo decepados, olhos e rosto queimados e marcados como gados, mulheres eram estupradas, muitas ficavam grávidas de senhores de engenhos onde seus filhos eram mortos ou arrancados dela para que esta não pudesse amamentar.

Figura 9-10: Castigo dos escravos

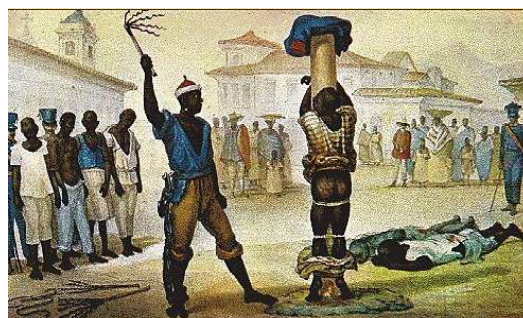


Foto: Livro história, Debret e Jean-Baptiste (2014).

Figura 11-12: Castigos e torturas

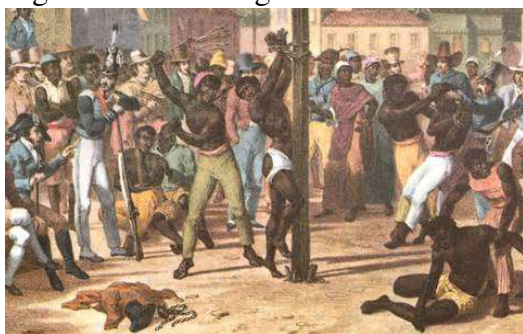


Foto: Livro história, Jean-Baptiste Debret (2014).

3.3.6 Imagem negro /mulheres

Para Santos (2004), Por isso a noite, levo os turistas aos shows de mulatas: São as mais belas mulheres do país. Vêm como não temos preconceito? Há, certamente, turistas bastantes tolos para acreditar no “culto brasileiro” a mulher mulata. Outros, porém, logo percebem que só a encaramos como objeto de cama e mesa. Ou seja as imagens das mulheres, estão relacionadas a empregadas domésticas, exercendo profissões informais, ama de leite, criadas, associadas a objetos sexuais, desqualificadas de inteligência e capacidade são associadas e comparadas a animais, a promiscuidade ao pecado a sujeira, vista como exótica, lasciva, sedutora e relacionada como causadora da dissolução dos lares e corrupção moral dos homens brancos.

Figura 13-14: Ama de Leite



Foto: Livro história, Jean-Baptiste Debret (2014).

Escrava Anastácia

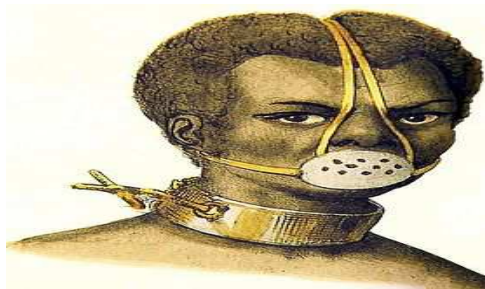


Figura 15-16: Mulata quitandeira

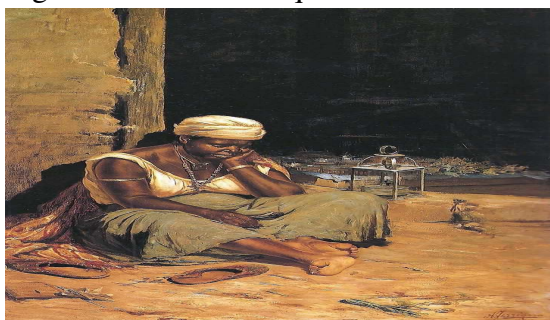
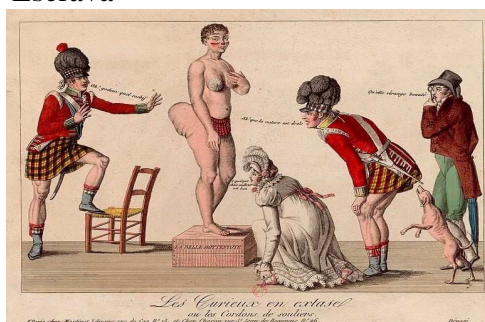


Foto: Livro história hoje, Antonio Ferrign e Rugendas (2014).

Escrava



3.3.6 Imagem negro /crianças

Para Negrão (1986), nesses livros, a experiência da criança negra está excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirige apenas ao público nele representado, constituído por crianças brancas de classe média. Essas obras são produzidas para educar crianças brancas, e educá-las mal, constituindo-se em veículo de preconceito contra a criança negra. As imagem das crianças negras são retratadas sempre despidas, sujas, brincando ou trabalhando na rua nunca estão na escola nunca possuem nome sempre apelidos, filhos das empregadas, como um brinquedo dos filhos dos brancos, um animal de estimação, sem família, filhos de empregados, sem pai, filhos de mãe solteira, são associados a animais, a seres que já nascem maus a uma imagem negativa de delinquência, usadas como brinquedos das crianças brancas e associadas ao diabo.

Figura 17-18: Anjo e Diabo



Foto: Livro história, Oliveira Toscani e Jean-Baptiste Debret (2015).

Babá



Figura 19-20: Meninas vendidas como escravas

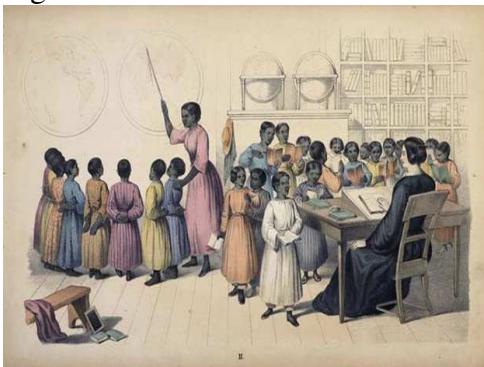


Foto: Livro história, Jean-Baptiste Debret (2014).

o cotidiano



Uma senhora brasileira em seu lar. Jean Baptiste Debret.

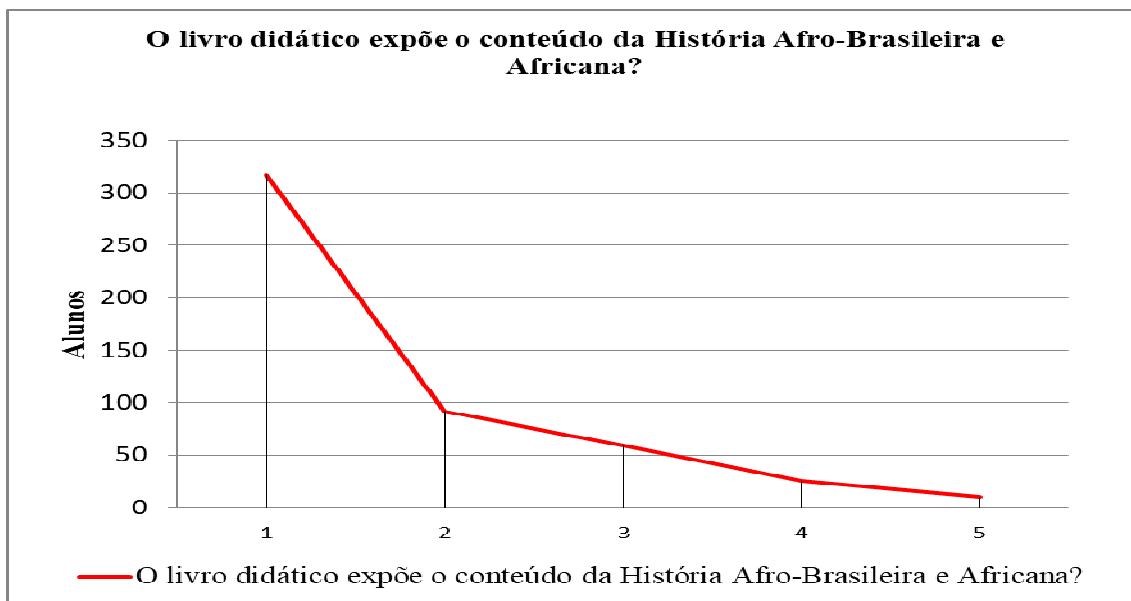
As imagens e conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental dos 6 ao 9 ano apresentam o negro tanto seus conteúdos como sua imagem sempre retratados como minoria ignoram a realidade Histórica da África, estão carregados de preconceitos e discriminações claras a qualquer leitor, apresentam a história impregnada de preconceitos nas entrelinhas, em seu texto procura desvincular o contexto histórico entre África e Brasil, apresentam o negro de forma desumanizada, inferiorizada, estereotipada e sem direitos, ou mesmo pode-se afirmar o preconceito com a invisibilidade do negro no livro didático onde predominantemente percebe-se a presença da população branca no processo de construção da sociedade brasileira.

3.4 Análise dos Questionários Aplicados aos Alunos

A análise dos resultados obtidos levou em consideração os indicadores dos questionários com 12 perguntas fechadas e estruturadas aplicados em sua totalidade aos 503 alunos distribuídos nos períodos matutino e vespertino. Dados esses, indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa. As informações colhidas e a totalidade da amostra correspondem conforme a figura a seguir:

A primeira pergunta fundamenta-se na problemática e no primeiro objetivo específico, que levou a verificar se os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

Gráfico nº 1: Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



Fonte: Elaborado da própria pesquisa.

Dos pesquisados, 317 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que o livro didático não apresenta o conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana, 92 alunos marcaram 2 ou seja o livro didático apresenta muito pouco o conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana, 59 alunos marcaram 3 ou seja entendem que o livro didático apresenta pouco conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana, 25 alunos marcaram 4 ou seja o livro

didático apresenta parcialmente o conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana, 10 alunos marcaram 5 ou seja o livro didático apresenta muito conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana.

Isto implica que o livro didático do ensino fundamental não cumpre com as determinações estabelecidas pela Lei 10.639/2003 bem como o que a LDB determinana uma educação voltada a atender a educação das relações étnico-raciais, o que vem a dificultar não só o trabalho dos educadores como nega o direito ao aluno de conhecer sua história ao mesmo tempo que possibilita um ambiente onde o racismo, preconceito e discriminação continue perpetuando no espaço escolar influenciando uma sociedade onde as diferenças são encaradas com intolerância e violência e as desigualdades sejam banalizadas pelas instituições.

Isso afirma o que para Cavalleiro (2001), refere aos currículos escolares, chamou-se atenção para a ausência dos conteúdos ligados á cultura afro-brasileira e a história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial.

Houve várias iniciativas de inclusão destes temas nos currículos formais de certas escolas ou mesmo de redes de ensino de algumas cidades brasileiras. Entretanto, esbarrou-se no problema da falta de formação do professorado para tratar essas questões em sala de aula.

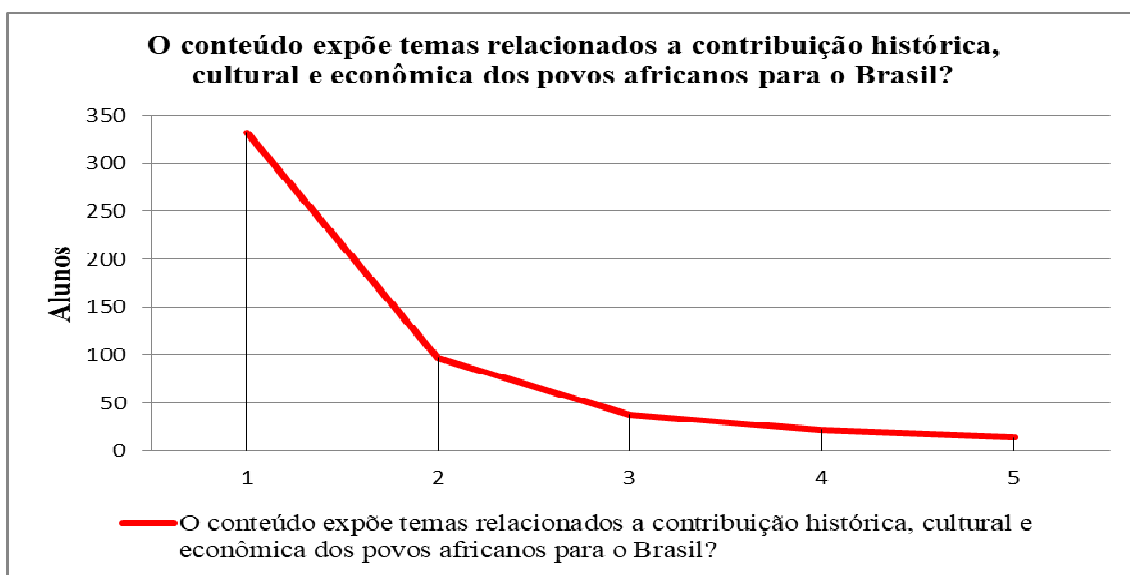
Para Paula (2008), o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei Federal nº 10.639/03, que altera a, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos Africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Passando a redefinir o papel do estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de

forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo a afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

É imprescindível considerarmos a importância da criação da Lei bem como da responsabilidade do estado, mas é fundamental entender que criar Leis não bastam é preciso que elas sejam de fato aplicáveis, diante da carência do material didático, frente a educadores que não receberam formação acadêmica ou mesmo que acreditem no mito da democracia racial para justificar o não cumprimento da Lei, ou seja é preciso efetivamente buscar soluções que resolvam o problema e que finalmente a educação possa caminhar em conformidade com as determinações Legais visando um ensino de excelência e conseqüentemente uma sociedade que saiba viver com as diversidades.

O segundo questionamento fundamenta-se na problemática e no primeiro objetivo específico que levou a verificar se os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

Gráfico n° 2: Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



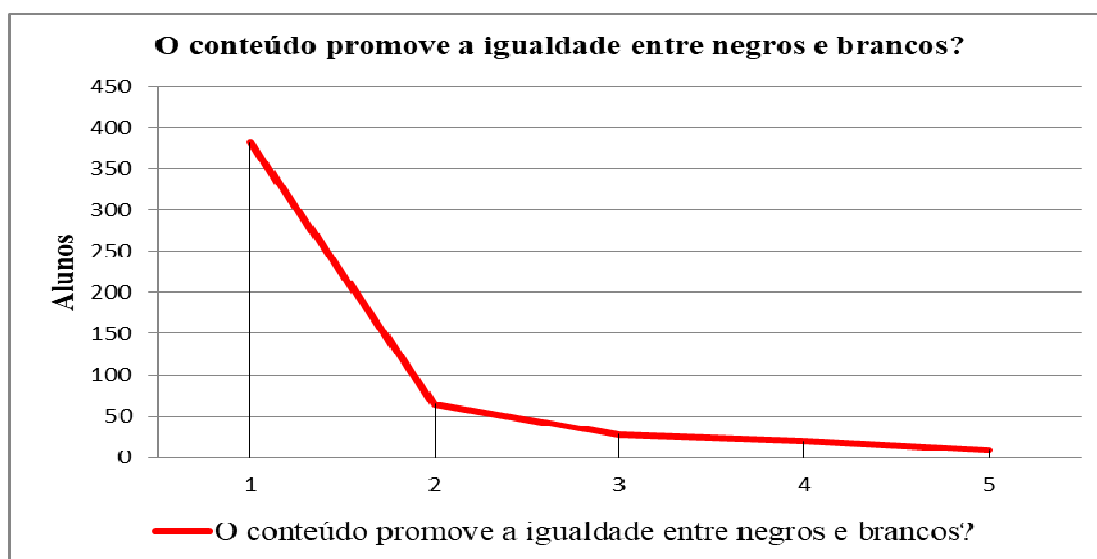
Fonte: Elaboração própria.

Dos pesquisados, 332 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que o conteúdo não expõem temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil, 97 alunos marcaram 2 ou seja entendem que o conteúdo expõe muito pouco temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil, 38 alunos marcaram 3 ou seja consideram que o conteúdo expõe pouco temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil, 22 alunos marcaram 4 ou seja relatam que o conteúdo expõe parcialmente temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil, e 14 alunos marcaram 5 ou seja percebem que o conteúdo expõe muito temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil.

Para Silva (2004) o livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e sua rara presença de forma estereotipada concorrem, em grande parte, para o recalque da sua identidade e auto-estima.

Isso posto fica evidente a necessidade da escola possibilitar suporte quanto ao material pedagógico possibilitando assim que os educadores possam recorrer a outras fontes e referencias bibliográficas.

O Terceiro questionamento fundamenta-se na problemática e no primeiro objetivo específico que levou a verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

Gráfico n°3: Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Fonte: Elaboração própria.

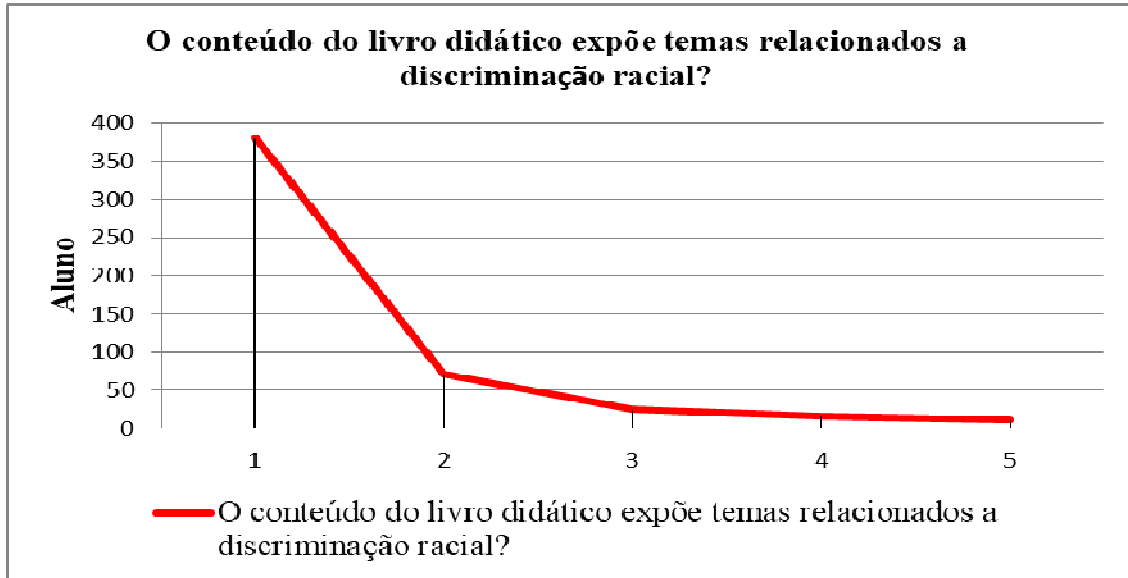
Dos pesquisados, 382 alunos marcaram 1 ou seja o conteúdo não promove a igualdade entre negros e brancos, 64 alunos marcaram 2 ou seja entendem que o conteúdo promove muito pouco a igualdade entre negros e brancos, 28 alunos marcaram 3 ou seja consideram que o conteúdo promove pouco a igualdade entre negros e brancos, 20 alunos marcaram 4 ou seja relatam que o conteúdo promove parcialmente a igualdade entre negros e brancos, e 9 alunos marcaram 5 ou seja percebem que o conteúdo promove muito a igualdade entre negros e brancos.

Silva (2004), conclui ainda que os materiais pedagógicos tem papel fundamental na reprodução das ideologias, uma vez que lhe é conferida pelos pais, alunos e professores credibilidade, uma vez que o livro didático, é considerado o depósito da verdade, a memória conservada das civilizações, ou seja pelo seu caráter de “verdadeiro”, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, de forma constante e sistemática, logra introjetar na mente das crianças, jovens e adultos, visões cristalizadas da realidade humana e social.

O quarto questionamento fundamenta-se na problemática e no primeiro objetivo específico que levou a verificar se os conteúdos dos livros didáticos do ensino

fundamental, são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

Gráfico nº4: Conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



Fonte: Elaboração própria.

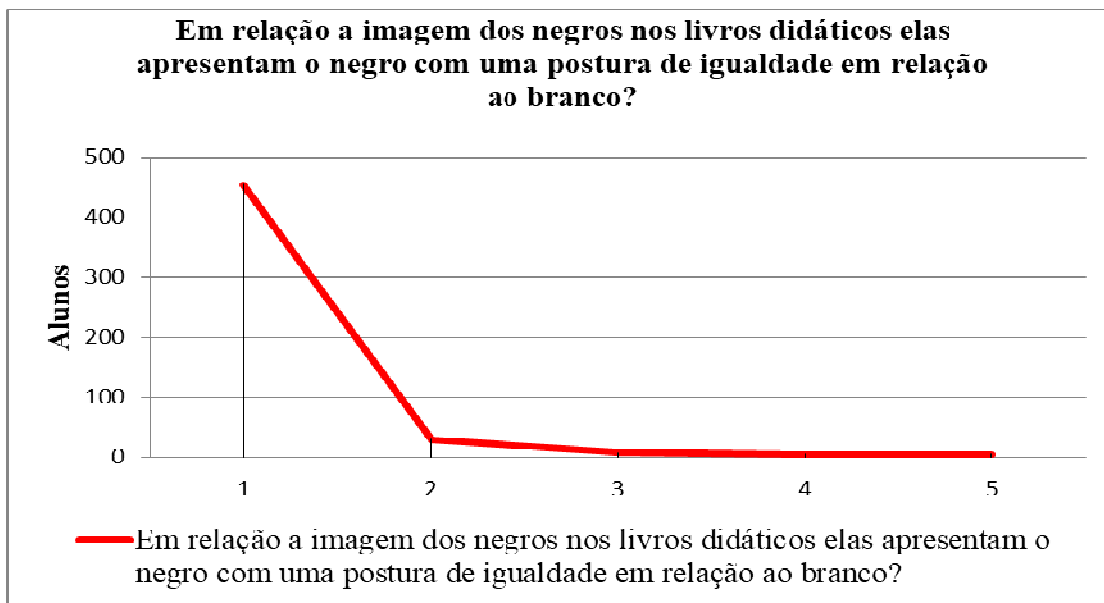
Dos pesquisados, 380 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que o conteúdo do livro didático não expõe temas relacionados a discriminação racial, 71 alunos marcaram 2 ou seja entendem que o conteúdo do livro didático expõe muito pouco temas relacionados a discriminação racial, 25 alunos marcaram 3 ou seja consideram que o conteúdo do livro didático expõe pouco temas relacionados a discriminação racial, 16 alunos marcaram 4 ou seja que o conteúdo do livro didático expõe parcialmente temas relacionados a discriminação racial e 11 alunos marcaram 5 ou seja percebem que o conteúdo do livro didático expõe muito temas relacionados a discriminação racial.

Silva (2004), conclui ainda que os materiais pedagógicos tem papel fundamental na reprodução das ideologias, uma vez que lhe é conferida pelos pais, alunos e professores credibilidade, uma vez que o livro didático, é considerado o depósito da verdade, a memória conservada das civilizações, ou seja pelo seu caráter de “verdadeiro”, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, de

forma constante e sistemática, logra introjetar na mente das crianças, jovens e adultos, visões cristalizadas da realidade humana e social.

O quinto questionamento fundamenta-se na problemática e no segundo objetivo específico que levou a interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

Gráfico n° 5: Imagens do negro no livro didático.



Fonte: Elaboração própria.

Dos pesquisados, 455 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que em relação á imagem dos negros nos livros didáticos elas não apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco, 30 alunos marcaram 2 ou seja entendem que em relação á imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam muito pouco o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco, 8 alunos marcaram 3 ou seja consideram que em relação á imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam pouco o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco, 5 alunos marcaram 4 ou seja relatam que em relação á imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam parcialmente o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco, e 5 aluna marcaram 5 ou seja percebem que em relação á imagem dos negros nos livros

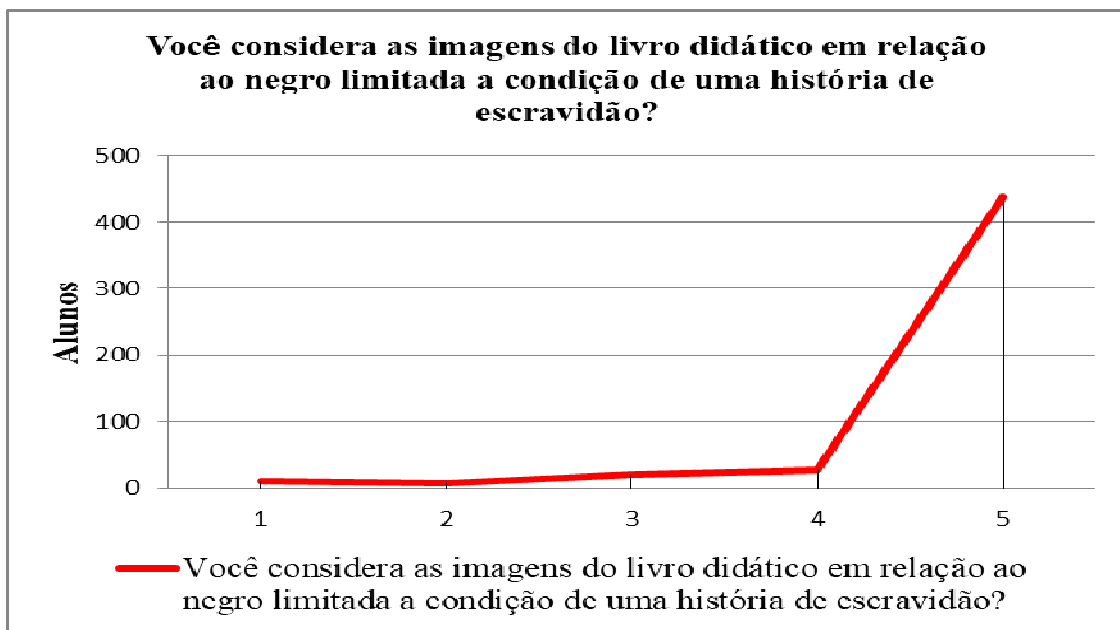
didáticos elas apresentam muito o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco.

Para Silva (2004), os estereótipos influenciam negativamente a autopercepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam a grupos ao qual se atribuem características desumanizadas e estigmatizadas, durante a escravidão, o africano foi estereotipado como selvagem, primitivo, mau, instintivo, sem alma, para justificar sua sujeição e maus tratos sofridos e isentar o branco da prática de escravizar pessoas.

Durante a campanha abolicionista, utilizaram-se os estereótipos do escravo demônio e imoral, para o escravo combativo e a escrava “ávida de sexo”, nos fins do século passado e neste a tendência é animalizar as figuras do negro nos personagens diversos das obras literárias, livros didáticos, novelas, seriados de televisão.

O sexto questionamento fundamenta-se na problemática e no segundo objetivo específico que interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

Gráfico n° 6: Imagens do negro no livro didático.



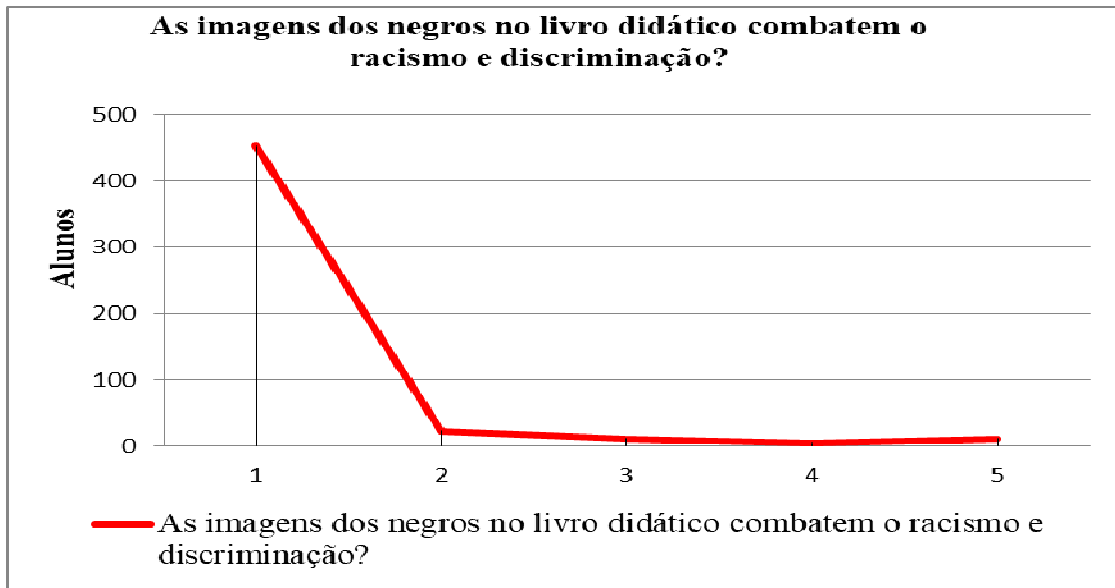
Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 10 alunos marcaram n. 1 ou seja afirmam que não considera as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão, 8 alunos marcaram 2 ou seja entendem que consideram muito pouco as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão, 20 alunos marcaram 3 ou seja consideram pouco as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão, 28 alunos marcaram 4 ou seja relatam que considera parcialmente as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão, e 437 alunos marcaram 5 ou seja que consideram muito as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão.

Silva (2004) afirma ainda que promovendo o estereótipo, a ideologia consegue impedir o próprio estereotipado a internalizar a sua imagem idealizada negativa com objetivo de inferiorizá-lo e oprimi-lo, uma das conseqüências é a discriminação no mercado de trabalho, através do disfarce da exigência de “boa aparência”, hoje transmutada em “perfil adequado”, baseada na falsa imagem de que o negro é feio, incapaz, mau, sujo, desonesto, preguiçoso, mas a pior das conseqüências da ação do estereótipo é a auto-rejeição e a rejeição ao seu outro igual.

A imagem que é vista e percebida mesmo que de forma sutil e velada é a construção detalhada seja em histórias, anedotas, contos, provérbios, noticiários de jornais, artigos de revistas, programas de televisão, filmes e anúncios de radio e TV carregados de ideologia e racista.

O sétimo questionamento fundamenta-se na problemática e no segundo objetivo específico que levou a interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

Gráfico nº 7: Imagens do negro no livro didático.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 453 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que as imagens dos negros no livro didático não combatem o racismo e discriminação, 23 alunos marcaram 2 ou seja que entendem que as imagens dos negros no livro didático combatem muito pouco o racismo e discriminação, 11 alunos marcaram 3 ou seja consideram que as imagens dos negros no livro didático combatem pouco o racismo e discriminação, 5 alunos marcaram que as imagens dos negros no livro didático combatem parcialmente o racismo e discriminação e 11 alunos marcaram 5 ou seja que as imagens dos negros no livro didático combatem muito o racismo e discriminação.

Conforme Silva (2004), o professor é o principal mediador dos estereótipos veiculados no livro didático, contudo, essa ação mediadora parece ser inconsciente por parte dele, a escola e professores ao solicitar as instituições governamentais a revisão do livro, denunciar junto aos pais seu conteúdo racista deve ter claro que são estratégias apenas de denúncia e organização para enfrentamento do problema. É preciso que o professor veja que, o conflito de valores da classe entre professor imbuído dos valores da classe dominante é que ele reproduz em grande parte.

Silva (2004) ainda afirma que é importante procurar desenvolver em futuro próximo um trabalho de complementação a este, no sentido de interferir na formação do professor, de forma que o mesmo venha a ter condições de utilizar o livro de maneira crítica, transformando-o em instrumento de desenvolvimento da consciência dos seus alunos, na sua ação pedagógica cotidiana, servindo de mediador consciente no sentido de identificar e criticar os estereótipos que o livro possa veicular.

O oitavo questionamento fundamenta-se na problemática e no segundo objetivo específico que levou a interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

Gráfico n° 8: Imagens do negro no livro didático.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 461 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que as imagens do livro didático em relação ao negro não representam a valorização da beleza e auto-estima do negro, 21 alunos marcaram 2 ou seja entendem que as imagens do livro didático em relação ao negro representam muito pouco a valorização da beleza e auto-estima do negro, 11 alunos marcaram 3 ou seja consideram que as imagens do livro didático em relação ao negro representam pouco a valorização da beleza e auto-estima

do negro, 3 alunos marcaram 4 ou seja relatam que as imagens do livro didático em relação ao negro representam parcialmente a valorização da beleza e auto-estima do negro e 7 alunos marcaram 5 ou seja percebem que as imagens do livro didático em relação ao negro representam muito a valorização da beleza e auto-estima do negro.

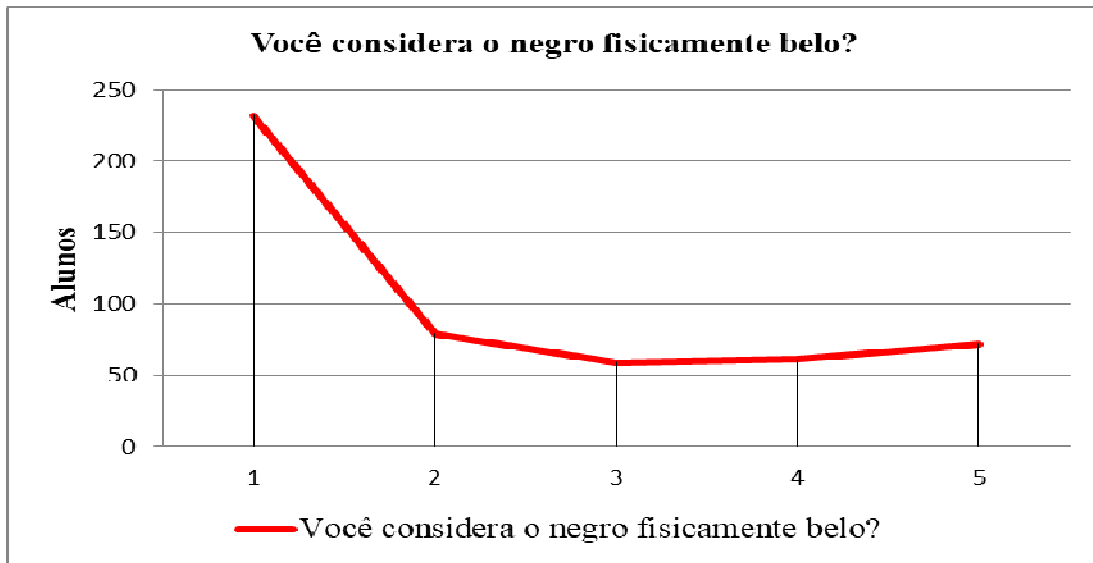
Fanon (1980). Diz quando a civilização européia entrou em contato com o negro, todo o mundo concordou esses negros eram o principio do mal. Negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais.

As imagens representam estereótipos atribuídos aos negros, colocando-os numa posição de inferioridade aos brancos, e como um todo, os negros são vistos em suas funções como escravos com uma invisibilidade da população negra como maioria, inferioridade intelectual, atraso tecnológico, falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético, sua identidade sempre esta ligada ao esporte, ritmo, carnaval e culinária.

Conforme Santos (80), Por isso a noite, levo os turistas aos shows de mulatas: São as mais belas mulheres do país. Vêm como não temos preconceito? Há, certamente, turistas bastantes tolos para acreditar no “culto brasileiro” a mulher mulata. Outros, porém, logo percebem que só a encaramos como objeto de cama e mesa.

As mulheres sempre vistas como ou ligadas a caricatas com lenços na cabeça, brinco de argolas e traços animalizados, mulheres cuidadoras, sem família, domésticas, empregadas domésticas são sempre negras, os trabalhos são sempre sem qualificação e braçal, ama de leite, e com comportamento imoral, lascivo, feia, gorda, burra, sem inteligência, supersticiosa, bruxa, porcas, ingênua e subserviente, representando um perigo a família e aos bons costumes.

O nono questionamento fundamenta-se na problemática e no terceiro objetivo específico que levou a conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático.

Gráfico nº 9: Auto-Estima e Identidade do Negro.

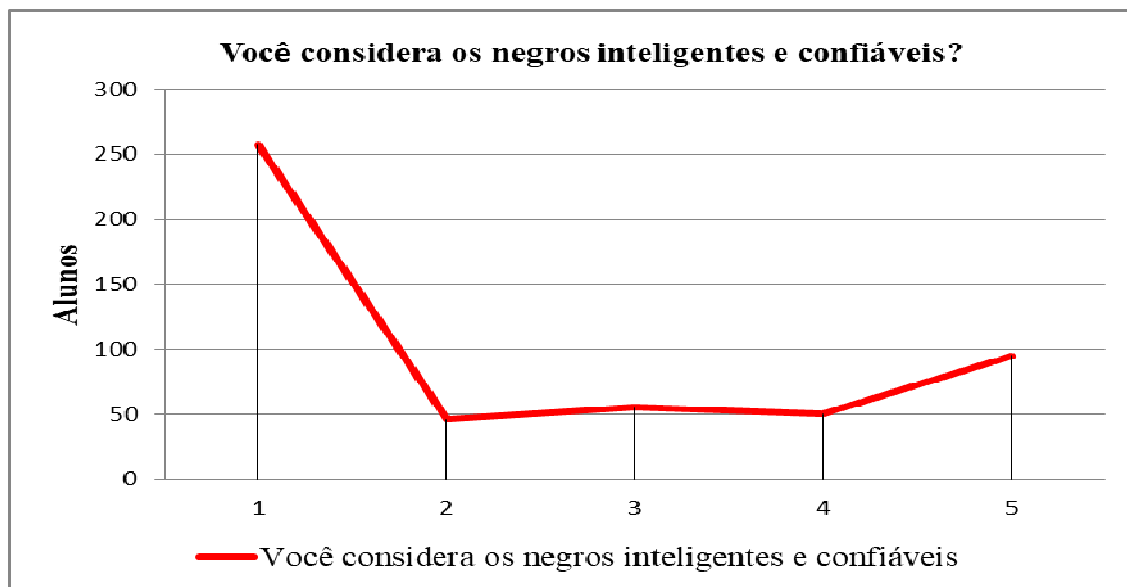
Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 232 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que não considera o negro fisicamente belo, 79 alunos marcaram 2 ou seja que considera muito pouco o negro fisicamente belo, 59 alunos marcaram 3 ou seja considera pouco o negro fisicamente belo, 61 alunos marcaram 4 ou seja relatam que considera parcialmente o negro fisicamente belo, e 72 alunos marcaram 5 ou seja que consideram muito o negro fisicamente belo.

A auto-estima é construída ao longo das relações sociais e afetivas se essa relação é positiva o indivíduo terá auto-confiança de si mesmo se o contrário a discriminação racial refletirá no próprio indivíduo uma condição inferiorizada de si mesmo levando-o a se auto-discriminar a ponto de pensar que não é suficientemente capaz de conquistar profissionalmente um cargo de destaque, liderança ou competitivo e quanto ao seu intelecto passou a vida toda ouvindo que é burro que não é capaz de pensar sentimentalmente foi tão sufocado que não se aceita causando em si mesmo menosprezo e melancolia, o termo que é conceituado para negro no dicionário diz “Negro: preto. Escuro. Sombrio. Denegrado. Fúnebre. Que traz escuridão. Tenebroso. Escravo. Homem que trabalha muito. Trevas”.

O décimo questionamento fundamenta-se na problemática e no terceiro objetivo específico que levou a conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático.

Gráfico n° 10: Auto-Estima e Identidade do Negro.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 257 alunos marcaram 1 ou seja não considera os negros inteligentes e confiáveis, 46 alunos marcaram 2 ou seja que considera muito pouco os negros inteligentes e confiáveis, 55 alunos marcaram 3 ou seja consideram pouco os negros inteligentes e confiáveis, 50 alunos marcaram 4 ou seja relatam que considera parcialmente os negros inteligentes e confiáveis, e 95 alunos marcaram 5 ou seja que considera muito os negros inteligentes e confiáveis.

Alguns associados a animais, sem nome, sem família, apelidado, sem idade, denominados pela cor da pele, chamados de demônios, mentirosos, preguiçosos, desobedientes, associados a seres sobrenaturais bruxarias, animais nocivos, de atitudes depreciativas, negativas, ligada a furto, gula, incapacidade, desastrado, guloso, vítima de zombaria, depreciação, conformado com humilhação, sempre ligado a mendicância,

desemprego, criminalidade, drogas, com os piores empregos e sempre inferiores aos trabalhos salários e funções do branco.

Salienta Munanga (2008), quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, materiais e livro didático

O décimo primeiro questionamento fundamenta-se na problemática e no terceiro objetivo específico que levou a conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático.

Gráfico nº 11: Auto-Estima e Identidade do Negro.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 29 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que o racismo e discriminação não são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro, 23 alunos marcaram 2 ou seja entendem que o racismo e discriminação são responsáveis muito pouco pela negação da beleza e inteligência do negro, 32 alunos marcaram 3 ou seja que o racismo e discriminação são responsáveis pouco pela negação da beleza e inteligência do negro, 45 alunos marcaram 4 ou seja relatam que o racismo e

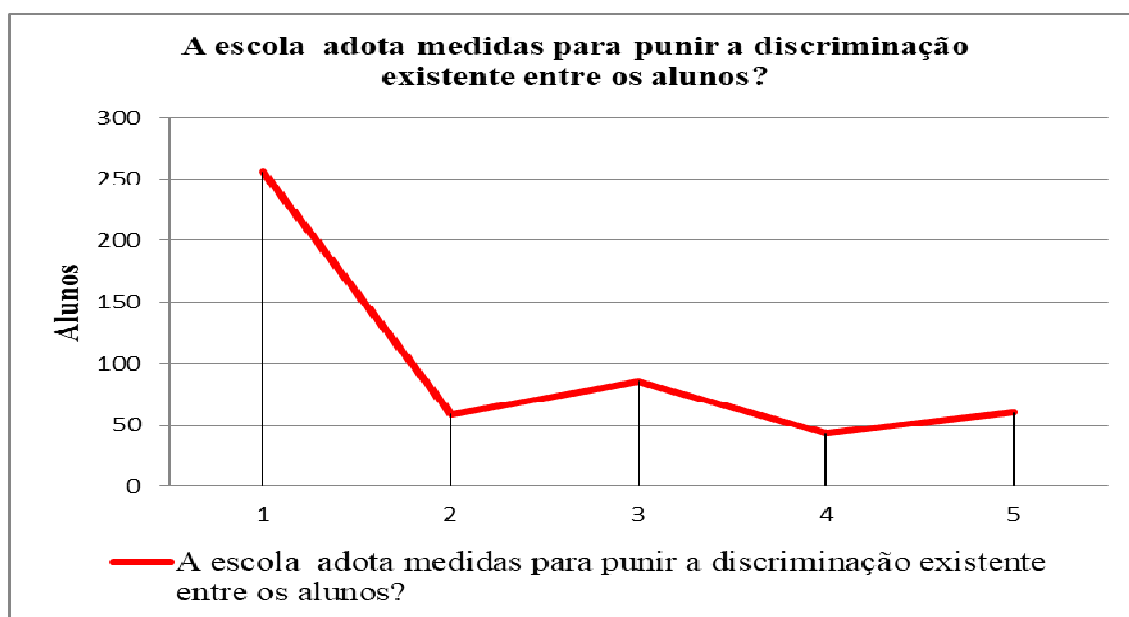
discriminação são responsáveis parcialmente pela negação da beleza e inteligência do negro, e 374 alunos marcaram 5 ou seja que percebem que o racismo e discriminação são responsáveis muito pela negação da beleza e inteligência do negro.

Para Silva (2004), os estereótipos influenciam negativamente a autopercepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam a grupos ao qual se atribuem características desumanizadas e estigmatizadas, durante a escravidão, o africano foi estereotipado como selvagem, primitivo, mau, instintivo, sem alma, para justificar sua sujeição e maus tratos.

Durante a campanha abolicionista, utilizaram-se os estereótipos do escravo demônio e imoral, para o escravo combativo e a escrava “ávida de sexo”, nos fins do século passado e neste a tendência é animalizar as figuras do negro nos personagens diversos das obras literárias, livros didáticos, novelas, seriados de televisão.

Silva (2004), afirma ainda que promovendo o estereótipo, a ideologia consegue impedir o próprio estereotipado a internalizar a sua imagem idealizada negativa com objetivo de inferiorizá-lo e oprimi-lo, uma das conseqüências é a discriminação no mercado de trabalho, através do disfarce da exigência de “boa aparência”, hoje transmutada em “perfil adequado”, baseada na falsa imagem de que o negro é feio, incapaz, mau, sujo, desonesto, preguiçoso, mas a pior das conseqüências da ação do estereótipo é a auto-rejeição e a rejeição ao seu outro igual.

O décimo segundo questionamento fundamenta-se na problemática e no terceiro objetivo específico que levou a conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático.

Gráfico n° 12: Auto-Estima e Identidade do Negro

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos pesquisados, 256 alunos marcaram 1 ou seja afirmam que a escola não adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos, 59 alunos marcaram 2 ou seja entendem que a escola adota muito pouco medidas para punir a discriminação existente entre os alunos, 85 alunos marcaram 3 ou seja consideram que a escola adota pouco medidas para punir a discriminação existente entre os alunos, 43 alunos marcaram 4 ou seja relatam que a escola adota parcialmente medidas para punir a discriminação existente entre os alunos, e 60 alunos marcaram 5 ou seja percebem que a escola adota muitas medidas para punir a discriminação existente entre os alunos.

Para Cavalheiro (2001), a falta de formação e habilidade dos educadores para lidar com as relações do cotidiano escolar marcadas por discriminações que a escola não admite os leva a medidas não problematizadoras da diferença, apelando para convicções tais como: “Todos merecem respeito porque são filhos de Deus”, os educadores tem dificuldade em aceitar que, a diferença para alguns grupos é sinônimo, de desigualdade e de menores oportunidades. E assim quando se fala de desigualdade, buscam na

maioria das vezes, tratar como um problema do discriminado sem incluir os discriminadores.

Para Paula (2008), o direito é um fenômeno pluridimensional, interdisciplinar, que esta dentro do processo histórico, numa percepção dialética. Não esta pronta e nunca estará. Ele se manifesta dentro da luta social o direito é filho da luta, a simples promulgação de normas não cria direitos, estes são criados nas lutas sociais. A criação dessa Lei é justamente para corrigir inúmeras distorções históricas, sendo claro e evidente a necessidade de criar ações afirmativas para a população negra, não como favorecimento, não como privilégio e nem porque o negro não tem capacidade, mas como direito, como necessidade concreta de inclusão, de representatividade, de dignidade, solidariedade, alteridade e justiça social, para aplicar direitos e políticas para uma parcela cujas reivindicações nunca foram reconhecidas e a qual se nega efetivamente tudo, inclusive o direito de ter direitos.

Conforme Paula (2008), não pode cometer o risco de delegar a responsabilidade pela superação de uma prática racista, segregacionista a um grupo de professores ou a escola, tão pouco julgar apenas como responsáveis agentes externos a essa instituição. É necessário apontar a responsabilidade de cada um nesse processo, porém, é necessário assumir também o protagonismo nesta tarefa, os professores e escola são os principais responsáveis pela formação e pela ação.

Para Cavalleiro (2001), a escola deve favorecer esta vivencia e promover situações de discussão, de diálogo, de questionamento, a escola pode e deve garantir e promover o conhecimento de si mesma, no encontro com o diferente, conhecendo o outro, questionando seu jeito de ser, colocando em discussão seus valores e enfim possibilitando a transformação.

Relata Munanga (2004), que no Brasil não convivemos com uma discriminação oficial, ou seja, inscrita na lei. Apesar da nossa Constituição não admitir que nenhum cidadão ou cidadã seja excluído por seu sexo, raça, cor, ou religião, as pessoas negras, as mulheres, os praticantes de algumas crenças religiosas sofrem em nosso país e em vários outros, é preciso existir uma legislação que proteja os direitos humanos, prevendo punição para a prática da discriminação racial e para o crime de racismo é necessário que a lei seja acompanhada de políticas efetivas de combate a discriminação racial e de um processo de reeducação da nossa sociedade frente às diferenças.

Precisamos construir novas lógicas e novas mentalidades. Podemos combater a discriminação e o preconceito, assim como seus efeitos por meio de duas maneiras básicas: a primeira é a legislação penal, ou seja, a criação de leis que punam os atos discriminatórios e a segunda é por meio da promoção de igualdade de oportunidades ou ações afirmativas.

Portanto verifica-se que ao Analisar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se estes são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade, a primeira pergunta foi o livro didático expõe o conteúdo da História Afro-Brasileira e Africana? 317 alunos afirmam que o livro didático não apresenta o conteúdo da história Afro-Brasileira e Africana, a segunda pergunta foi o conteúdo expõe temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil? 332 alunos afirmam que o conteúdo não expõem temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil, a terceira pergunta foi o conteúdo promove a igualdade entre negros e brancos? 382 alunos marcaram que o conteúdo não promove a igualdade entre negros e brancos, a quarta pergunta foi o conteúdo do livro didático expõe temas

relacionados a discriminação racial? 380 alunos afirmam que o conteúdo do livro didático não expõe temas relacionados a discriminação racial.

Quanto a interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, se podem influenciar a prática da discriminação e racismo, a quinta pergunta foi em relação à imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco? 455 alunos afirmam que em relação à imagem dos negros nos livros didáticos elas não apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco, a sexta pergunta foi você considera as imagens do livro didático em relação ao negro limitado a condição de uma história de escravidão? 437 alunos consideram as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão, a sétima pergunta foi, as imagens dos negros no livro didático combatem o racismo e discriminação? 453 alunos afirmam que as imagens dos negros no livro didático não combatem o racismo e discriminação, a oitava pergunta foi as imagens do livro didático em relação ao negro representam a valorização da beleza e auto-estima do negro? 461 alunos afirmam que as imagens do livro didático em relação ao negro não representam a valorização da beleza e auto-estima do negro.

Quanto a analisar a auto - estima dos alunos negros frente aos conteúdos e imagem representada no livro didático, teve como propósito conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático, a nona pergunta foi, você considera o negro fisicamente belo? 232 alunos afirmam que não considera o negro fisicamente belo, a décima pergunta foi, você considera os negros inteligentes e confiáveis? 257 alunos não considera os negros inteligentes e confiáveis, a décima primeira pergunta foi, o racismo e discriminação são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro? 374 alunos percebem que o racismo e discriminação são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro, a

décima segunda pergunta foi a escola adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos? 256 alunos afirmam que a escola não adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos.

CONCLUSÕES

Este trabalho de pesquisa abordou uma temática voltada para Análise dos Conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana com enfoque a análise do livro didático do ensino fundamental, tendo como objetivo geral analisar a imagem e os conteúdos relacionados á história do negro no livro didático como um fator determinante que influencia a auto-estima e identidade das populações negras.

Acredita-se que as dificuldades existentes no âmbito educacional são superiores as facilidades presentes, pois estas tendem a estar veladas até porque existe uma tendência de mascarar a gravidade efetiva que ocorre na escola, em sala de aula, na prática pedagógica ou mesmo nos livros didáticos, devido a pretensão da sociedade brasileira estar afirmando uma sociedade justa e igualitária, criando uma falsa idéia de democracia racial, criando a permanência de um ensino com retrocessos no ensino-aprendizagem bem como nos traumas no aluno que não se ve representado e quando finalmente se vê representado este esta carregado de preconceito e racismo influenciando diretamente em sua auto-estima e identidade.

Essa discussão buscou considerar a singularidade dos sujeitos envolvidos em sala de aula, na tentativa de justificar uma urgente transformação social que nossa sociedade requer e a escola é o lugar privilegiado para esta proposta, alunos e professores é o resultado de um processo histórico-familiar e ambos possuem expectativas incongruentes e que poderá inevitavelmente causar entraves na relação

peçoal que atinge a relação com os saberes e com os desejos e sonhos de cada envolvido.

Nesse sentido com base nas pesquisas bibliográficas e documental pode-se juntamente com a observação do ambiente escolar e dos questionários destinados aos alunos chegar a uma conclusão e mostrar a relação da problemática do trabalho onde possibilitou não só compreender e alcançar os objetivos da pesquisa. A pesquisa evidencia ao analisar os conteúdos e imagens da história e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos, que os conteúdos e imagens do negro no livro didático são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade, que os conteúdos e imagens influenciam a auto-estima e identidade dos alunos em seu processo de formação, que os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa.

O primeiro objetivo específico buscou Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade, descrever a importância dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, identificando se o material didático favorece a inserção e cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos de história do ensino fundamental e de que forma ele apresenta os conteúdos, para atingir os objetivos da pesquisa foi necessário construir um instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental, este instrumento é um check list elaborado para análise documental relacionada a análise da história e cultura afro-brasileira e africana dos livros didáticos de história do ensino fundamental que possibilitou verificar que o livro didático não observa as determinações legais da Lei 10.639 /2003, Lei

11.645/2008, da LDB 9396/1996, da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, e da Constituição Federal do Brasil de 1988.

O primeiro objetivo específico fica claro ao analisar que o livro didático contribui o máximo possível para a discriminação e preconceito do negro com os conteúdos limitados a escravidão do Brasil e sem o protagonismo das populações africanas e negros brasileiros, Os conteúdos são mínimos e mencionados de forma distorcida, equivocada e tendenciosa, geralmente associado exclusivamente a escravidão, o livro apresenta em sua maioria os grandes feitos heróicos da minoria branca, das elites dominantes, e claramente apresenta a invisibilidades das populações negras, e quando se evidencia a mesma esta sempre contextualizada de forma pejorativa e associada a incapacidade intelectual ou a ausência de caráter idôneo levando aos leitores mesmos as crianças, adolescentes ou jovens a concluir que se trata de pessoas pouco confiáveis impregnando a continuidade de uma sociedade discriminadora, preconceituosa e racista.

O segundo objetivo específico buscou analisar e Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo, para atingir os objetivos da pesquisa foi necessário construir um instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do ensino fundamental, este instrumento é um check list elaborado para análise documental relacionada a análise da imagem iconográficas da população negra nos livros didáticos de história do ensino fundamental, análise documental da legislação do Brasil que trata das questões étnico-raciais das populações negras, que possibilitou verificar que o livro didático não observa as determinações legais da Lei 10.639 /2003, Lei 11.645/2008, da LDB 9396/1996, da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, e da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Quanto ao segundo objetivo específico evidenciou-se que as imagens do negro no livro didático influenciam efetivamente a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação, o livro didático contribui o máximo possível para a discriminação e preconceito do negro com as imagens iconográficas, os mesmos são sempre retratados em situações de violência, crime, delitos, insubordinação, convivência, conformidade, inferioridade, ou seja, sendo imagens claras ou veladas elas sempre colocam o negro em condição pejorativa e inferiorizada em relação ao branco.

Já o terceiro objetivo específico priorizou Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático, para atingir os objetivos da pesquisa foi necessário construir um instrumento, guia de análise e observação do ambiente escolar em seus variados momentos sempre priorizando o aluno em sua relação com os diversos atores da escola, professores, funcionários e em sua relação interpessoal com os colegas. Bem como se fez necessário elaborar um questionário, com perguntas fechadas aplicadas aos alunos, esses instrumentos se fazem necessários e são um check list elaborado para conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático e saber se os conteúdos e imagens relacionados à história do negro no livro didático são fatores determinantes e influenciam a sua auto-estima e identidade.

Quanto ao terceiro objetivo específico, conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representados no livro didático, evidencia-se na observação:

Primeiro, possibilitou verificar a relação dos alunos com outros sujeitos da escola com os diversos funcionários, percebeu-se que a relação interpessoal observada em relação aos alunos com funcionários da escola é bastante relativa, o que fica claro

nessa relação é o reflexo do aluno em sua educação familiar base de qualquer formação educacional do ser humano, os conflitos percebidos se dão justamente quando estes são cobrados de suas responsabilidades em jogar papel no chão, corredores, pátio, quadra de esporte ou em sala de aula respondem com agressividade e xingamento de todas as palavras de baixo calão que existem e alguns até com ameaças.

A relação com os funcionários da cozinha é mais tranquila haja vista que esperam pelo recreio e com ele o alimento, percebe-se então um vínculo afetivo dos alunos com as técnicas em nutrição escolar bom e amistoso, embora muitos se alimentem varias vezes não demonstram nenhum cuidado e ética pois repetitivamente deixem os utensílios da cozinha espalhados pela escola, quadra de esporte, banheiro, sala de aula, pátio, corredores, bancos, causando um prejuízo financeiro elevado para a escola em função de pratos, copos, talheres, serem extraviados, roubados, ou destruídos pelos alunos.

Segundo a relação dos alunos com outros sujeitos da escola os professores, percebesse uma relação conflituosa os alunos em sua grande maioria seja do 6º (Sexto) ano ao 9º (nono) ano possuem perfil de conduta desafiadora a todo momento, em cada turma existe uma liderança voltada para o desequilíbrio das aulas e desequilíbrio dos professores, se dirigem aos professores com ironia, deboche, circulam pela sala durante aula, tumultuam o desenvolvimento e condução da mesma, saem sem a permissão do professor, em todas as aulas solicitam que querem ir ao banheiro ou beber água para sair da sala permanecer fora da sala e convocar colegas de outra turma para a mesma prática, se tornam líderes da indisciplina influenciando bons alunos sem histórico algum de indisciplina tornando-se chefes mirins do caos na escola, inviabilizando qualquer aproveitamento das aulas.

O fato é que existe um problema evidente de indisciplina em sala de aula, o professor é responsável em parte pela conduta e indisciplina em sala de aula, muitos demonstram, insegurança, medo, despreparo, desânimo em sua profissão, muitos estão cansados físico-emocionalmente o que tem apontado para o número de afastamento, licença por incapacidade laborativa, muitos professores se encontram em desvio de função ocasionado pelo exercício da profissão de professor, porém o professor não é o único responsável nesse contexto a escola é representada em um primeiro momento pelos coordenadores e posteriormente pelo gestor que tem função e dever de contribuir para o equilíbrio da escola e conseqüentemente do ensino de qualidade a que o estado tem dever de cumprir, cabe a escola dar suporte aos professores buscando solução para que professores e alunos convivam com respeito e harmonia.

Terceiro a relação dos alunos com outros colegas, quanto ao comportamento dos alunos com os colegas negros evidenciou-se um clima extremamente conflituoso onde perpassa a própria violência sofrida pelos alunos negros, praticada pelos alunos brancos mas também a agressão entre os próprios alunos negros que não se aceitam e disputam quem é mais claro do que outro, e nesse cenário completo de aculturação o negro mais claro zomba do negro com características mais dominantes, a ponto de casos de meninos negros de pele clara ridicularizar meninas negras como macacas feias e fedidas, sinalizando para as mesmas que o padrão de beleza desejado pelos mesmos é por meninas brancas. O comportamento dos alunos agressores geralmente apresenta um padrão comum onde se nota um comportamento irritadiço, provocador, irrequieto, buliçoso, dispersivo, ofensor, intolerante, abusivos, sem limites, desafiador, de costumes irritantes e quase sempre são responsáveis por causar tensões no ambiente escolar, pois, nem mesmos os pais conseguem lidar com a conduta dos filhos, e transferem a responsabilidade dos

mesmos a escola ou ainda culpam a mesma pela conduta dos filhos numa tentativa em não assumir a culpa e responsabilidade pelo comportamento do filho.

A agressividade praticada e sofrida pelos alunos negros mais evidente na escola e com muita frequência praticada pelos mesmos autores da agressão por muitas vezes, vai de zombar com brincadeiras de mal gosto, como de provocação para que os alunos negros tropecem vindo a cair com o lanche que acabou de receber na fila do recreio, em sala de aula ou no pátio, dirigem-se sempre a esses alunos com ironia, deboche e piadas de todos os tipos envolvendo a inteligência e capacidade intelectual dos mesmos, relacionada a beleza física, relacionada a conduta de caráter dos mesmos. Provocando discussões verbais entre os mesmos, brigas dentro da escola, e brigas marcadas fora da escola.

Quanto ao segundo instrumento de investigação, os questionários fechados aplicados aos alunos, para conhecer a opinião dos mesmos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático, possibilitou verificar que os conteúdos e imagens do negro no livro didático do ensino fundamental influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa, influenciando efetivamente a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação, o livro didático contribui o máximo possível para a discriminação e preconceito do negro com as imagens iconográficas apresentadas de forma racista discriminadora, preconceituosa, de forma pejorativa, velada ou mesmo excluindo o negro do processo de construção histórica, social, política, econômica, religiosa e cultural através da invisibilidade do negro no livro didático.

RECOMENDAÇÕES

São necessários investimentos por parte do MEC, via Secretaria de Educação do Estado, para que os professores possam ser preparados e, assim, atendam os objetivos da Lei, por meio de cursos de formação, extensão e especialização em temáticas africanas como forma de suprir a ausência em sua graduação, bem como a necessidade de ofertar qualificação e aperfeiçoamento com a finalidade de corresponder ao que determina a Lei. Entretanto, o que se percebe é que não ocorreu nenhuma previsão para requalificar esses professores. Estes atuam de forma isolada, individualizada, e conforme suas próprias convicções e percepções de mundo e crenças e valores, buscando instrumentos didático pedagógico para suprir suas deficiências a nível de qualificação profissional.

Necessidade de uma revisão dos livros didáticos de história, literatura, geografia e arte, reformulando sua abordagem acerca da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em conformidade com a Lei 10.639/2003, 11.645/2008, da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e da BNCC- Base Nacional Comum Curricular, embora as Leis existam e estejam voltadas ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana o legislador preocupou-se em elaborar e aprovar a lei, mas esqueceu-se de oferecer os mecanismos para a aplicação da mesma.

Percebesse ausência do estado, da gestão escolar e da família dificultando que a escola desenvolva projetos, pois estes dependem de gastos financeiros, o que define o perfil de cada gestor público pois nem todos consideram a temática da história e cultura afro-brasileira e africana relevante, sem mencionar no descaso, e no racismo velado percebido nas ações dos mesmos. A implantação de políticas de formação e

profissionalização apoio a projetos que viabilize a construção de uma escola que priorize a excelência de educadores e alunos para que estes sejam efetivamente agentes de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme as políticas públicas afirmativas, se fazem necessárias para fazer reparações nas distorções sociais.

O reconhecimento da importância da contribuição do negro na formação da sociedade brasileira independente de ações esporádicas, mas de políticas que mantenham o aluno mais pobre na escola e que esta seja um espaço criador de ações e políticas públicas, para que por fim este possa galgar posições econômicas e sociais relevantes e equiparadas.

Recomenda-se acima de tudo que outras pesquisas sejam instigadas e que possam contribuir para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas disciplinas de História, Geografia, Literatura, Língua Portuguesa e Arte no ensino fundamental e médio na educação pública e privada para que esse ensino possa efetivamente formar cidadãos conscientes, humanos, com condições de direitos, éticos e que respeitem as diferenças e diversidades contribuindo para reparar um ensino distorcido.

Que possibilite igualdade de acesso e permanência em um ensino de qualidade e excelência para que dessa forma as conquistas e qualidade de vida e direitos sejam efetivamente iguais para brancos e negros.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J., & Durval, M. de (2007). Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez.
- Alves, N. (2003). Cultura e cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago. Nº 23. Faculdade de Educação: Rio de Janeiro.
- Antunes, C.(2014). Relações interpessoais e autoestima: a sala de aula como um espaço do crescimento integral. Petrópolis RJ: Vozes.
- Barcelos, L.C.(1993). Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 86, 15-24.
- Becker, J. (1999). *A epistemologia do professor: o cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bento, M. (1990). *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. São Paulo: Ática.
- Berger, P.L.& Luckmann, T. (2002). *A construção Social da realidade*. 22ed. Petrópolis, RJ:Vozes.
- Borges, E.(2009). Racismo, preconceito e intolerância. São Paulo: Atual.
- Brugger, M. (2011). *O estudo da África em seus aspectos teóricos-metodológicos*. Brasília: CETEB.
- Bettlheim, B. (1989). *Uma vida para seu filho*: Rio de Janeiro: Campus.
- Brandão, C. (2007). *LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 comentada e interpretada*. São Paulo: Avercamp.
- Campos, R.C.B. (2009). *Debret: cenas de uma sociedade escravista*. São Paulo: Atual.

Carone, I., & Silva, M. (2007). *Psicologia social do racismo estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Cavalheiro, E. (2001). *Racismo e anti-racismo na educação repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro.

Cervo, A.L. (2007). *Metodologia Científica*. 6ª Ed. São Paulo: Person Prentice Hall.

Costa, E. (1994). *A abolição*. São Paulo: Global.

Costa, J.F. (1991). O brasileiro condena o Brasileiro In: *Revista superinteressante*. São Paulo: 5, (11): 35, nov.

Cotrim, G. (1988). *Fundamentos da educação: História e filosofia na educação*. São Paulo: Saraiva.

Constituição República Federativa do Brasil. (1988). *Constituição Brasileira*. Brasília: Centro Gráfico.

Constituição do Brasil de 1988. Brasília. Senado Federal, 1988.

Diretrizes Curriculares. (2010). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília. CNE/CEB Nº: 7/2010.

Deslandes, 2014, In: *Vamos falar sobre o racismo na infância?* Jornal do Grupo de Trabalho / Racismo. GT, n.37. ed. especial. Ministério Público de Pernambuco-2015.MPPE, Recife.

Diretrizes Curriculares Nacionais. (2005). *DCNs: Para a educação das relações étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Ceteb.

D'Adesky, J. (2001). *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.

Dorin, L. (1983). *Psicologia na escola*. São Paulo: Editora do Brasil. Dotti, Corina Michelin. (Org). Educação as faces do novo. Caxias do Sul, Rs: Editora da Universidade de Cxias do Sul-2004: Educs.

Eco, H. (1999). *Como se hace uma tesis*. Espanha: Gedisa.

Estrela, E. (1990). *Problemática Geral da Observação de Classes*. In: Teoria e Prática da Observação de Classe. Editora: Porto. Portugal.

Fernández, A. (2001). Os idiomas do aprendente. Porto Alegre: Artmed.

Fernández, A. (2001). *O saber em jogo: A psicopedagogia propiciando autorias do pensamento*. Porto Alegre: Artmed.

Ferreira, A. d. (2004). *Miniaurélio: dicionário da lingua portuguesa*. Curitiba: Posigraf.

Ferreira, R.F.(1999). *A construção da identidade do afrodescendente: a psicologia brasileira e a questão racial*. IN:J.Bacelar,& C. Caroso (org). Brasil um país de negros 2.ed.p.71-86.RJ: Pallas; Salva Dor: CEAO.

Frantz, F. (1979). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Frantz, F. (1983). *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator.

Freire, P. (1997). *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fritzen, S. J. (2000). *Relações Humanas Interpessoais*. Petrópolis: Vozes.

Gadotti, M. (1994). *Histórias das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática.

Gadotti,M. (1988). *Educação e Poder: introdução a pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez.

Gil, A. C. (2014). *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social*. 6ª ed.-São Paulo: Atlas.

Giroux, Henry. (1999). *Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade: além da política educacional*. in: Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação. Trad. Magda F. Lopes. Porto Alegre: artes médicas Sul.

- Goldenberg, M. (2004). *A Arte de pesquisar*. 8ªed. Rio de Janeiro: Record.
- Gomes, L. (2002). *Constituição Federal, código penal, código de processo penal*. São Paulo: Revistas dos tribunais.
- Guareschi, P. (1999). *Psicologia social contemporânea*. SP: Vozes.
- Guareschi, P. (1992). A emergência da consciência [ética. IN Guareschi, P e Suzin, L.c. *Consciência moral emergente*. Aparecida: Santuário.
- Hernandez, L. (2008). *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.
- Hernandez, S.R., Collado, C., & Lucio, P. (2006). *Metodologia de la investigación*. São Paulo: Mcgraw-hill.
- Houaiss, A. (1988). *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *IBGE*. Brasília: Centro Gráfico.
- Korezak, J. (1986). *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus.
- Lamounier, B. (1976). Educação . *Cadernos do cebrap*, 14-22.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (2018). Lei 9.394/96 e Lei 9.475/97. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Lopes, M., & Braga, M. d. (2007). *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Unesco.
- Luckesi, C.C. (1987). *Fazer universidade: Uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez.
- Maestri, M. (2012). *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Saraiva.
- Malheiros, B.T. (2011). *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro, Ltc.
- Minayo, M. C. (2011). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

- Mizukami, M.da G.N. (1986). *Ensino: As abordagens do processo*. São Paulo: EPU.
- Morin, E. (2000). *Os sete Saberes Necessários à educação do futuro*. SP: Cortez, Brasília: Unesco.
- Moreira, A.F. (2013). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Moura, C. (1994). *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita.
- Munanga, K. (2004). *Para entender o negro no Brasil de hoje: Histórias,realidades,problemas e caminhos*. São Paulo: Global.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.
- Munanga, K. (2008). *Superando o racismo na escola ministério da educação secretaria de educação continuada alfabetização e diversidade*. Brasília: Global.
- Negrão, E.V. (1986). *Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis: diagnostico sobre a situação educacioanal de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo*, São Paulo: fundação Carlos Chagas.
- Oliveira, I.d. (1994). *Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula*. Campinas: Papirus.
- Oliveira, Z.R. de (2005). *Educação infantil : fundamentos e métodos*. 2ed. SP: Cortez.
- Parâmetros Curriculares Nacionais. (2011). *PCNs terceiro e quarto ciclo apresentação dos temas transversais* . Brasília: Mec/Sef.
- Perrenoud, P. (2001). *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2000). *Pedagogia diferenciada: das intenções á ação*. Porto Alegre: Artmed.

- Perrenoud, P. (2001). *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. Porto Alegre: Artmed.
- Paula, B.d. (2008). *Educação, História e cultura da África e Afro-Brasileira*. Uberlândia: Proex/ufu.
- Petronilha, B. (2005). *Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei federal n.10.639/2003*. Brasília: Ministério da educação, secretari de educação continuada, alfabetização e diversidade .
- Piaget, J. (1988). *Para onde vai a educação*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.
- Pinski, J. (1999). *12 fases do preconceito*. São Paulo: Contexto.
- Queiroz, S.d. (1982). *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense.
- Querino, M. (1988). *Costumes africanos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Rego, T. (1987). *Uma perspectiva histórica Cultural da educação os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Vozes.
- Rocha, E. (1999). *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Primeiros Passos.
- Sacristán, J.G. (2007). *A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Sacristán, J.G. (1998). *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed.
- Santos, A.d. (2010). *Educação com diálogos com a diversidade*. Cuiabá: kcm.
- Santos, G.A. (2002). *Selvagens exóticos demônios: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. estudos afro-asiáticos*. Brasília: Mec.
- Santos, H.(2001) *Abusca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: SENAC.
- Santos, J.d. (1984). *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense.

- Santos, R.d. (2009). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Gutenberg.
- Santos, S. (2005). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação.
- Silva, A. (2004). *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edulba.
- Silva, P.d. (2008). *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autentica.
- Silva, A.C. (1995). *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CED-Centro Editorial Didático e CEAO- Centro de Estudos Afro-Orientais.
- Silva, A.C. (2001). *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA.
- Souza, N.S.(1983). *Tornar-se negro*. 2ed.Rio de Janeiro:Graal.
- Souza, E.F.de. (2001). Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs In: Cavalleiro, E. *Racismo e anti-racismo na educação, repensando nossa escola*. São Paulo: Summus.
- Sousa, Ivaldo da silva. (2013). *As relações étnico-raciais em sala de aula: preconceito invisível, porém concreto*. Para de Minas MG: VirtualBooks.
- Trivinhos, A. N. S. (2012). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª Ed.- 21.Reimpr. - São Paulo: Atlas.
- Valente, A.L.E.F.(1995). Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. *Cadernos de Pesquisa*, v.93, p. 40-50.
- Vygotsky, L. (2003). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. (1995). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICE

Apêndice A: Instrumento guia de análise documental dos livros didáticos do Ensino Fundamental.



Este instrumento é um check list elaborado para análise documental relacionada a análise dos conteúdos e imagens da história e cultura Afro-Brasileira e Africana nos livros didáticos do Ensino Fundamental.

Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.

1.1. Como o livro didático apresenta o conteúdo da história e cultura Afro-Brasileira e Africana.

HISTÓRIA DO BRASIL	SIM	NÃO
Processo histórico de colonização.		
Participação do negro na construção da história do Brasil.		
Participação do negro no processo econômico do Brasil.		
Participação do negro no processo político.		
Participação do negro no processo religioso.		
Participação do negro no processo cultural.		
Participação do negro no processo das arte.		
Participação do negro no processo nos esportes.		
Participação do negro no processo da gastronomia.		
Participação do negro no processo de construção social.		

1.2. Como o livro didático apresenta o conteúdo da história e cultura Afro Brasileira e Africana.

HISTÓRIA DA ÁFRICA	SIM	NÃO
Processo histórico de colonização século xv.		
Processo histórico de escravidão do Brasil e tráfico de escravos.		
Contribuição para Historia do Brasil.		
Influencia africana para cultura Brasileira.		
Imperialismo da África.		
Sincretismo Religioso.		
Análise das Histórias dos diferentes Países Africanos.		

Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.

2.1 Imagem Iconográfica do Negro, em que condição subjetiva de destaque é visualizada nos livros didáticos.

COMO SÃO RETRATADOS NOS LIVROS DIDÁTICOS	SIM	NÃO
Objetos		
Submissão		
Subserviência		
Escravidão		
Maus tratos		
Animalizados		
Semi despidos		
Despidos		
Com pouca higiene		
Objetos sexuais		
Amas de leite		
Subserviência		
Submissão		
Ocupando serviços braçais		
Mercadorias		
Sem alma		
Angústia		
Medo		
Tensão		
Mal		
Raiva		
Tristeza		
Desgosto		
Impotencia		
Mau		
Vingança		
Suicídio		

1.3. Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático.

DE QUE FORMA OS ALUNOS PERCEBEM AS IMAGENS DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS.	SIM	NÃO
Animais		
Despidos		
Com pouca higiene		
Sujo		
Fedidos		
Empregados do branco		
Objetos sexuais		
Amas de leite		
Serviços braçais		
Sem inteligência		
Feios		
Agressivos		
Perigosos		
Burros		

Apêndice B: Instrumento guia do questionário destinado aos alunos



UAA

Universidad Autónoma de Asunción- Paraguay
Curso: Doutorado en Ciencias de la Educación
Doutoranda: Vania Gonçalves Castilho
Orientador: Prof. Dr. Luis Ortis Jimenez

QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS

Diante do contexto científico o qual me encontro, solicito gentilmente a sua atenção e colaboração para que responda as questões a baixo relacionadas, para que eu possa efetivar minha pesquisa.

A você Aluno (a), os meus sinceros agradecimentos!

Análise dos Conteúdos e imagens da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calhão no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil.

- 1). O livro didático expõe o conteúdo da História Afro-Brasileira e Africana?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 2). O conteúdo expõe temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 3). O conteúdo promove a igualdade entre negros e brancos?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 4). O conteúdo do livro didático expõe temas relacionados a discriminação racial?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 5). Em relação à imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 6). Você considera as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão?
Não 1 2 3 4 5 Sim
- 7). As imagens dos negros no livro didático combatem o racismo e discriminação?
Não 1 2 3 4 5 Sim

8). As imagens do livro didático em relação ao negro representam a valorização da beleza e auto-estima do negro?

Não 1 2 3 4 5 Sim

9). Você considera o negro fisicamente belo?

Não 1 2 3 4 5 Sim

10). Você considera os negros inteligentes e confiáveis.

Não 1 2 3 4 5 Sim

11). O racismo e discriminação são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro?

Não 1 2 3 4 5 Sim

12). A escola adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos?

Não 1 2 3 4 5 Sim

Apêndice C: Instrumento guia de observação comportamental dos alunos do Ensino Fundamental



Universidad Autónoma de Asunción- Paraguay
 Curso: Doutorado en Ciencias de la Educación
 Doutoranda: Vania Gonçalves Castilho
 Orientador: Prof. Dr. Luis Ortis Jimenez

Análise dos Conteúdos e imagens da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil.

Este instrumento é um check list elaborado para análise do comportamento étnico-racial dos alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano do período matutino e vespertino da Escola Estadual Alcebíades Calháo, Município de Cuiabá – Mato Grosso Brasil

Protocolo de observação qualitativa comportamental

Objetivos Gerais da observação do espaço escolar: Conhecer a realidade da escola em sua complexidade, quanto: Analisar os conteúdos e as imagens do negro no livro didático para responder se são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade, influenciando sua auto-estima e identidade em seu processo de formação, bem como a prática da discriminação, racismo e preconceito.

Objetivos Específicos da Observação do espaço escolar: Observar o cotidiano dos alunos, professores e funcionários; Perceber as relações interpessoais de todo o corpo escolar; Analisar o comportamento nos intervalos das atividades; Identificar o comportamento dos alunos no ambiente das relações étnico-raciais.

A delimitação do campo de observação.

a	Local da Observação
b	Quem vamos observar?
c	Quem vai observar?
d	Quais situações de vida cotidiana serão observadas?
e	Rotina escolar
f	Acesso à escola – como acontece?
g	Em qual tempo?
h	Instrumento de Registro da Observação

Protocolo de observação comportamental tópicos i quais ações?

a	Observação participante: conversas informais com os professores, alunos e funcionários.
b	Observação chegada dos alunos na escola
c	Observação Intervalo entre as aulas
d	Observação do Recreio
e	Observação da Saída dos alunos da escola

Tópico 2: Como serão observados relações interpessoais

a	A relação dos alunos com os outros sujeitos da escola funcionários
b	A relação dos alunos com os outros sujeitos da escola professores
c	A relação dos alunos com os outros sujeitos da escola colegas

Tópico 3: lista de condutas**Escala de Intensidade**

Lista de Condutas – Escala de Intensidade	Nunca	Pouco	Muito	Sempre
a-Raramente Comunica-se com professores				
b-Raramente comunica-se com os colegas				
c-Indiferente as atividades recreativas				
d-Sai da Classe constantemente				
e-Zomba dos colegas				
f-Agressivo com colegas negros				
g-Agressivo com as meninas				
h-Brincadeiras e piadas ofensivas a colegas negros				
i-Dirige-se sempre as pessoas com ironia e deboche				
j-Ofensas e xingamentos				
k-Brigas dentro da escola				
l-Brigas fora da escola				

Tópico 4: a auto-estima e identidade dos alunos**Como Serão Observados Código de Registro por Símbolos**

Auto-Estima e Identidade dos Alunos	Sim	Não
a-Sentimento de inferioridade em relação ao branco		
b-Uma vida limitada a se esconder das atividades de destaque		
c-Padrão de beleza indesejável		
d-Fisicamente feio		
e-Cabelo ruim		
f-Nariz feio		
g-Boca grande e feia		
h-Recusa em admitir sua etnia		
i-Considera-se branco		
j-Sem inteligência		
k-Inseguro.		
l-Incapaz de sonhar exercendo profissões de destaque		
m-resignado		

Apendice D: Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION MESTRADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE CONSENTIMIENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Título da Pesquisa: Análise dos Conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil

Orientador: Prof. Dr. Luis Ortis Jimenez

Pesquisadora: Vania Gonçalves Castilho

Objetivo geral: Perceber as reações dos alunos frente aos Conteúdos e imagens da História Afro-Brasileira e Africana

Metodologia: A pesquisa de campo terá uma abordagem qualitativa “qualitativa” do tipo descritivo, uma análise documental do livro didático levando as características dos sujeitos e, ou, áreas de interesse utilizar-se-á na coleta dos dados os seguintes instrumentos a: Observação, questionários aos alunos para posterior, análise e discussão dos resultados se fazem necessário ouvir os sujeitos, para, em seguida, interpretar os sentidos e significações dos fenômenos do seu ponto de vista, buscando compreender uma realidade específica sobre a Análise dos Conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil.

Todos os procedimentos serão esclarecidos pela pesquisadora “Vania Gonçalves Castilho”, sobre a relevância desta pesquisa, bem como, do comprometimento da mesma quanto aos instrumentos. Esta pesquisa manterá Sigilo conforme o conselho de ética.

Cuiabá, 13 de abril de 2018.

Doutoranda: Vânia Gonçalves Castilho

Diretor: Gestor Escolar

Apêndice E: Formulário para validação do questionário



Universidad Autónoma de Asunción- Paraguay
Curso: Doutorado en Ciencias de la Educación
Doutoranda: Vania Gonçalves Castilho
Orientador: Prof. Dr. Luis Ortis Jimenes

FORMULÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO QUESTIONARIO

Prezado Professor Dr.

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

Análise dos Conteúdos e imagens da História e cultura Afro-Brasileira e Africana: Uma análise do livro didático do ensino fundamental da escola Estadual Alcebíades Calháo no Município de Cuiabá Mato Grosso Brasil

Diante disso, solicito sua análise para verificar se **as questões e os objetivos formulados** se encontram de acordo além da **clareza na construção** das questões. Caso julgue necessário, se sinta à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação.

A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerar na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Prof^ª. Vania Gonçalves Castilho

As leis abolicionistas brasileiras não foram suficientes para efetivamente reparar séculos de escravidão, discriminação racial, racismo, preconceito e violência sofrida pelas populações negras, embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 garanta princípios norteadores das relações de democracia, liberdade, direito e igualdade para toda pessoa, é fato que no Brasil não existe democracia racial, é fato também que negros continuam sofrendo discriminação racial continuamente ou de forma velada, é fato que a legislação ao elaborar o ordenamento jurídico não o fez prevendo sua aplicabilidade muito menos punição aos infratores.

Seguindo o contexto elaborou-se o seguinte **problema**:

Será que os conteúdos e as imagens do negro no livro didático, são um dos fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade?

Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático podem influenciar a auto – estima e identidade dos alunos em seu processo de formação?

Será que os conteúdos e imagens do negro no livro didático influenciam a prática da discriminação e contribuem para uma sociedade racista e preconceituosa?

Diante do exposto, o **Objetivo Geral** busca: Analisar a imagem e os conteúdos relacionados a história do negro no livro didático como um fator determinante que influencia sua auto-estima e identidade.

Partindo do contexto acima apresentado, foi possível formular os seguintes

Objetivos específicos:

- Verificar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, e se são fatores determinantes para que os alunos tenham uma reação negativa da sua identidade.
- Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos, e se podem influenciar a prática da discriminação e racismo.
- Conhecer a opinião dos alunos sobre os conteúdos e imagens dos negros representada no livro didático.

Deste modo, A escola é um ambiente onde diferentes culturas se fazem presentes e é nela que o indivíduo se mostra diante dos valores familiares e sociais, Sendo assim, o espaço escolar sem dúvida é um espaço de construção e formação do indivíduo, se tornando imprescindível, pois os problemas oriundos dos conflitos étnicos e culturais, são frequentes, em inúmeros casos irreversíveis transformando a sociedade em um campo de batalha onde brancos e negros travam batalhas incessantes para uns mostrarem superioridade e outros tão somente para sobreviver o mínimo possível com dignidade, respeito e direito.

Assim a escola tem como papel não apenas a formação intelectual, mas uma formação

Integral, que prepare o indivíduo em todas as esferas, unindo o intelectual, ético, ou seja, o físico deve estar ligado ao psicológico e social. É este indivíduo que a sociedade quer, um adulto que seja capaz de contribuir para a solução de conflitos, nesse sentido, nossa investigação se oferece ao estudo e a reflexão sobre a percepção e reações dos alunos frente as imagens e conteúdos de história Afro-Brasileira e Africana retratada no livro didático, bem como as imagens que elas representam sobre a população negra.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA <u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	Coerência			Clareza			Ob
	S	N	?	S	N	?	
1º). Analisar os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental.	S	N	?	S	N	?	
1). O livro didático expõe o conteúdo da História Afro-Brasileira e Africana? Não 1 2 3 4 5 Sim							
2). O conteúdo expõe temas relacionados a contribuição histórica, cultural e econômica dos povos africanos para o Brasil? Não 1 2 3 4 5 Sim							
3). O conteúdo promove a igualdade entre negros e brancos? Não 1 2 3 4 5 Sim							
4). O conteúdo do livro didático expõe temas relacionados a discriminação racial? Não 1 2 3 4 5 Sim							
QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA <u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>							
2º). Interpretar as imagens iconográficas da população negra nos livros didáticos.	S	N	?	S	N	?	
5 Em relação à imagem dos negros nos livros didáticos elas apresentam o negro com uma postura de igualdade em relação ao branco? Não 1 2 3 4 5 Sim							
6). Você considera as imagens do livro didático em relação ao negro limitada a condição de uma história de escravidão? Não 1 2 3 4 5 Sim							
7). As imagens dos negros no livro didático combatem o racismo e discriminação? Não 1 2 3 4 5 Sim							
8 As imagens do livro didático em relação ao negro representam a valorização da beleza e auto-estima do negro? Não 1 2 3 4 5 Sim							

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COERÊNCIA			CLAREZA			Ob.
	S	N	?	S	N	?	
3º) Analisar a auto - estima dos alunos negros frente aos conteúdos e imagem representada no livro didático.							
9). Você considera o negro fisicamente belo? Não 1 2 3 4 5 Sim							
10). Você considera os negros inteligentes e confiáveis. Não 1 2 3 4 5 Sim							
11). O racismo e discriminação são responsáveis pela negação da beleza e inteligência do negro? Não 1 2 3 4 5 Sim							
12). A escola adota medidas para punir a discriminação existente entre os alunos? Não 1 2 3 4 5 Sim							

DADOS DO AVALIADOR

NOME COMPLETO: _____

FORMAÇÃO: _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

ASSINATURA DO AVALIADOR: _____

OBSERVAÇÃO DO AVALIADOR: _____

ANEXOS

Anexo A: Conceitos

Africanidade: Em sentido geral, pensar em africanidade nos remete ao sentido de reconhecimento tanto do lugar histórico, sociopolítico e lúdico-cultural, onde tudo se liga a tudo. Na prevalência da africanidade o universo é gerado na existência coletiva, prevalecendo o Ser Humano e o Espaço enquanto expressão da chamada força vital, imprescindível para evidenciar a construção de uma identidade negra postulada na construção de um mundo das tradições coletivas do amplo continente africano, presente e recriada no cotidiano dos grupos negros brasileiros.

Afro-Brasileiro: O termo designa tanto pessoas quanto coisas e a cultura oriunda dos descendentes de africanos no Brasil. Afro-brasileiro é hifenizado porque se trata de um adjetivo pátrio composto, isto é, um adjetivo formado de elementos designativos de duas ou três nacionalidades diferentes, ou seja, africano+brasileiro.

Afrodescendente: Para os povos africanos e seus descendentes, a ancestralidade ocupa um lugar especial, tendo posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória, ao contínuo civilizatório africano que chegou aos dias atuais irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da comunidade. A ancestralidade redefine a alegria de partilhar um espaço rodeado de práticas civilizatórias e o viver de nossos antepassados, conduzindo para um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo em que o sentimento e a paixão estão sintonizados com o ser e o comportamento das pessoas (SOUZA, 2003). A ancestralidade remete aos mortos veneráveis, sejam os da família extensa, da aldeia, do quilombo, da cidade, do reino ou do império, e à reverência às forças cósmicas que governam o universo, a natureza.

Auto-Estima: Sentimento e opinião que cada pessoa tem de si mesma. É na infância, no contato com o outro, que construímos ou não a nossa autoconfiança. As experiências do racismo e da discriminação racial determinam significativamente a auto-estima dos(as) adultos(as) negros e somente a reelaboração de uma nova consciência é capaz de mudar o processo cruel de uma sociedade desigual que não os(as) estimula e nem respeita. O processo psicológico é um dos aspectos mais importantes da auto-estima, pois conduz as relações interpessoais. As formas como nos relacionamos com o outro em muitas situações gera falsos valores. Então o caminho para construção da auto-estima está calcado em uma sociedade mais justa e igualitária, no reconhecimento e valores de cada indivíduo como um ser essencial.

Banzo: Nostalgia dos negros africanos. Triste, abatido.

Classificação racial: No Brasil os métodos do IBGE para classificar os grupos de cor/raça. Atualmente o Instituto classifica as pessoas como sendo brancas, pretas, pardas, amarelas e indígenas. Houveram na história dos recenseamentos várias mudanças. No censo de 1872 a população era classificada como sendo branca, preta, parda e caboclo (aqui se incluía os indígenas). No Censo de 1890 a cor parda foi substituída por mestiço. No Censo de 1940 temos novamente a classificação dos pardos, junto a dos brancos, pretos e amarelos. Os indígenas foram incluídos somente no censo de 1990. A classificação racial do IBGE meramente descritiva não encontra na contemporaneidade, legitimidade por parte das pessoas que tenta representar. Pretos e pardas não gostam de serem chamados por estes nomes. E, por outro, outras definições de identidades estão sendo adotadas pela sociedade e pelas pessoas. Este é um dos grandes debates que o Brasil enfrentará neste século segundo alguns especialistas em estudos demográficos.

Continente Africano: Limita-se ao norte pelo Mar Mediterrâneo, ao oeste pelo Oceano Atlântico, ao leste pelo Oceano Índico, é constituído por 53 países e conta com uma população de aproximadamente 830 milhões de pessoas. Segundo Moore, “*A mais marcante das singularidades africanas é o fato de seus povos autóctones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta, o que faz do continente africano o berço único da espécie humana*”, sendo portanto, a África denominada “Berço da Humanidade”.

Consciência: Sentimento ou percepção do que se passa em nós. Voz secreta da alma, aprovando ou reprovando os nossos atos. Sinceridade: *falar com consciência*. Cuidado extremo, com que se executa um trabalho. Opinião. Honradez: *homem de consciência*.

Candomblé: Espécie de batuque, que os negros acompanham com exercícios de feitiçaria.

Cultura: Ato, modo ou efeito de cultivar: *a cultura dos campos*. Estado de quem tem desenvolvimento intelectual. Utilização industrial de certos produtos naturais. Estudo. Elegância.

Consulta: É uma ação que pretende ouvir dos atores participantes da implantação de uma política, sobre suas impressões, opiniões e sugestões.

Cultura/Cultura Negra: Conceito central das humanidades e das ciências sociais e que corresponde a um terreno explícito de lutas políticas. Para Muniz Sodré, a demonstração de cultura está comprometida com a demonstração da singularidade do indivíduo ou do grupo no mundo: “A noção de cultura é indissociável da idéia de um campo normativo. Enquanto ela emergia, no Ocidente, surgiam também as regras do campo cultural, com

suas sanções – positivas e negativas” (SODRÉ, 1988b). Podemos conceituar o termo cultura como estratégia central para a definição de identidades e de alteridade no mundo contemporâneo, um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e de contradições.

Democracia: Soberania popular.Governo do povo.Influência do povo no governo público.

Descendência: Série de pessoas que procedem de um tronco comum.

Discriminação: Ato de discriminar.

Discriminar: Discernir: *discriminar as razões de uma teoria*. Separar; diferenciar: *discriminar o bem e o mal*.

Diretrizes Curriculares: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira tem como objetivo regulamentar a alteração proposta à Lei 9.934/96 trazida pela lei 10.639/03. As diretrizes orientam a formulação de projetos para a implementação da lei , bem como, para a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. As diretrizes foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação/CNE e teve por relatora a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva que possui assento como membro representante da comunidade negra. As Diretrizes foram instituídas pela Resolução no 1, de 17 de junho de 2004, do CNE.

Discriminação racial: Segundo Pinski, discriminação é o preconceito em ação. Para Bento essa é a diferença entre preconceito e discriminação racial. A Discriminação Racial implica na ação, no ato de discriminar.Enquanto que o racismo e o preconceito

encontram-se no âmbito das doutrinas. No Brasil temos legislação que proíbe a discriminação racial, ou seja, o ato de alguém discriminar outro alguém por conta de suas características étnico-raciais.

Diversidade: As educadoras Gomes & Silva nos indicam que “o trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da implantação de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes”. Nesse sentido, afirma Nilma Lino Gomes: “Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Representa não somente fazer uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais, mas, também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia”.

Escravo: que, ou o que vive em absoluta sujeição a um senhor. Que ou aquele que esta dominado por uma força moral. Escravo dos seus deveres. Servo. Criado. Doméstico. Serviçal. Sempre pronto para todo o trabalho. Sem liberdade.

Escravatura: escravidão. Comércio de escravos. Escravidão como instituição legal.

Escravista: afeiçoado a escravidão. Pessoa partidária a escravidão ou escravatura.

Escravizar: Tornar escravo. Sujeitar, subjugar.

Etnia: Grupo social diferenciado de outros por laços peculiares de cultura, religião, língua, comportamento etc., e que compartilha origem e história comuns.

Étnico/Etnia: Refere-se a diferentes grupos raciais ou nacionais que se identificam, ou são identificados por outros, em virtude de suas práticas, normas sistemas de crenças e/ou características biológicas em comum. Ao serem denominados *grupos étnicos*, são implicitamente identificados por estar em minoria e possuir atitudes e tradições consideradas diferentes pela sociedade. Segundo alguns autores, o etnocentrismo no plano intelectual é a dificuldade de pensar a diferença e que, no plano afetivo emocional mobiliza sentimentos de hostilidade, medo e estranheza.

Estereótipo: É uma visão simplificada e carregada de valores sobre as atitudes de uma pessoa ou um grupo social. Estas visões podem estar baseadas em culturas sexistas, racistas ou preconceituosas e são altamente resistente à mudanças. O estereótipo segundo alguns estudos é mais marcante nos produtos da mídia de massa, na educação, no trabalho e nos esportes (quando se pretende dirigir os indivíduos para as atividades considerados apropriados ao grupo estereotipado). O Estereótipo cristaliza lugares sociais para as pessoas que dele são vítimas porque não compreende a idéia de que estas pessoas possam fazer coisas para além do lugar imaginado. Na escola, indivíduos de determinados grupos são considerados inteligentes e outros, de outros grupos não recebem a mesmo conceito. Quando um aluno do grupo estereótipo apresenta desempenho fora do esperado é considerado exceção da regra. Algumas frases colhidas em pesquisas nas escolas exemplificam formas de estereótipos: “Ele é negro mas é esforçado”; “Ela é pobre mas é esperta”, “Ele é pretinho mas é educado”, “Ele é da família Silva? Ah! Então não tem jeito”. O Estereótipo como bem lembra Bento, “É algo que funciona como um carimbo, a partir do que a pessoa é vista sempre através de uma marca, pouco importando como realmente ela seja”.

Etnocentrismo: Tendência de descrever e julgar os sistemas de valores e práticas dominantes de outras culturas a partir do próprio ponto de vista. Designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação a outras. Tal atitude tem conexões com a estereotipação dos outros e pode ser uma característica do racismo e do preconceito. Concepção do mundo característica de quem considera os valores de sua própria sociedade como os únicos parâmetros válidos para julgar outras culturas e sociedades.

Eurocentrismo: Euro (de Europa) e centrismo (de centro/centralidade) é a tendência de descrever e organizar os sistemas tendo como modelo focal a sociedade e os valores civilizatórios europeus. É uma visão de mundo que tende a colocar a Europa (cultura, povo e a língua) como o elemento fundamental na constituição da sociedade moderna ou, como pretendem alguns, da sociedade civilizada.

História: A história não pode ser realizada e compreendida de várias formas: escrita, oral, quantitativa, econômica, cultural, social. A concepção de história vem sendo ampliada e relativizada com a história dos grupos socialmente subalternos e discriminados que já foram considerados “povos sem história”. Como área do conhecimento tem teorias e métodos próprios. Profissionais desse campo têm se voltado para a história da África e da população negra na diáspora.

História da África: História das sociedades africanas, escrita e/ou narrada por africanos (as), afrodescendentes e pesquisadores/as de outros grupos étnico-raciais que apresentam a África em suas diversas conexões espaço-temporais, sem se limitar ao período do capitalismo mundial mercantilista e à escravidão moderna (séculos XVI a XIX). A história da África pode ser igualmente relacionada ao pan-africanismo, à

negritude, ao movimento de descolonização e independência dos países africanos, ao racismo em escala mundial e às sociedades africanas contemporâneas.

Intolerância: Falta de tolerância; qualidade de intolerante. Violência. Identidade Negra: Segundo Gomes, *a identidade negra deve ser identidade como uma construção social, história, cultural e plural, implicando a construção do olhar de um grupo étnico/racial sobre si mesmos a partir da relação com o outro*. Ressalta a autora que identidade não é algo inato, portanto, relaciona-se também com os níveis sóciopolítico e histórico em cada sociedade. Construir uma identidade negra positiva é um desafio visto que ao negro foi ensinado desde cedo a negar seus pertencimentos.

Lei 10.639/03: A lei 10.639/03 foi sancionada pelo Presidente da República em janeiro de 2003. Como um projeto de lei, tramitou na Câmara de deputados proposto pelos deputados Bem Hur (do Mato Grosso do Sul) e Esther Grossi (do Rio Grande do Sul). Com a mesma inspiração, anteriormente, várias leis foram sancionadas pelas Câmaras Municipais e pelas Assembléias Legislativas de vários estados tratando da inclusão de conteúdos de matriz africana nos currículos das escolas.

Identidade: Qualidade daquilo que é idêntico. Qualidade de uma coisa, que é o mesmo que outra. Qualidade de duas ou mais coisas que fazem uma só. Circunstância de que um indivíduo é o mesmo que se pretende ou que se presume ser. Circunstância de que um cadáver ou um esqueleto é o de determinado indivíduo. Equação algébrica, em que os dois membros são identicamente os mesmos. Consciência de si próprio.

Memória: A memória individual ou coletiva é sempre uma memória social e, por isso, é seletiva, composta de lembranças e esquecimentos e se apóia em elementos da vida de uma pessoa ou do(s) grupo(s) de memórias “subterrâneas” que devem ser registradas

com procedimentos adequados. No caso da trajetória da população negra, marcada pela oralidade e por poucos registros escritos, a memória coletiva é fundamental para a continuidade das coletividades tanto rurais quanto urbanas.

Mito: Segundo Marilena Chauí, “mito deve ser compreendido no seu aspecto etimológico da palavra grega *mythos*, isto é, uma narração pública de feitos lendários, mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. No universo da africanidade, a mitologia está fundamentada nos fatos e acontecimentos narrados pelos humanos e/ou pelos deuses. A necessidade de fortalecer os povos, seus deuses ou heróis possibilitou a construção e a narrativa de diferentes histórias, inseridas no contexto sociopolítico, trazendo sempre uma lição de ética e/ou moral em que cada nação ressignifica suas relações sociais entre o cosmo, as pessoas e as razões dos acontecimentos naturais e/ou sobrenaturais.

Miscigenação: Processo ou resultado de miscigenar(-se). Cruzamento de raças diferentes. **Multiculturalismo:** Coexistência de várias culturas no mesmo espaço, no mesmo país, na mesma cidade, na mesma escola. Para Gonçalves e Silva, “embora o multiculturalismo tenha se transformado, com apoio da mídia e das redes informais, em um fenômeno globalizado, ele teve início em países nos quais a diversidade cultural é vista como um problema para a construção da identidade nacional. (...) Em suma, o multiculturalismo, desde sua origem, aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservar suas características culturais”. Ainda que da perspectiva do multiculturalismo seja apresentada uma visão relativista dos valores, Capelo pondera que “o multiculturalismo não pode abrir mão da igualdade de direito e das necessidades

compensatórias, caso contrário terá contribuído para excluir, para separar, para fragmentar, permitindo que a dominação sobre a minoria seja ainda mais eficiente”.

Multiculturalismo: Existência simultânea de várias culturas dentro de um mesmo território, país etc; pluralismo cultural

Negritude: Ideologia anticolonialista de consciência negra e valorização de suas peculiaridades físicas, psicológicas, culturais. Qualidade ou condição do que ou quem é negro. conceituação global dos valores culturais das raças negras desenvolvida por Leopold Senghor.

Oralidade: Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades, aparentemente posto em segundo plano na modernidade. Além disso, considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais, em particular, aquelas que não registram seus fenômenos através da escrita. No entanto, a expressão oral pode ocorrer vinculada a expressões visuais e corporais, artísticas e musicais, e, inclusive, escritas. A palavra, a fala, são primordiais na expressão oral como portadoras do conhecimento do grupo social em questão: “O ouvir, juntamente com o olhar e sentir, é necessário para apreender, distinguir, entender fatos de que se é testemunha, palavras que se ouvem, situações nas quais se é envolvido ou nas quais a pessoa se envolve. (...) O falar é a síntese do que se ouviu, presenciou, concluiu, e expressa tanto por palavras, como por gestos, muitas vezes apenas por gestos, decisão, encaminhamentos, formas de agir”.

Pluralismo: Esse termo se refere às relações sociais em que grupos distintos em vários aspectos compartilham outros tantos aspectos de uma cultura e um conjunto de instituições comuns. Cada grupo preserva as suas próprias origens étnicas ao perpetuar

culturas específicas (ou “subculturas”) na forma de igrejas, negócios, clubes, mídia. Existem dois tipos básicos de pluralismo: o cultural e o estrutural. O pluralismo cultural ocorre quando os grupos têm reconhecidos e respeitados sua própria religião, suas visões de mundo, seus costumes, suas atitudes e seus estilos de vida em geral, e compartilham outros com grupos diferentes. O pluralismo estrutural ocorre quando os grupos têm suas próprias estruturas e instituições sociais enquanto compartilham outras. O pluralismo, como ferramenta analítica pretende explicar como grupos diferentes, com diferentes “bagagens culturais”, e talvez interesses distintos, podem viver juntos sem que a sua diversidade se torne motivo de conflito.

Políticas Públicas: Nas ciências políticas é o estudo das ações das instituições e autoridades públicas no seio da sociedade analisando o que fazem os governos, através de que meios para se chegar a quais resultados. Para alguns é “o Estado em ação”.

Preconceito: Pré-condição de um ato de interpretação e consiste num conjunto de pressuposições. É uma atitude negativa em relação a algum grupo social específico. Assim como o racismo, o preconceito é analisado em sua relação com os sistemas de representação (como as imagens das coisas e das pessoas são apresentadas) e com as questões de poder.

Preconceito racial: É segundo Bento, um conceito negativo de uma pessoa ou de um grupo sobre outra ou um grupo diferente. O Preconceito racial é dirigido a aqueles grupos considerados inferiores e não merecedores de ações, políticas e direitos iguais aos outros, tais como: ter acesso a uma escola de boa qualidade; ter um bom emprego e cargos de chefia; ter uma boa moradia, etc.

Raça: Um modo de classificação das pessoas que os distingue com base nas propriedades físicas que derivam de herança genética. Estudos contemporâneos questionam essa modalidade classificação centrada na biologia e com forte elementos racistas e com a influência das relações políticas e de poder. A idéia de uma raça superior inspirou que um ramo da genética aplicada elaborasse os pressupostos Eugenia, ou seja, “criar uma super-raça humana pelo cruzamento seletivo e pela eliminação do desajustado”. No Brasil a eugenia foi fortemente defendida por governos até os anos 40 e foi implementada como uma ação pedagógica escolar. É de inspiração Eugênica a idéia do branqueamento da população brasileira e o discurso de inferioridade racial imputado aos indígenas e aos negros.

Racismo: Doutrina que defende a superioridade de certas raças e/ou grupos étnicos. É também o ato do indivíduo adepto da teoria racista. Modo hierárquico de classificação dos seres humanos que os distingue com base nas propriedades físicas. Segundo a psicologia, o racismo é capaz de gerar patologias nas pessoas discriminadas tais como depressão, perda de auto-estima e sentimento de inferioridade. No processo escolar, as seqüelas do racismo manifestam-se na evasão do aluno discriminado, em seu atraso escolar manifesta e na “dificuldade” de aprendizagem.

Racismo Institucional: Segundo o Programa de combate ao racismo institucional do Nordeste/PNUD: “Pode ser detectado e percebido em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceitos que colocam minorias étnicas em desvantagem e, *determina a inércia das instituições e organizações frente às evidências das desigualdades raciais.*”.

Reconhecimento: Os caminhos para o pluralismo centram-se nas lutas pelo reconhecimento e pelo direito à diferença dos povos negros, indígenas, dos movimentos

feministas, dos movimentos da diversidade sexual, dos movimentos dos direitos humanos, em geral. A busca pelo reconhecimento é individual e social e o reconhecimento deve ser praticado pelos indivíduos e pelas instituições.

Relações étnico-raciais: Para a Silva, o sucesso das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil depende da reeducação das relações entre negro e brancos pela autora denominada “relações étnico –raciais”. Ainda segundo a autora, a negação das relações tensas forjadas pela centralidade do conceito biológico de raça, muitas vezes simularam pela idéia da democracia racial uma estrutura harmoniosa da sociedade brasileira. A educação das relações étnicos –raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças e elaboração de projetos conjuntos para a construção de uma sociedade justa e igual. Para tanto não cabe o improvisado. A escola e os professores precisam desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu.

Resistência: Ato ou efeito de resistir. Força ou qualidade de um corpo, que anula os efeitos de outra força ou de outro corpo. Aquilo que se opõe ao movimento de um corpo. Obstáculo.

Reação: Oposição. Luta em defesa; defesa.

Segregação Racial: Separação forçada e explícita, com base na lei ou no comportamento social de grupos étnicos e raciais considerados como minoritários ou inferiores. Como nos indica Hélio Santos: “A segregação institucional, tipo apartheid, felizmente, nos dias atuais está em desuso. Há setores da sociedade brasileira tão fechados para algumas pessoas que poderíamos dizer que há uma segregação, não oficial, mas que funciona”.

Sincretismo: Sistema filosófico, que combinava os princípios de diversos sistemas. Ecletismo. Amálgama de concepções heterogêneas.

Território/Territorialidade: Para entendermos o conceito de territorialidade em África, é necessário verificarmos a complexidade do imaginário africano tradicional. Antes, é preciso entender que tradicional, nesse caso, não é igual a velho, estático e sem evolução. A territorialidade se dá através da força vital, da energia concentrada em tal espaço, sem fronteiras rígidas. A territorialidade pode ser percebida como espaço de práticas culturais nas quais se criam mecanismos identitários de representação a partir da memória coletiva, das suas singularidades culturais e paisagens. A territorialidade seria assim resultante de uma unidade construída, em detrimento das diferenças internas, porém evocando sempre a distinção em relação às outras territorialidades. Sodré afirma que “o território como patrimônio simbólico não dá lugar à abstração fetichista da mercadoria nem à imposição poderosa de um valor humano universal, porque aponta o tempo inteiro para a abolição ecológica da separação (sofística) entre natureza e cultura, para a simplicidade das condutas e dos estilos de vida e para a alegria concreta do tempo presente”.

Vinte (20) de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra - Instituído em 1978, o dia da Consciência Negra é celebrado no dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro (1695). A data relembra a resistência do negro contra o racismo – na memória dos quilombolas - e reflete sobre sua inserção na sociedade brasileira. Com a lei 10.639/03 (art. 79b) a data passa a ser obrigatória no calendário escolar.

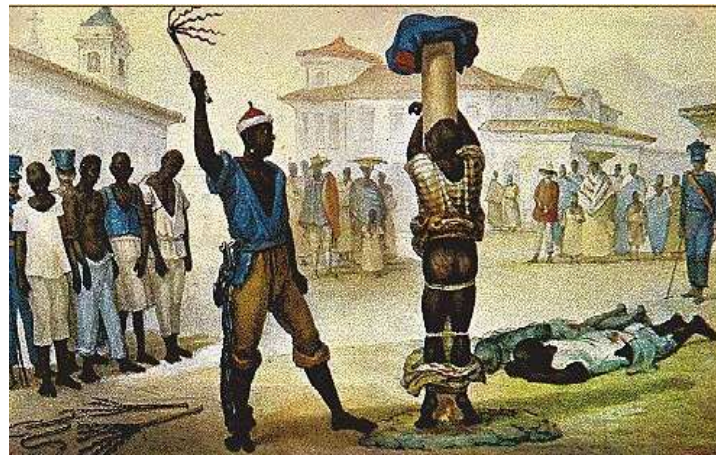
Xenofobia: Aversão, medo injustificado a pessoa e coisas estrangeiras; ódio ao estrangeiro. O termo xenofobia também é considerado a condição psicológica para descrever pessoas que temem ou abominam grupos tidos como estrangeiros.

Historicamente, o Brasil viu com reservas a presença de alguns imigrantes internacionais. No final do período imperial, não se admitia a presença de imigrantes africanos e asiáticos. Na época do nacionalismo do Estado Novo praticou-se o racismo e a xenofobia aberta ante a diversas nacionalidades, com a justificativa de que certas nacionalidades poderiam ser mais bem “assimiladas” pela sociedade brasileira e outras não, por meio de uma legislação excludente, revestindo-se também de roupagem tipicamente autoritária das circulares e ordens secretas e acompanhada de um clima xenófo

Anexo B: Imagens iconográficas dos negros nos livros didáticos



Debret – Castigo de escravo.



Debret – Castigo de escravo.



Debret – Jovens negras indo a igreja para serem batizadas.



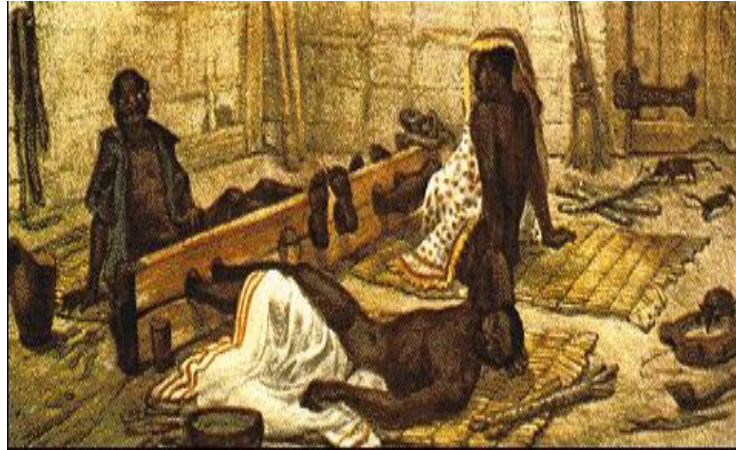
Debret – Higienização no mercado de escravos.



Debret – Colar de ferro, castigo dos negros fugitivos.



Debret – jantar.



Debret – Senzala.



Debret – Passeio da nobreza.



Rugendas – Mercado de escravos.



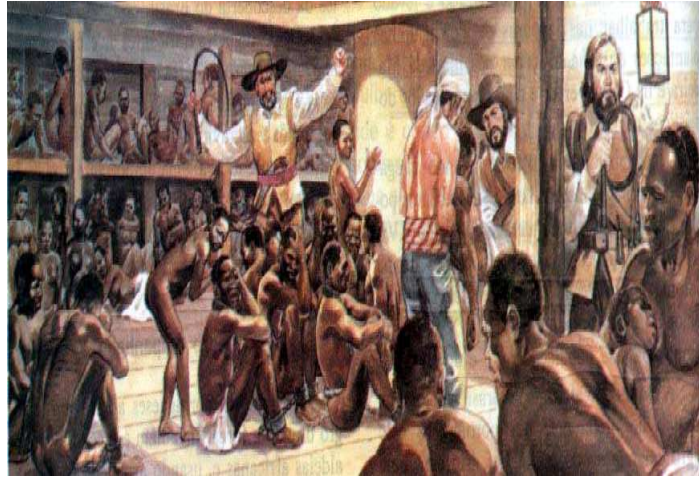
Rugendas – Negros em um porão de embarcações- Tumbeiros.



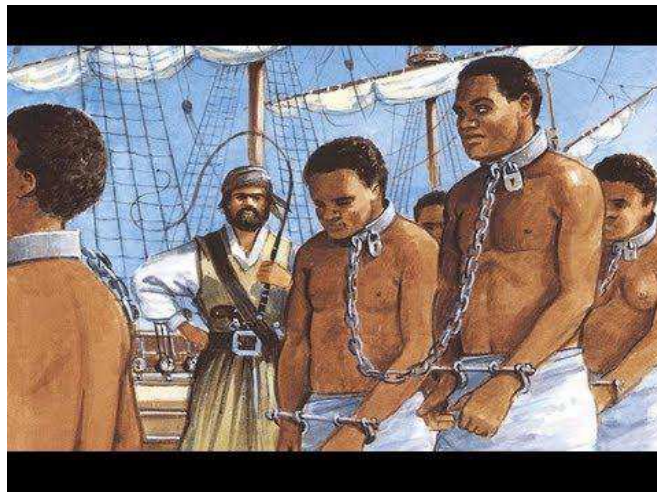
Rugendas – Trabalho num engenho de açúcar no Brasil colonial.



Rugendas – Carro da alfândega.



Navio Negreiro, Castro Alves



Transporte de escravos, Johann Moritz Rugendas



Mercado da Rua Valongo, Jean-Baptiste Debret



Mercado escravos, Jean-Baptiste Debret



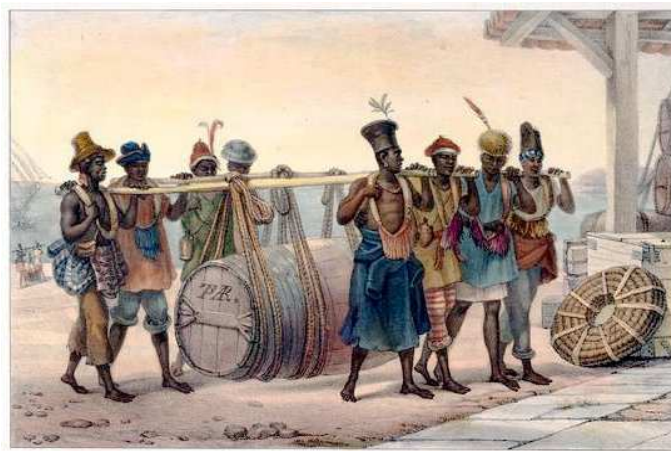
Meninas sendo vendidas como escravas, Jean-Baptiste Debret



Senzala, Jean-Baptiste Debret



Mineração, Johann Moritz Rugendas

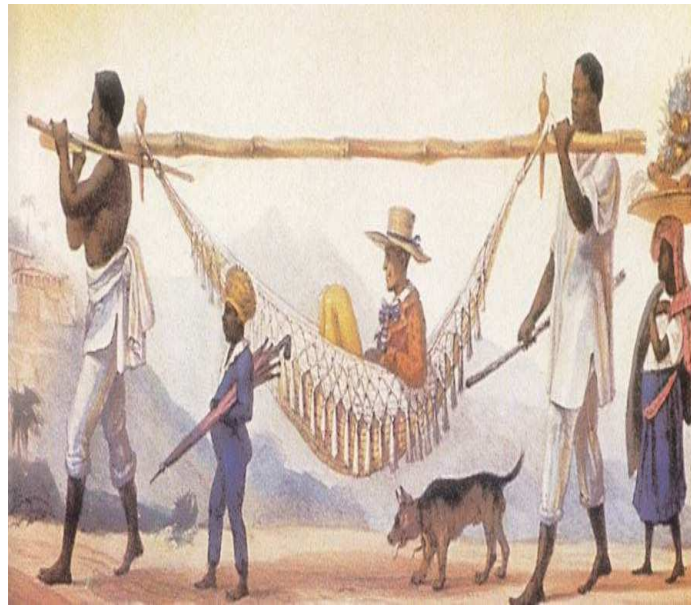


NEGRES CANGALHIROS.

(C) WebtoArt.com
Negros carregadores de cangalhas, Jean-Baptiste Debret.



Carregadores, Jean-Baptiste Debret.



O Regresso de um proprietário, Jean-Baptiste Debret



Uma senhora brasileira em seu lar. Jean Baptiste Debret.

Cotidiano lar, Jean-Baptiste Debret



Ama de Leite, Jean-Baptiste Debret



Babá, Jean-Baptiste Debret



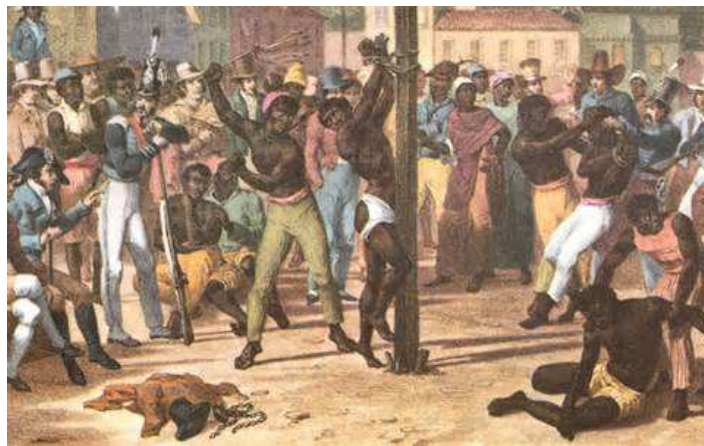
Ama de Leite, Jean-Baptiste Debret



Trabalho, Jean-Baptiste Debret



Castigo, Jean-Baptiste Debret



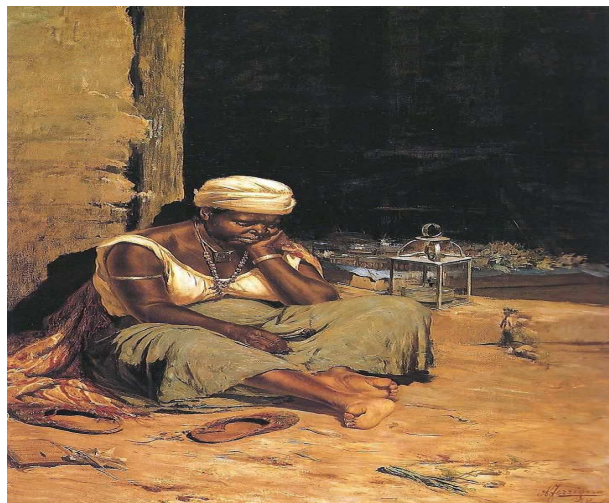
Castigo, Jean-Baptiste Debret



Castigo, Jean-Baptiste Debret



Escrava Anastácia, Jean-Baptiste Debret.



Mulata quitandeira, Antonio Ferrigno



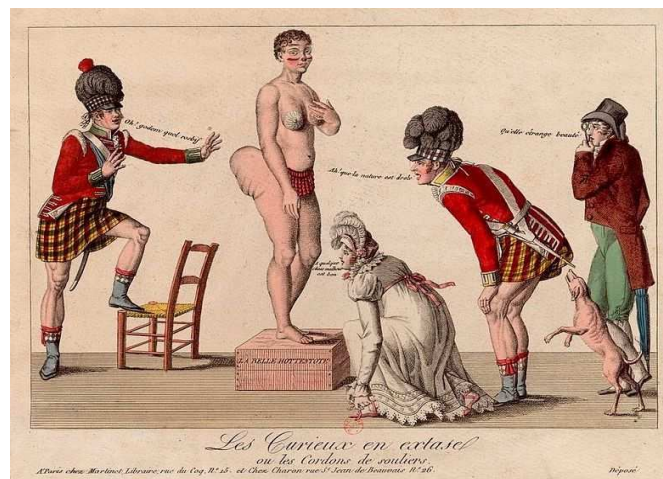
Escrava, Johann Moritz Rugendas



Anjo e Diabo, Oliveira Toscani



Escrava, Johann Moritz Rugendas



Escrava, Johann Moritz Rugendas

A POLÊMICA

O livro "Caçadas de Pedrinho" traz trechos que, para o Conselho Nacional de Educação, seriam reprováveis. Confira partes extraídas da obra:



"É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém – nem Tia Nastácia, que tem **carne preta**. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bipedes do sítio, exceto de pena."(p.27)

"Lá isso é, resmungou **a preta**, pendurando o beijo."(p.39)

"Aí é que foi a dificuldade. A **pobre negra** era ainda mais desajeitada do que Rabicó e Dona Benta somados. Quando depois de inúmeras tentativas, ia se tentando sobre as pernas de pau, perdeu de súbito o equilíbrio e veio ao chão, num berro. Felizmente caiu sobre um varal de roupa e não se machucou."(p.36)

Sim, era o único jeito. E Tia Nastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, **trepou que nem uma macaca de carvão** pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros."(p.45)

Caçadas de Pedrinho, Monteiro Lobato

Anexo C: LEI 10.639/2003.

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004.

Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação **UF:** DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

CONSELHEIROS: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona Lopez

PROCESSO
N.º: 23001.000215/2002-96

PARECER N.º: CNE/CP 003/2004

COLEGIADO: CPAPROVADO EM:10/3/2004

I – RELATÓRIO

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às

histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182,VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo.

Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

(1) Belém – Lei Municipal nº 7.6985, de 17 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, na disciplina História, de conteúdo relativo ao estudo da Raça Negra na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências”

Aracaju – Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos

Anexo D: LEI 11.645/2008

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O presidente da república

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD EDITAL Nº
12, DE 03 DE JULHO DE 2009*

O Ministério da Educação - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, convocam as Instituições Públicas de Ensino Superior e Entidades de

Anexo E: Constituição Federal 1989.

O que estabelece a Constituição Federal em seus artigos:

Art 1º, A república federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos.

Art1º, III. A dignidade da pessoa humana.

Art 3º, IV. Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art 3º, VIII. Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Art 4º, II. Prevalência dos direitos humanos.

Art 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos Brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

Art 5º, XLI. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Art 5º, XLII. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

Art 206º, I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art 210º. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Art 215º. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art 215, § 1º. O estado protegerá as manifestações das culturas populares, Indígenas e Afro-Brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art 215, § 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art 216º. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão.
- II. Os modos de criar, fazer e viver.
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas.
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais.

Art 216, § 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Art 216, § 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência históricas dos antigos quilombos.

Art 242, § 1º. O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Anexo F: LDB - LEI 9.394/1996

Lei 9.394/96 da LDB, Lei de Diretrizes e Base as Educação Nacional nos artigos prevê:

Art 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art 26, § 4º. Ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura Afro-Brasileira.

Art 26-A § 1º. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra Brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro, nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

Art 26-A §2º. Os conteúdos referentes a história e cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileira.

Art 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “dia nacional da consciência negra”.

Anexo G: BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Resolução SE 55/2017: Cria Comitê para planejamento de ações visando à, implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Publicado em 24 de novembro de 2017 por Publicações sobre Educação sexta-feira, 24 de novembro de 2017 Diário Oficial Poder Executivo – Seção I São Paulo, 127 (218) 35. Resolução SE 55, de 23/11/2017

Cria Comitê para planejamento de ações visando à implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC

O Secretário da Educação, à vista do que lhe representou a Secretária Adjunta e considerando: as diretrizes e bases da educação nacional sobre a organização curricular, em especial quanto à base nacional comum, presente nos currículos da educação básica de todas as escolas das redes pública e privada do território nacional; – a BNCC como um instrumento normativo que disciplina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo dos níveis e modalidades da educação básica, Resolve:

Artigo 1º – Fica criado, no âmbito da Secretaria da Educação, Comitê com a finalidade de planejar ações e propor estratégias visando à implementação, no Estado de São Paulo, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo formulado pelo Ministério da Educação – MEC em articulação com o Conselho Nacional da Educação – CNE.

Artigo 2º – O estudo deverá considerar as diferentes redes de ensino do estado de São Paulo, com atenção à diversidade das regiões e dos alunos envolvidos e com propostas curriculares adequadas e estratégias de engajamento de educadores, responsáveis pela implementação da BNCC. Artigo 3º – As propostas e estratégias deverão considerar o

regime de colaboração Estado/Município que responda às demandas decorrentes das mudanças a serem efetivadas, mediante o comprometimento histórico dos municípios na busca pela melhoria da educação básica paulista e, por via de consequência, da melhoria da educação do país.

Artigo 6º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução SE 24/2018: Dispõe sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC na rede estadual de ensino "Diário Oficial" Resolução SE 56/2017: Dispõe sobre criação de Comitê para planejamento de ações visando à implementação do Novo Ensino Médio, na rede estadual de ensino "Diário Oficial"

A Base Nacional Comum (BNC) faz parte da implementação de Metas e Estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). A BNCC, deve determinar os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros das 3 etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) devem aprender.